UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSo
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE **CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

São Luís, janeiro de 2019

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE **CIÊNCIAS ECONÔMCIAS**

REITORA

Prof.ª Dra. Nair Portela Silva Coutinho

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Prof.ª Dra. Dourivan Câmara Silva de Jesus

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof.ª. Dra. Conceição de Maria Moura Nascimento Ramos

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof.ª Dra. Lindalva Martins Maia Maciel

COORDENADORA DO CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profa. Dra. Lindalva Silva Correia Maia

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Prof. Dr. Heric Santos Hossoé

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Prof.ª Dra. Lindalva Silva Correia Maia

Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

Prof.ª Me. Alessandra Juliana Caumo

Prof.ª Dra. Danielle de Queiroz Soares

Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo

Prof. Dra. Lucy Rosana Silva

Profa. Me. Selma Sousa Pires

COLABORADORES DISCENTES

Vinicius Nunes Coimbra

Francisco Pereira Mascarenhas Junior

Vitor Gabriel Moreira Freire

Consolidar avanços e vencer desafios

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

1. DADOS GERAIS DO CURSO 7

1.1 Identificação do Curso 7
1.2 Endereço 7

2. JUSTIFICATIVA 8

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO BRASIL. 11

3.1 As origens da formação de Economista no Brasil. 11
3.2 A nova concepção de Economista a partir da Reforma Curricular de 1984 e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2007. 14
3.3 Breve Histórico do Curso de Ciências Econômicas da UFMA 19

4. BASES LEGAIS 22

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA 23

6. OBJETIVOS DO CURSO 26

6.1 Objetivos Gerais: 26
6.2 Objetivos Específicos: 27

7. CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO 27

7.1 Perfil do egresso 27
7.2 Competências e Habilidades 28
7.3 Campo de atuação 29

8. A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 31

8.1 A Metodologia 34
8.1.1 O método do processo de ensino-aprendizagem 34
8.1.2 O uso das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação – NTCI. 36
8.2 Estrutura Curricular 37
8.2.1 Estruturação Geral 38
8.2.2 Componentes Obrigatórios do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

Consolidar avanços e vencer desafios

.....42
8.2.3 Disciplinas Optativas do Curso de Ciências Econômicas da UFMA 46
8.3 Equivalência Curricular 47
8.4 Estágio Curricular.....50
8.5 Atividades Complementares 52
8.6 Grupos de Pesquisas.....52
8.7 Instâncias Docentes e Discentes.....55
8.7.1 Colegiado de Curso.....55
8.7.2 Assembleia Departamental.....57
8.7.3 NDE – Núcleo Docente Estruturante.....59
8.7.4 O Centro Acadêmico, o CORECON Acadêmico a e Empresa Júnior de Economia – EJECON 59
9. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....61
9.1 Avaliação do Processo de Aprendizagem. 61
9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso......63
9.3 Avaliação Didático-Pedagógica.....64
9.4 Avaliação Institucional.....66
9.5 Monitoramento de Indicadores do Curso 67
10. CORPO DOCENTE.....69
11. ESTRUTURAS FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS 70
11.1 Estrutura física.....70
11.2 Recursos materiais disponíveis.....71
11.3 Acervo bibliográfico disponível para o Curso de Ciências Econômicas na Biblioteca Central da UFMA 72
12. REFERÊNCIAS 73
ANEXO I: EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS 79
ANEXO II: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO......135
ANEXO III: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA À RESOLUÇÃO 1191/2014-CONSEPE DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO

Consolidar avanços e vencer desafios

MARANHÃO......140

ANEXO IV: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA DA RESOLUÇÃO N.º 1.175/2014 – CONSEPE SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO......147

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

APRESENTAÇÃO

A preocupação central deste projeto é com a sistematização da vida acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da UFMA. Procuramos refletir sobre o estágio no qual nos encontramos, identificar problemas e indicar os meios para melhorar nosso fazer político-pedagógico. O projeto é entendido como um instrumento que expõe as mediações teóricas, históricas e políticas visando uma melhor articulação possível entre ensino, pesquisa e extensão.

Para além do cumprimento de formalidades, o presente projeto político-pedagógico tem por objetivo expor os nexos que constituem a formação de economistas na UFMA, envolvendo as relações internas e externas ao processo e o delineamento das metas de curto, médio e de longo prazo. Não obstante, demonstra-se a preocupação com a atualização permanente, calcada numa constante crítica e autocrítica das ações e das relações constitutivas da universalidade e das singularidades do nosso fazer, do nosso ser e do querer ser.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a preocupação com a orientação pedagógica, com sua autocrítica e com a constante atualização sobre conteúdos e procedimentos didáticos, na formação de economistas no Brasil, decorreu da Reforma Curricular de 1984. Na ocasião, foi criada a ANGE (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas) para organizar e dar sequência às exigências teóricas, históricas, instrumentais e metodológicas da nova formação de economistas, então, em gestação no Brasil, isto é, para encaminhar a transição e consolidar o novo jeito de formar economistas. A ANGE elaborou uma série de documentos e textos didáticos, assim como, promoveu várias reciclagens para que docentes se adaptassem à maneira de ensinar exigida pelo, então chamado, Novo Currículo[1].

[1] Como importante exemplo do processo de reciclagem, podemos mencionar o PRIEPE (Programa Intensivo de Especialização de Professores de Economia) realizado em Campina Grande (PB), entre os meses de julho a dezembro de 1987. Vale destacar, não obstante, que juntamente com o Curso de Engenharia Civil, fomos pioneiros no sentido de propor e tentar viabilizar um projeto político-pedagógico de formação unificada, em nível nacional, de profissionais de nível superior.

Em 2007, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) estabelece, a partir da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2007, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais que deverão nortear a organização curricular dos cursos de graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado), disciplinando, deste modo, as revisões nos projetos pedagógicos desses cursos.

É, portanto, sobre esses aspectos, quais sejam a permanente revisão crítica do conteúdo curricular bem como a necessária adaptação do currículo, às exigências do regramento legal, para elaboração consistente do Projeto Pedagógico, que se propõe o que segue.

1. DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Identificação do Curso

DENOMINAÇÃO: Curso de Graduação em Ciências Econômicas
MODALIDADE: Presencial
GRAU: Bacharel
CÓDIGO E-MEC: 11427
TITULAÇÃO CONFERIDA: Bacharel em Ciências Econômicas
UNIDADE ACADÊMICA: Centro de Ciências Sociais
DURAÇÃO DO CURSO: 10 (dez) semestres letivos – 5 anos
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: período mínimo de 8 (oito) semestres letivos; período médio de 12 (doze) semestres letivos e período máximo de 15 (quinze) semestres letivos.
REGIME ACADÊMICO: sistema de créditos com matrícula por componente curricular
TURNO DE FUNCIONAMENTO: Vespertino e Noturno
NÚMERO DE VAGAS: 110 vagas anuais (50 no 1º semestre e 60 no 2º semestre)
DIMENSÃO DAS TURMAS: 50 no período vespertino e 60 no noturno
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.120h (3.000h de componentes curriculares e 120h de atividades complementares)
IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA CURRICULAR: 2020.1

1.2 Endereço

Curso de Graduação - Bacharelado em Ciências Econômicas
Centro de Ciências Sociais - CCSo
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Av. dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bacanga, Bloco A, sala A307 - 65080-805 – São Luís - MA

Consolidar avanços e vencer desafios

2. JUSTIFICATIVA

O Maranhão ainda permanece sob um legado histórico que coloca sua base produtiva e social em condições socioeconômicas ainda degradantes e que impõe um desafio civilizatório a qualquer projeto de desenvolvimento. Os dados[2] são alarmantes: o rendimento nominal mensal domiciliar per capta do Estado é de R$ 597,00, o que o mantém na última posição dentre as demais unidades federadas. Embora sendo o 10º Estado mais populoso e sendo a 17ª economia do país (em função do PIB) tem a menor força de trabalho formal do Brasil: apenas um entre quatro maranhenses tem vínculo de emprego formal.

Sob a perspectiva do rendimento médio mensal do total de pessoas ocupadas, nota-se o flagrante cenário de desigualdade de renda: os 10% com maiores rendas (renda média de R$4.816,00) ganham 15,6 vezes mais que 40% da população ocupada!

Quando se considera o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) o Estado ocupa a 26ª posição, com 0.639, perdendo apenas para o Piauí. E quando se observa a proporção de riqueza por cidadão, o quadro ainda é desalentador: o Maranhão ocupa a última posição em termos de PIB *per capta*.

Os desafios postos são monumentais. Não bastasse esses indicadores de trabalho e renda, as condições socioeconômicas podem também ser percebidas pelo enorme fosso de desigualdades: 84,8% da população maranhense ainda tem alguma restrição de acesso a serviços de saneamento básico, outros 56,6% tem restrições de acesso à comunicação (internet) e cerca de 34% tem restrições de acesso à educação. Se ainda considerarmos os direitos fundamentais como educação, moradia, saneamento básico, comunicação e proteção social, é possível admitir que 92,3% da população maranhense tem restrições de acesso a pelo menos um desses direitos.

A brevíssima descrição põe em relevo a necessidade de se pensar e

[2] Todos os dados apresentados aqui têm como fonte o repositório do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no endereço https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama.

discutir o processo de desenvolvimento do Estado, as estratégias construídas, as escolhas de política econômica e os grandes gargalos estruturais que restringem a produção e distribuição da riqueza de maneira justa e igualitária e que segregam milhões de maranhenses ao acesso básico de bens, serviços e direitos. O desafio proposto requer uma sólida formação que compreenda, não apenas os requisitos gerais específicos da carreira do economista, mas que contemple uma formação curricular plural e diversificada, dado o ambiente complexo em que se dá a formação sociocultural maranhense.

Além dos aspectos socioeconômicos destacados que justificam, por si só, a necessidade de uma intervenção qualificada na realidade, dada pela formação consistente nas Ciências Econômicas, é preciso, também, considerar que a demanda por esse tipo de profissional vem mudando ao longo do tempo, exigindo que, também, se repense o conteúdo curricular frente a essas novas demandas.

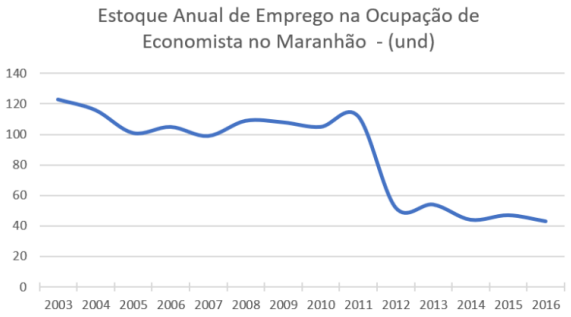
Quanto a este último aspecto, alguns dados quanto ao mercado de trabalho maranhense podem ajudar a entender melhor a demanda por mudanças na formação do economista. Em geral, nos últimos anos vem ocorrendo três movimentos bem distintos nas principais ocupações[3] da profissão de economista.

Quando analisamos as ocupações do Grupo da Base Ocupacional Economistas para o Maranhão, algumas transformações são evidentes: a) a capacidade de absorção de economistas por parte do mercado manteve-se relativamente estagnada entre os anos de 2003 a 2011 e nos anos recentes há uma redução significativa dessa absorção (gráfico 4); b) a despeito da queda geral de absorção da profissão no Maranhão, há relativo incremento nas ocupações de Estado (economista do setor público) e do mercado financeiro (economista

[3] Segundo o Código Brasileiro de Ocupação - CBO 2002, o Grupo Base Economistas (código 2512) agrega sete tipos de ocupações: economista (2512-05), Economista agroindustrial (2512-10), economista financeiro (2512-15), economista industrial (2512-20), economista do setor público (2512-25), economista ambiental (2512-30) e economista regional e urbano (2512-35). Dessas ocupações, três destacam-se no Maranhão e são responsáveis por praticamente todo o estoque de emprego da profissão: a ocupação de **economista** que trata basicamente da análise de estudo econômicos, mercado de trabalho, mercado de produtos e economia internacional; a ocupação de **economista financeiro**, que se ocupa, basicamente, do controle orçamentário, da análise de crédito, de fundos de investimento, subscrição de títulos e análises econômico-financeiras; e a ocupação de **economista do setor público**, que cuida do controle e gestão, da análise de finanças públicas e política fiscal e tributária, e da análise de políticas públicas.

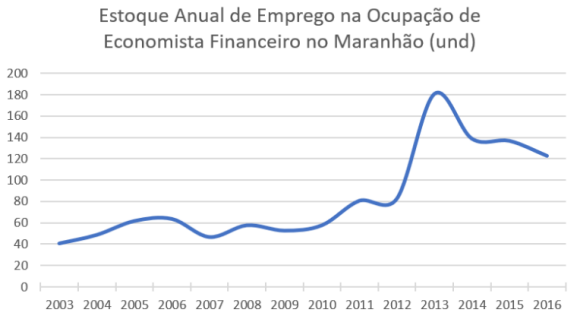
financeiro) sobretudo no interregno 2011-2013 (gráficos 2 e 3); c) ao contrário dessa tendência, a ocupação tradicional de economista (gráfico 1; vide nota de rodapé nº2) é a única das três que apresenta redução significativa e tendência declinante em toda a série, com queda de 2/3 do estoque de empregos, comparando ao início do período; d) percebe-se, nitidamente, uma redução da demanda das ocupações tradicionais do economista e uma ascensão da procura por profissionais da área de economia que além das habilidades tradicionais da profissão tenham competência para tratar de crédito, risco, fundos de investimento e demais questões ligadas ao mundo financeiro, bem como que saibam lidar com as grandes questões de envergadura da política econômica, em particular da política fiscal, tributária e orçamentária, e das políticas públicas, o que exige, também, a redefinição curricular da formação do economista.

Graf.1



Fonte: GRAMMA, a partir de DARDO-MTE

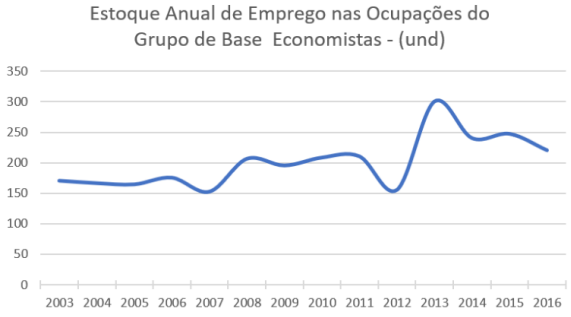
Graf.2



Fonte: GRAMMA, a partir de DARDO-MTE

Fonte: GRAMMA, a parti de DARDO-MTE

Graf.3



Fonte: GRAMMA, a partir de DARDO-MTE

Graf.4

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO BRASIL.

O contexto histórico da formação do curso de ciências econômicas está inserido e demarcado na importância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) enquanto instituição que deve ser responsável pela produção de conhecimentos críticos e com base no entendimento do processo de formação sócio histórica do estado do Maranhão e do papel que a Universidade deve desempenhar no sentido de contribuir com o modelo de desenvolvimento é que demarcamos a historicidade da formação do economista.

3.1 As origens da formação de Economista no Brasil.

O ensino da economia, como disciplina foi formalmente reconhecido no Brasil no século XIX. Por meio de Decreto, D. João, em 23 de fevereiro de 1808, criou, no Rio de Janeiro, a disciplina de ciência econômica, que ficou sob a tutela do Visconde de Cairú. No mesmo ano foi autorizada a criação de aulas de Comércio. Este ano deve ser compreendido, como o marco inicial para o desenvolvimento das bases para o ensino da economia e o que viria a ser a profissão de economista no Brasil. Além da importância dada à disciplina, ocorre uma reafirmação da "imagem de Cairú como primeiro economista do Brasil independente: além de conselheiro de D. João na sua chegada ao Brasil - sugerindo a abertura dos portos - Cairú foi também autor de obras de Economia, entre outras os Princípios de Economia Política, publicado em 1804"[4].

Com a independência do Brasil o ensino da economia, enquanto disciplina, passou a compor o currículo dos cursos de Direito e de Engenharia. Paralelamente ao ensino e à discussão da política econômica nestes cursos, as aulas de comércio se desenvolveram ligadas aos conhecimentos econômicos mais voltados aos problemas práticos de gestão dos negócios. Através do Decreto n°

[4] CYTRYNOWICZ, Roney; SAES, Flávio A. M. História da Ordem dos Economistas de São Paulo 1935-2001: ensino, pesquisa e profissão do economista em São Paulo. São Paulo: Narrativa Um, 2001.

456, as aulas foram compostas de disciplinas, como: Matemática, Geografia, Direito Comercial, Economia Política (voltada para questões práticas dos negócios comerciais (Decreto n° 456, de 6 de julho de 1846).

Somente em 1931 o ensino comercial foi elevado à categoria de ensino propriamente universitário. O curso passou a se chamar Administração e Finanças conferindo o grau de Bacharel em Ciências Econômicas, com duração de 3 anos (Decreto n° 20.158 de 30 de junho de 1931). Apesar do misto de disciplinas envolvidas na formação desse profissional, agora eram acrescentadas o estudo de História Econômica, Geografia Econômica, Psicologia, Sociologia, Economia Política, Finanças, Economia Bancária, Política Comercial, etc. (Decreto n° 20.158 de 30 de junho de 1931). Havia uma busca pela ampliação das disciplinas de economia dentro dos cursos de Administração e Finanças, entretanto a formação ainda era ampla e ligada às atividades práticas comerciais desenvolvidas. Com esse currículo era difícil de caracterizar o perfil do bacharel em Ciências Econômicas. Concomitante a essas dificuldades, as demandas por profissionais com os conhecimentos de economia cresciam e foram necessários avanços.

Somente com o Decreto-Lei n° 7.988 de 22 de setembro de 1945 ocorreu uma verdadeira revolução no ensino. A nova lei "foi um grande passo na formação profissional. Na verdade, foi o primeiro passo, pois como vimos, o regime anterior era totalmente inadequado para a formação de um técnico"[5]. O novo currículo trouxe um núcleo de formação técnica, dividido entre disciplinas de Teoria Econômica, Política Econômica e as ligadas aos instrumentos de análises. Além disso, o curso de Ciências Econômicas foi inserido dentro do sistema universitário brasileiro de fato.

O Decreto de 1945 foi destacado por Gudin (1956) como a própria criação do Curso de Ciências Econômicas, pois garantiu uma evolução incomparável com a realizada em 1931, com o curso de Administração e Finanças. Já Loureiro (1977) considerou este decreto como marco divisor para a formação e criação das primeiras grandes escolas de Economia. O decreto norteia as bases

[5] FERREIRA, Manoel Orlando. A formação do economista no Brasil. 1966. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1770 . Acesso 18 de maio de 2017.
.

para o perfil do economista a ser formado no Brasil, como destaca Ferreira (1966):

> A lei, nesse período, pressupunha que o economista seria o indivíduo dotado de uma formação técnica que o capacitasse a resolver os problemas do desenvolvimento econômico. Mesmo assim, não se possuía, ainda, uma perfeita visão dos atributos essenciais que deveriam nortear a formação do economista.

Antes desse Decreto, de acordo com Loureiro (1977), os economistas eram membros das elites que assumiam cargos por sua inserção política e social, com formação em Direito ou Engenharia, sendo autodidatas em Economia. O conhecimento econômico e as informações técnicas, de acordo com Loureiro (1966), viraram recurso político, sendo motivo de disputa entre grupos. Segundo Cytrynowicz e Saes (2001) os "economistas tornaram-se hegemônicos entre os técnicos em um processo que se inicia nos anos 30 e se consolida nos anos 50, com as agências de economia e planejamento". Esse processo acompanha a intensa ação de modernização que ocorria no Brasil, iniciado com a Revolução de 1930.

Em 13 de agosto de 1951 foi sancionada a Lei nº 1.411 que dispõe sobre a profissão do Economista. Inicialmente foi garantida o exercício da profissão aos diplomados em Ciências Econômicas no Brasil e dos que, embora não diplomados, tivessem uma habilitação para exercer a profissão. A lei da profissão do economista ainda considerou privativo o "exercício de cargos técnicos de economia e finanças, na administração pública, autárquica, paraestatal, de economia mista, inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público"

Já por meio do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, veio a regulamentação da Lei nº 1.411, que definiu as áreas de atuação dos economistas. Este ato representou um avanço, pois o decreto reservou um campo de atuação privativo para os economistas que talvez fosse mesmo além da realidade da época.

Na década de 1960 os esforços no sentido de individualizar o ensino da economia, com ênfase nas disciplinas tipicamente econômicas, ganha força com a emissão do Parecer nº. 397/62, que aprova uma resolução específica para o currículo dos cursos de graduação em ciências econômicas. Ocorre uma valorização das matérias econômicas, com foco na formação especializada. Durante o período, é definido a duração do curso em quatro anos, e em 1965 são

estabelecidos os limites mínimo e máximo de duração e carga horária mínima. As transformações curriculares nesse período visam acompanhar as transformações empreendidas dentro da sociedade brasileira.

Os cursos de Ciências Econômicas são ampliados no decorrer dos anos e a profissão de economista se fortaleceu. Cytrynowicz e Saes (2001) destacam que "[...] os anos do "milagre" e mesmo o restante da década de 70 talvez tenham sido a época de maior expansão para a profissão de economista, pois o crescimento da economia foi acompanhado de significativa concentração de capital na esfera das empresas". O Economista, segundo Loureiro (1977), passou a ocupar dois tipos de carreiras para o economista do setor público: (i) primeiro de economista dirigente, este oriundo das grandes escolas do país, sendo responsável pela discussão e direção da política econômica do Brasil; (ii) o outro era o funcionário-economista, sendo em geral de origens mais modestas que, por meio da profissão, conquistou o prestígio social.

Com as dificuldades e transformações político-econômicas e sociais, que se seguiram pós milagre econômico, a sociedade demandou um novo perfil de economista. De acordo com Mansur (1995), por causa das inquietações pós 1970 é gerido entre 1981 e meados 1984 a Resolução do Conselho Federal de Educação nº 11/1984, propondo um novo currículo para o curso de Ciências Econômicas. A reforma curricular de 1984 foi "o movimento pela transformação do ensino da Economia no Brasil" (Mansur, 1995). Com o novo currículo seria possível criar um economista com sólida formação teórica, histórica e instrumental, através do pluralismo metodológico, próprio da ciência econômica.

3.2 A nova concepção de Economista a partir da Reforma Curricular de 1984 e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2007.

Em geral, até a primeira metade da década de 1980, a formação de economista no Brasil não apresentava definições e delimitações sobre o que era ser economista, suas singularidades, em relação a outras formações como a dos profissionais de Administração e de Ciências Contábeis.

Segundo Armando Mendes (MENDES, 1993), as próprias organizações curriculares obedeciam às necessidades da organização da produção da riqueza social no Brasil. Entretanto, segundo o mesmo autor, as modificações também decorreram das metamorfoses da organização da produção. Assim diz:

> O Economista para os dias de hoje não pode ser apenas um refinado matemático formulador e operador de modelos econométricos, mas deve ser, sobretudo, um competente cientista social – que, por vezes, é certo, precisa lançar mão de instrumentos matemáticos sofisticados, conquanto que deles não se torne servo inconsciente. Deve, pois, crescentemente, ao menos para certos fins, saber aproximar-se do ferramental que a computação põe ao seu alcance, sem transferir-lhe a responsabilidade para a avaliação qualitativa de fatores e situações não quantificáveis, ou precariamente quantificáveis, imponderáveis, imprevisíveis, intangíveis porque situados em um plano que não é estritamente econômico. O desafio é, por conseguinte, sensivelmente, mais complexo que há duas décadas, e a resposta há de ser suficientemente segura e esclarecida para não cair em nenhuma das tentações: as extremas, de uma 'ciência' meramente discursiva, desarticulada, inconsciente ou de uma outra 'ciência' que já não diz respeito ao homem real, porque reduzidas as abstrações numéricas dispostas em elegantes fórmulas matemáticas e em modelos computadorizados. Não pode ser, também, um terceiro tipo de 'ciência' não caracterizada que procura encontrar um forçado equilíbrio ou ecletismo artificial (MENDES, In: ANGE, 1993, p. 6).

Foi, portanto, neste contexto que se justificou e se fundamentou a reforma curricular de 1984 (MENDES, in: ANGE, 1993).

Agora, decorridos mais de trinta anos da reformulação do Currículo Pleno do Curso de Ciências Econômicas, ou seja, da implementação do Currículo Mínimo estabelecido a partir da Resolução 11/84 do CFE, consideramos que devemos fazer algumas correções por alguns motivos: em primeiro lugar, temos novas formulações, descobertas de publicações ou traduções de obras clássicas, para a língua portuguesa que até então não estavam sendo consideradas devido ao processo específico de organização das bibliografias e dos conteúdos das disciplinas e, em segundo lugar, devido às aceleradas alterações estruturais na sociedade em que vivemos.

Além da necessidade de atualizações permanentes, sem prejuízo dos fundamentos da nossa formação de economistas como cientistas sociais, preocupados com a realidade brasileira e com a intervenção na realidade que nos cerca, a autocrítica deve ser uma preocupação constante no processo de formação científica e técnica de graduandos e de profissionais das Ciências Econômicas.

Em suma, temos as transformações estruturais e conjunturais decorrentes do aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho social para a produção da existência humana. Diante disso, a formação de jovens economistas não poderia deixar de considerar tais aspectos. Como recomenda Celso Furtado, por exemplo,

> Não se pode condenar a racionalidade das empresas: pedir que se comportem de outra forma é querer que sejam pouco eficientes. Mas pode-se, e deve-se, definir certos parâmetros para a racionalidade macro, definir se o critério que prevalece é o social ou o parâmetro macroeconômico (FURTADO, 1999, p. 92).

Ao mesmo tempo, o autor observa que "*A sociedade também deve se mobilizar para defender seus interesses. Importa saber se prevalece algum projeto social. Perceber que o mais importante é o social foi a descoberta mais relevante da minha vida*" (Id. ibid, p. 93). Devemos ter estas considerações em conta no processo de formação de economistas, mas, ao mesmo tempo, preservar e reforçar as linhas gerais definidas há mais de vinte anos, que não se esgotaram por se referirem a questões estruturais relacionadas ao processo de formações de economistas.

Neste sentido, consideramos que:

> [...] levam-se em conta as mudanças e transformações sofridas pelo ensino de Economia no Brasil, desde os primórdios no século XIX, e muito especialmente de 70 anos para cá, de que nos dão conhecimento algumas publicações recentes. Mas o cuidado central, neste particular, reside em que as novas diretrizes não venham a constituir-se um rompimento e sim um coroamento da evolução histórica do ensino de Economia no Brasil" (COFECON, e-mail: cofecon@cofecon.org.br).

Consideramos que o processo de formação de economistas tem avançado e procurado reafirmar a necessária **sólida formação teórica, histórica, instrumental e técnica** para que os profissionais das Ciências Econômicas possam interferir na realidade que os cercam e agir crítica e propositivamente. Como destacam Buffon e Carcanholo:

> Em suma, não queremos um curso exclusivamente teórico, nem tampouco o ensino de mediocridade. Cumpridos os primeiros passos da reforma curricular, precisamos agora de um salto adiante, com a implementação de disciplinas instrumentais ou operacionais, coerentes com o espírito da reforma e que se apropriem dos movimentos concretos da economia, fornecendo adequados instrumentos de intervenção (BUFFON e CARCANHOLO, In: ANGE, 1995, p. 19).

Consolidar avanços e vencer desafios

Em face às contradições do processo de globalização financeira, das reformas econômicas, políticas, sociais e culturais, é importante incorporar novos enfoques assim como recuperar alguns que pareciam ter sido esquecidos ou simplesmente foram ignorados. Isto se impõe diante de um processo de globalização que, como destacou Milton Santos, pode ser visto como "*fábula, como perversidade ou como possibilidade*" (SANTOS, 2000, p. 17-21), ou seja, como contraditório, complexo e que, portanto, apresenta-se em várias dimensões.

Diante desta realidade tem-se o reforço da exigência segundo a qual um:

> Mercado de trabalho para o verdadeiro economista, hoje mais do que nunca, exige um profissional com elevado grau de criatividade e ousadia para enfrentar problemas novos, capaz de aceitar desafios que a vida diária e prática constantemente nos estão lançando. A teoria que ele deve aprender na Universidade não é um conjunto de definições para serem decoradas e repetidas para o entrevistador na hora da seleção para um emprego qualquer. Ela, se realmente compreendida, serve como instrumento necessário para interpretar adequadamente a realidade como 'ferramenta' indispensável de trabalho para o profissional de Economia, seja qual for a ocupação escolhida, exceto os burocratas ou subalternos (BUFFON e CARCANHOLO In: ANGE, 1995, p.19).

A preocupação com a formação de economistas que tenham senso crítico, ou seja, a preocupação com a formação de economistas para o mercado de trabalho viria a termo com a Resolução Nº 11/84 do Conselho Federal de Educação onde se estabelece um Currículo Mínimo incluindo dois núcleos básicos, a saber: I MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL e II. MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL. Não obstante, nos incisos do Art. 7º consta que:

> a) O curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; b) O curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigma diversos; c) No ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem; e d) Dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro da profissão (Resolução nº 11/84 do Conselho Federal de Educação, In: ANGE, 1993, p. 30).

Mais tarde, com o advento da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, foi possível a determinação da constituição de Comissões de Especialistas, para a fixação de

novas diretrizes curriculares. A partir de então, foi possível, por meio de um amplo debate, com fóruns, congressos de entidades acadêmicas e profissional, órgãos públicos, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, entre outros, instituir a Resolução CNE/CES 04/07 que ratificava a essência da Reforma Curricular de 1984 e avançava na formação humanista aportando conteúdos transversais à formação do Economista, como as questões étnicos-raciais, cultura afro-brasileira e africana, o meio ambiente, os direitos humanos, entre outros.

Com o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 95/2007 foram garantidos o pluralismo metodológico e o caráter plural das Ciências Econômicas, contidos na Reforma de 1984. Além da manutenção das inovações da reforma anterior, foram introduzidas: a ampliação da carga horária de livre escolha da instituição, que passa de 40% para 50% da carga horária total do curso; a inclusão das atividades complementares; e a estruturação do Projeto Político Pedagógico pelos cursos, antes facultados.

Apesar das garantias para uma formação plural em Ciências Econômicas, existe uma hegemonia da teoria ortodoxa que pauta as orientações de política econômica no Brasil e no mundo. No entanto, essa hegemonia vem sendo questionada por estudantes do mundo todo. Como destaca Costa (2015, p. 108), “com a explosão da crise, em vários países, grupos de estudantes de Economia passaram a organizar-se para exigir reforma nos programas curriculares da disciplina. Questionando a hegemonia da teoria neoclássica até hoje em vigor, a excessiva utilização de modelos matemáticos e a desconexão entre Economia e questões econômicas reais”. Portanto, o ensino com abordagem pluralista, ampla formação teórica, histórica e instrumental é primordial para a formação de economistas capazes de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais da sociedade brasileira com criatividade e atitudes propositivas a partir de um amplo conhecimento da formação complexa das sociedades.

Dessa forma, o ensino, pesquisa e extensão, dentro do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, são essenciais para a formação de economistas preparados para enfrentarem as transformações da vida econômica e social. Por meio de formação sólida e plural os economistas

formados na Universidade poderão ocupar cargos nas esferas públicas e privadas, com competências e habilidades para responder às diversas demandas e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, do Nordeste e do Brasil, em sua totalidade.

3.3 Breve Histórico do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

As origens do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão remetem à fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, por Waldemar da Silva Carvalho[6], em 11 de agosto de 1958. Apesar da criação, a instituição enfrentou algumas dificuldades para garantir seu funcionamento. Entretanto a dedicação de seu fundador foi decisiva para que no ano de 1965, com o Decreto-Lei Nº 55.895 de 02 de abril de 1965, fosse autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

O Curso de Ciências Econômicas foi criado para atender a demanda por profissionais capacitados para atuarem no serviço público no estado do Maranhão e como alternativa de formação superior, já que os cursos nesse nível eram integrais, o que impossibilitava o acesso das camadas menos favorecidas[7]. A ascensão dos economistas no governo vinha em um movimento crescente desde 1940 no Brasil, com ampliação dos postos para economistas, nas esferas federal, estadual e municipal, principalmente em agências de planejamento e desenvolvimento econômico[8].

Acompanhando o movimento geral de criação de cursos de ciências econômicas e a valorização do economista, foi criado o curso na antiga Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão. As atividades da Faculdade iniciaram na

[6] Natural de Caxias- MA. Perito-Contador (curso equiparado ao Bacharelado em Ciências Econômicas). Foi diretor da Academia de Comércio do Maranhão, fundada em 1923 por Luiz Rego e Mata Roma. Durante sua gestão resolveu criar a Faculdade de Ciências Econômicas.

[7] Entrevista de Waldemar da Silva Carvalho a Benedito Buzzar, contida no livro Memória dos Professores da UFMA: histórias da UFMA e outras histórias (2005).

[8] LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

Rua Afonso Pena (atual prédio do Instituto Federal do Maranhão - Campus Centro Histórico), na Escola Técnica do Comércio do Maranhão.

Paralelo à criação da Faculdade de Ciências Econômicas era instituída a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), que reuniu as instituições de ensino isoladas para fundar a primeira universidade do Estado. A Lei nº 5.512 de 21 de outubro de 1966 criou a fundação responsável pela nova instituição.

A incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas à Universidade do Maranhão só foi possível pelo engajamento de Waldemar da Silva Carvalho, que, mesmo com as dificuldades e negativas dos dirigentes da Fundação, enviou correspondência solicitando ao Presidente Costa e Silva a incorporação. No ano de 1968, por meio do Decreto nº 62.492, de 1º de abril, a Faculdade foi incorporada.

Ainda em 1968, pelo Decreto nº 63.703, era reconhecido o Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Maranhão. No mesmo ano aconteciam as comemorações de colação de grau da primeira turma de economistas, chamada “Turma Juscelino Kubitscheck”. O reconhecimento foi publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 1968.

Com a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas à Fundação Universidade do Maranhão, a mesma foi transferida para o prédio (atual prédio do Curso de Enfermagem) na Rua Viana Vaz, em frente ao prédio da CAEMA. A Faculdade foi estruturada em dois departamentos (Economia e Contabilidade e Administração) seguindo a reestruturação da FUM, respeitando os Decretos nº 53/1966 e 252/1967.

As novas reformas empreendidas na estrutura da Universidade levaram a transformação da Faculdade de Ciências Econômicas em Departamento de Ciências Econômicas e Contábeis e criaram a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas. As atividades passaram a funcionar no Campus Universitário do Bacanga (atual Cidade Universitária Dom Delgado), nos prédios do CEB Velho e, posteriormente, no Centro de Ciências Sociais- CCSo.

Atualmente a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas é responsável pelas atividades da Graduação e o Departamento de Economia é a

Consolidar avanços e vencer desafios

subunidade acadêmica (vinculada à unidade acadêmica do CSSo) onde estão lotados os professores do Curso. Essa estrutura está em vigor desde 1984, com a Resolução nº 13 – CONSUN/UFMA.

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão tem suas atividades distribuídas no Centro de Ciências Sociais, as aulas ocorrem, principalmente, no segundo piso, do bloco E. A parte administrativa (Coordenação e Departamento) estão localizados no terceiro piso do Bloco A. O Centro Acadêmico de Economia Ignácio Rangel e a Atlética se encontram no Bloco A, no primeiro piso. A Empresa Junior e grupos/núcleos de pesquisa se encontram distribuídos em diversos prédios.

O Curso oferece anualmente 110 vagas, sendo 50 para o turno vespertino, primeiro semestre, e 60 para o noturno, segundo semestre. O acesso é realizado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza a média do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

As transformações pelas quais passou o processo de formação de Economistas no Brasil, a partir da Resolução nº 11/84 - CFE foram adotadas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA, entretanto o Curso, por dificuldades internas, não acompanhou as modificações do currículo. Desde de 2015, com os esforços da Coordenação, Departamento, entidades acadêmicas e entidades profissionais, o curso iniciou um processo de abertura, com um amplo debate para atualização e construção de um novo Projeto Político Pedagógico, cuja consolidação deu-se no final de 2018.

O Curso de Ciências Econômicas, com mais de 50 anos de existência, vive um processo de reafirmação e integração, comprometido com o desenvolvimento socioeconômico da realidade maranhense (e brasileira), através de uma visão pluralista das ciências econômicas. A reestruturação que se realiza no curso é fundamental para a conquista do espaço para pensar e propor políticas para a sociedade brasileira.

4. BASES LEGAIS

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, na modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, está estruturado com base na Resolução CNE nº 04, de 13 de julho de 2007, que "institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado"; pela Resolução CNE nº 02, de 18 de junho de 2007, que "dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial"; Resolução CNE nº 01, de 17 de junho de 2004, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana"; Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, que "estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos"; e a Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012, que "estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental" e na Resolução 803, de 23 de dezembro de 2010, CONSEPE-UFMA, que inclui a disciplina de Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da UFMA. Estas normas foram implementadas a partir de componentes curriculares específicos que serão indicados na seção sobre a Organização Pedagógica do Curso.

Além das resoluções supracitadas, este projeto também está fundamentado na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; do Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino; na Resolução CONAES no 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE); na Resolução no 1.175 – CONSEPE-UFMA, de 21 de julho de 2014, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão; na Resolução no 856 – CONSEPE, de 30 de agosto de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado e licenciatura – da Universidade Federal do Maranhão e

dá outras providências; e na Resolução no 1.191 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, que regulamenta o Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA

Assim, a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais e os pareceres da Câmara de Ensino superior indica, no que segue, a fundamentação teórico-filosófica do Curso, os componentes curriculares; a descrição do perfil a ser formado, as competências e habilidades dos egressos; conteúdos curriculares e duração do curso; regime de oferta; as atividades complementares; o sistema de avaliação; o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional; e o Trabalho de Conclusão de Curso, componente obrigatório. Ainda seguindo o disposto na Resolução CNE Resolução CNE nº 04, 13/07/07, Art. 2º, § 1º, contextualiza os objetivos do curso com as especificidades políticas, geográficas, social e institucional; buscando a compreender a vocação do curso; a integração em teoria e prática; e as demais exigências da resolução, contempladas no respectivo projeto.

Por último, o Projeto Pedagógico também está estruturado com base nos decretos e resoluções que normatizam atividades específicas da profissão do Economista, quais sejam: Decreto Federal 31794/52; Resoluções do CONFECON 860/74; 875/74; 928/74; 1377/78; 1536/86; 1554/87; 1612/95; 1717/04; 1728/04; 1753/04; 1768/06; 1790/07.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA

O conhecimento científico requer cuidadosa atenção para as metamorfoses da base material da produção da existência humana e suas configurações no tempo e no espaço. Como observa Serres (1995, p. 12):

> Longe de desenhar uma sequência alinhada de aquisições contínuas e crescentes ou uma mesma sequência de súbitos cortes, descobertas, invenções ou revoluções precipitando no esquecimento um passado subitamente ultrapassado, a história das ciências corre e flutua sobre uma rede múltipla e complexa de caminhos que se cavalgam e se entrecruzam em nós, cumes ou encruzilhadas, comutadores onde se bifurcam duas ou mais vias. Uma multiplicidade de tempos diferentes, com disciplinas diversas, de ideias de ciência, de grupos, de instituições, de capitais, de

> homens em acordo ou em conflito, de máquinas e objectos, de previsões e acasos imprevistos compõem conjuntamente um tecido flutuante que representa de forma fiel a história múltipla das ciências.

Para Lange (1986, p. 259):

> A existência de concepções e de orientações diferentes nas ciências é coisa normal. Isso é devido ao caráter dialético do processo de conhecimento, no curso do qual o pensamento humano se forma, na prática da ação recíproca entre o homem e a realidade que o cerca. O conhecimento científico progride pelo confronto dos resultados das novas observações e experiências com as concepções e teorias científicas existentes. Estas últimas influem sobre o sentido das pesquisas, definem a orientação das novas observações e experiências; mas, por sua vez, os resultados dessas pesquisas levam necessariamente a uma modificação das concepções e teorias científicas, a sua adaptação aos fatos recentemente estabelecidos. As concepções e teorias novas indicam, por sua vez, quais são as novas observações e experiências a fazer, o que de novo leva a uma adaptação necessária das concepções e teorias científicas, etc.

Os passos iniciais do moderno pensamento econômico apareceram nas formulações dos mercantilistas dos séculos XV ao XVIII quando a acumulação de capital estava "*estreitamente ligada ao desenvolvimento do comércio capitalista e da navegação marítima*" (LANGE, 1986, p. 260). Posteriormente, no século XVIII, na França, apareceram as formulações dos fisiocratas, particularmente, o *Tableau Économique* de François Quesnay, deslocando o estudo da economia das relações de circulação para o processo de produção material da riqueza social, ainda que limitado à compreensão da origem do excedente econômico devido a uma ordem natural, isto é, ao desenvolvimento do processo de produção da riqueza excedente a partir da agricultura.

Ainda no século XVIII foi publicada a obra de Adam Smith (1776) "*A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*", fincando novas bases para o estudo do processo de produção, circulação e apropriação da riqueza material. Estavam assim construídos os alicerces das Ciências Econômicas, materializados nas formulações da "Economia Política Clássica" (Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus e outros).

O século XIX foi o tempo e o espaço em que o capitalismo atingiu a sua maturidade. Como desdobramento tornou-se o palco da explicitação das Ciências Econômicas como Ciência Social e cujas interpretações se relacionam com as

Consolidar avanços e vencer desafios

maneiras de ver as contradições das relações de produção, de circulação e de apropriação da riqueza em processos e por meios historicamente determinados.

Não obstante, a pluralidade das interpretações da realidade econômica é produto das próprias contradições constitutivas das relações sociais de produção da riqueza na sociedade capitalista, da produção da sociedade capitalista e de produção de elementos da superação das mediações burguesas. Neste processo, foram gestadas formulações que cindiram o pensamento econômico em campos distintos. Por um lado, surgiu a chamada Economia Neoclássica, fundada por Stanley Jevons, Carl Menger, Leon Walras e aprofundada, por exemplo, por Alfred Marshall e outros. Por outro lado, tem-se a "*Crítica de Economia Política"* apresentada por Karl Marx e Friedrich Engels, que foi adotada e desenvolvida por seus estudiosos.

Outros grandes pensadores do século XIX e do século XX apresentaram importantes contribuições para as Ciências Econômicas a exemplo de Joseph Schumpeter, John Maynard Keynes, Michal Kalecki, Josef Steindl, Vladimir I. U. Lênin e tantos outros.

Assim, o estudo das Ciências Econômicas tornaria impositiva a recorrência aos formuladores, ou seja, às apreensões a partir da leitura dos pensadores, sempre que possível, consultando as obras nos originais. A publicação das respectivas obras, em língua portuguesa materializou-se, na década de 1980, com o lançamento da coleção "*Os Economistas*", pela editora Abril Cultural, é considerado um feito importantíssimo para o novo processo de formação de economistas no Brasil. Este processo e as metamorfoses da realidade econômica e social impuseram a necessidade da formação de economistas voltada para a realidade da produção da existência material, sem perder de vista a necessidade de uma sólida formação teórica e histórica e instrumental.

Em consonância com o que "Institui das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências" (Resolução CNE/CES nº 4 de 13 de julho de 2007), o processo de formação de Economistas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA se pauta

nas seguintes exigências, conforme constam no Art. 2º § 3º da supracitada Resolução:

> I – comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
> II – pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;
> III – ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere, e;
> IV – ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivos Gerais:

- Formar profissionais de alto desempenho e excelência capazes de compreender e intervir, crítica e propositivamente, em fenômenos econômicos complexos. Capazes, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades específicas à formação, de atuarem na formulação, elaboração e implementação de planos de desenvolvimento, planejamento, construção de cenários econômicos e indicadores, de projetos de viabilidade econômica e de investimentos, e na elaboração de políticas macroeconômicas.

É, também, objetivo fundamental deste Curso,

- Desenvolver capacidades para que o Economista desempenhe funções analíticas e de execução nas mais distintas áreas do setor público, da iniciativa privada, em instituições não-governamentais, em instituições de ensino e pesquisa e entidades de classe.

6.2 Objetivos Específicos:

- Formar profissionais capazes de articular programas de pesquisa e extensão universitária, e cooperação técnica e institucional com organizações públicas privadas e não-governamentais, nacionais e internacionais.
- Formar perfis profissionais de liderança, adequados às grandes carreiras públicas e privadas de técnicos, analistas e gestores.
- Favorecer o aprimoramento dos estudos nas áreas de Economia Política, Economia do Setor Público e Economia de Empresas.
- Estimular a produção científica com foco na análise socioeconômica regional.
- Empreender formas diversificadas de atuação profissional, valorizando também conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário.
- Pautar-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional, buscando maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente.

7. CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO

7.1 Perfil do egresso

O perfil do egresso proposto pelo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, na modalidade Bacharelado, da Universidade Federal do Maranhão, segue as normas da Universidade e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Econômicas (Resolução CNE/CES nº 04/2007).

O Bacharel em Ciências Econômicas apresenta uma sólida formação geral e específica, com aptidão para compreender questões científicas, técnicas,

sociais e políticas relacionadas com a Economia. O profissional deverá possuir: consciência social, para o enfrentamento de situações emergentes na sociedade politicamente organizada; capacidade de interagir e opinar sobre as transformações político-econômicas e sociais contextualizadas na sociedade brasileira e na economia mundial; sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados à formação teórica-quantitativa e teórico-prática; e visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial.

O egresso do Curso de Ciências Econômicas será dotado: de ampla base cultural, que lhe possibilitará entender as questões econômicas no seu contexto histórico social; capacidade de tomar decisões e encontrar soluções para problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica e visão crítica; competências para adquirir conhecimentos e repensar paradigmas teóricos; e domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

O Bacharel em Ciências Econômicas egresso da Universidade Federal do Maranhão através da compreensão das tendências e transformações da economia, deverá analisar suas possíveis consequências sociais e implicações para os interesses dos governos, da sociedade civil e das empresas. Assim, o profissional será capaz de atuar na orientação, gestão e planejamento de ações de agentes públicos e privados, visando o desenvolvimento das atividades econômicas e buscando soluções para os interesses individuais e sociais.

7.2 Competências e Habilidades

O Bacharel em Ciências Econômicas egresso da Universidade Federal do Maranhão deverá dispor de competências e habilidades atendendo as normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, Resolução CNE 04/07, Art. 04, sendo elas:

a. Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
b. Ler e compreender textos econômicos;

c. Elaborar pareceres, relatórios, análises, trabalhos e textos na área econômica;
d. Utilizar adequadamente conceitos teóricos presentes nos diversos paradigmas fundamentais da ciência econômica;
e. Utilizar o instrumental econômico e o conhecimento histórico para analisar situações históricas concretas;
f. Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos socioeconômicos;
g. Diferenciar correntes teóricas presentes nas distintas políticas econômicas.

Além das competências e habilidades compreendidas dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais o profissional egresso da Universidade Federal do Maranhão também deverá dispor de competências e habilidades para atender, mesmo que basicamente, as atividades inerentes à profissão de Economista (conforme, Decreto Federal 31794/52; Resoluções do CONFECON 860/74; 875/74; 928/74; 1377/78; 1536/86; 1554/87; 1612/95; 1717/04; 1728/04; 1753/04; 1768/06; 1790/07; 1944/15).

7.3 Campo de atuação

O campo de atuação do Bacharel Ciências Econômicas é amplo e cheio de possibilidades. Por ser um profissional dedicado ao estudo das relações de produção e consumo de bens e serviços, ou seja, geração e distribuição de renda, no campo empresarial, regional, nacional e internacional, atuará no desenvolvimento de planos visando a solução de problemas econômicos, financeiros e administrativos, nos mais diversos setores (agricultura, comércio, indústria, serviços, etc.).

A sólida formação teórica desse profissional, aliada à sua capacidade de relacionar a teoria e os problemas práticos possibilita um vasto campo de trabalho, seja em empresas privadas, no setor público, atividades de ensino e pesquisa, entre outras. De acordo com o Decreto 31794/52 a atividade profissional do

Consolidar avanços e vencer desafios

economista exercita-se em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que necessitem técnica ou cientificamente, o aumento ou conservação do rendimento econômico.

O campo de atuação dos egressos dos Cursos de Ciências Econômicas encontra um amplo leque de atividades inerentes a profissão (conforme, Decreto Federal 31794/52; Resoluções 1717/04; 1612/95; 1554/87; 1536/86; 860/74; 875/74; 1377/78; 928/74; 1728/04; 1753/04; 1768/06; 1790/07; 1944/2015), sendo elas:

- ✓ assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- ✓ estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- ✓ análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- ✓ estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- ✓ estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- ✓ produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- ✓ planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- ✓ assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.
- ✓ planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- ✓ avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- ✓ perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- ✓ análise financeira de investimentos;

- ✓ estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- ✓ estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- ✓ auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- ✓ formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- ✓ economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- ✓ certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- ✓ regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- ✓ estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;
- ✓ consultoria econômico-financeira independente;
- ✓ atuação no campo da economia solidária;
- ✓ atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa;
- ✓ arbitragem e mediação.

8. A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica do curso de Ciências Econômicas contempla conteúdos que revelem inter-relações com a interdisciplinaridade, a relação teoria e prática, a pesquisa e a extensão, a integração entre a graduação e a pós-graduação, a observância aos conteúdos objetos de exigência legal e a autonomia discente, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia.

O curso de Ciências Econômicas é organizado de forma a contemplar em princípios básicos estruturantes necessários à formação do Economista, em

conformidade com o expresso no perfil do egresso e constantes nas habilidades e competências necessárias. Além dos aspectos já destacados, a organização didático-pedagógica do curso preza pela interdisciplinaridade, pela estreita relação entre teoria e prática, pela promoção de estratégias de pesquisa e extensão, vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem, pela integração entre graduação e pós-graduação, pela observância aos conteúdos objetos de exigência legal e pela autonomia discente no processo de aprendizagem.

Do ponto de vista da **interdisciplinaridade**, busca-se, pelo pluralismo metodológico e teórico, a aproximação da concepção de que os fenômenos econômicos, como parte do mundo, são fenômenos complexo. Embora as ciências econômicas, assim como as demais ciências, em geral, tenham um caráter disciplinar, é importante observar que a produção científica não pode fechar-se à fronteira do conhecimento específico, sob o risco de produzir um olhar fragmentado e uma compreensão restrita da realidade.

Nesse aspecto, a interdisciplinaridade cumpre o objetivo fundamental de estabelecer diálogos transversais ao conteúdo disciplinar, alargando a fronteira do conhecimento sobre a realidade. São exemplos desses aspectos, os componentes curriculares das áreas do Direito, da Sociologia, da Contabilidade, da Matemática que atravessam a estrutura curricular do curso, bem como a formação heterogênea da titulação dos docentes, contemplando áreas da Geografia, da História, das Políticas Públicas, da Agricultura e das Ciências Sociais.

A primazia dada a estreita **relação entre teoria e prática** pode ser facilmente percebida pelos componentes curriculares instrumentais e pelas disciplinas de laboratório desenvolvidas a partir de metodologias de resolução de problemas. Essa relação também é amplamente contemplada por meio da Empresa Júnior de Economia - EJECON, através do fomento ao aprendizado prático do universitário em sua área de atuação; e da aproximação com o mercado de trabalho.

A vinculação do processo de ensino-aprendizagem com a **pesquisa e a extensão** deve ser compreendido no tocante à integralização curricular, a partir das estratégias desenvolvidas nas metodologias de ensino propostas em cada

componente curricular, bem como por meio do processo de integração discente nos grupos e núcleos de pesquisa do Departamento de Economia. Outra dimensão dessa vinculação proposta por esse Projeto Pedagógico diz respeito, também, às modalidades de TCCs, onde o discente pode optar por desenvolver uma monografia ou apresentar um artigo científico já aceito para publicação em revista indexada, cujo conteúdo seja proveniente de resultados de pesquisa.

O conteúdo **objeto de exigência legal** foi assim contemplado nesse projeto pedagógico: a Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012, que trata da Educação Ambiental foi implementada por meio da disciplina optativa *Economia do Meio Ambiente;* a Resolução CNE nº 01, de 17 de junho de 2004, que trata da Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" foi implementada por meio da disciplina *Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira e Indígena*; a Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, que trata da Educação em Direitos Humanos, foi contemplada pelo componente curricular *Direitos Humanos*; e a Resolução 803, de 23 de dezembro de 2010, CONSEPE-UFMA, que trata da obrigatoriedade da inclusão da disciplina de *Libras* nos currículos de Graduação da UFMA, foi implementada por disciplina optativa de mesmo nome.

Outra dimensão balizadora da organização didático-pedagógica refere-se à construção da **autonomia discente**. O fomento desse aspecto pode ser contemplado a partir do uso sistemático do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão da Atividade Acadêmica), ferramenta digital responsável pelo armazenamento do conteúdo de cada componente curricular. Por meio dessa ferramenta, toda gestão de acompanhamento das tarefas, bibliografias, frequência e notas é feita pelo próprio discente. Além disso, do ponto de vista do protagonismo discente na prática profissional, o aluno conta com o espaço da Empresa Júnior de Economia - EJECON, onde são desenvolvidos trabalhos profissionais de assessoramento e consultoria, na área de viabilidade econômica, projetos, e análises de custos.

A **integração da Graduação com a Pós-Graduação** é feita basicamente a partir dos grupos e núcleos de pesquisa e do corpo docente que dão sustentação ao Curso de Graduação e ao Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE). Outro importante aspecto da vinculação entre a Graduação com o Programa de Pós-Graduação consiste no fato de que ambos apresentam o desenho curricular focado no Desenvolvimento Econômico e na Análise Regional, o que facilita a integração a partir dos projetos de pesquisa que podem ser executados com discentes de ambos os cursos.

Além disso, o Programa desempenha papel fundamental na política de formação discente de alto desempenho em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Para uma rápida constatação desse papel é importante alguns dados: em 2016, dos 13 discentes formados pelo Curso, 2 ingressaram no PPGDSE e 1 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense; já em 2017, dos 26 formados, 6 foram aprovados no Programa e outros 4 em programas fora do Estado (como UFMG, UNICAMP e UFU).

Essa estreita relação é importante também para o compromisso com a sociedade. Como dito, o desenho curricular de ambos os cursos mantém estreita sintonia, o que vem possibilitando a orientação das pesquisas a partir de temas relacionados com as demandas socioeconômicas (como segurança alimentar, desenvolvimento local, avaliação de políticas públicas, agronegócio, política de emprego e análise das políticas neoliberais) presentes no Estado, sem ignorar, os temas discutidos nacionalmente.

8.1 A Metodologia

8.1.1O método do processo de ensino-aprendizagem

A concepção teórico-metodológica na qual se assenta o nosso curso em Ciências Econômicas tem como base a formação integral do graduando. Pretende-se instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, explicitando princípios baseados na autonomia, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos num projeto comum e coletivo. Nossa prioridade é a formação de habilidades e competências, orientando o aluno para a construção crítica do conhecimento,

aprendendo não só a ser um profissional, mas, também, um cidadão integrado à realidade social em que vive.

O curso de Ciências Econômicas considera os métodos de ensino em estreita relação com o processo de aprendizagem, pois são estratégias que desempenham papel fundamental na direção, dada pelo docente, para assimilação do conteúdo disciplinar, sendo, portanto, instrumento indispensável ao êxito do processo de aprendizagem. Ressalta-se que embora o protagonismo, seja em grande medida do professor, nada impede que os métodos de ensino promovidos partam da relação conjunta entre docente e discente.

Os métodos de ensino e os procedimentos didáticos usados no curso dependem das características de cada componente curricular, bem como dos objetivos de cada disciplina, das peculiaridades do corpo discente e do trabalho docente. No entanto em geral, pode-se elencar, que a metodologia, proposta no curso de Ciências Econômicas, segue as dimensões propostas por Libâneo (1994):

a) **Método de exposição pelo docente**. Nesse método o protagonismo é, em grande parte do professor, a partir da apresentação, explicação, demonstração e exemplificação e/ou ilustração do conteúdo. Embora a aula expositiva seja um veículo tradicional do modelo de ensino, isso não sugere que o discente assuma uma posição passiva, pois é aberto ao diálogo e a interação.

b) **Método de trabalho independente**. Esse método pressupõe domínio prévio, por parte dos alunos, do método de solução, do conteúdo formativo, dos objetivos e perfeita compreensão da tarefa dada. Consiste em promover estudos dirigidos, com orientação indireta, para que os discentes, a partir dos conteúdos assimilados, desenvolvam, com criatividade, as tarefas recomendadas. O aspecto fundamental nesse método, é a possibilidade de desenvolver a autonomia discente e a aplicação dos conhecimento e habilidades construídos sem a intervenção direta do docente.

c) **Método de elaboração conjunta.** Consiste num método de interação entre professor e aluno, a partir da exposição dialogada do conteúdo. Pressupõe domínio razoável de conhecimento básico e, geralmente, a aula dialogada

ou a conversação parte de uma indagação que possa incitar o raciocínio e a conversa dos discente. O aspecto fundamental desse método é o estímulo argumentação, à expressão de opiniões, à discussão, refutação, a interpretação e a manifestação de experiências.

d) **Método de trabalho em grupo**. Consiste no emprego de atividades em equipe de alunos, visando o estabelecimento da cooperação na construção, realização e apresentação de tarefas. Geralmente usado de maneira transitória e em interação com outras metodologias. As estratégias mais comuns desse método são o debate, seminários, etc.

e) **Método do estudo do meio.** Consiste na técnica de estudo no qual o conteúdo é estudado a partir das relações com os fatos sociais que lhe são conexos. Refere-se a todos os procedimentos que possibilitam o levantamento da discussão e a compreensão de problemas concretos. Estão geralmente associados a esta estratégia as visitas técnicas, os passeios, excursões, uso de jornais, revistas, etc.

8.1.2 O uso das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação – NTCI.

Parte importante na metodologia de ensino diz respeito ao exercício regular das NTCIs. No Curso de Ciências Econômicas, além dos instrumentos convencionais, como data-show, laboratório de informática, aplicativos em smartphones, uso de repositório digitais de dados, software de tratamento de dados, há, também, o Sistema de Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, onde é possível executar uma série de atividades a partir das NTCIs, como por exemplo:

a) É possível realizar questionários online e em tempo real, estabelecendo a quantidade de tentativas por questões, o tempo e prazo para as respostas, o feedback ao aluno, após as respostas, automatizando o processo de correção de questões de maneira, inclusive, instantânea;

b) É possível a criação de *chats* que possibilitam a conversa com os discentes e também o atendimento individual em qualquer momento;

c) O sistema também dispõe de um repositório (nuvem) para armazenamento da bibliografia e demais arquivos da disciplina com capacidade de 2Gb por componente curricular, evitando assim o uso de cópias xerocopiadas;
d) No sistema também é possível realizar enquetes, estabelecer tarefas vinculadas a algum item do programa da disciplina, com tempo e prazos definidos;
e) É possível ainda a criação de fóruns de discussão (público ou privado), agregando outras pessoas, além dos alunos, para compartilhamento de todo o processo de construção do componente curricular;
f) Além dos conteúdos convencionais o SIGAA ainda permite a inclusão de vídeos e de páginas na internet para acesso do discente;
g) Do ponto de vista do acompanhamento docente, o sistema também garante ao professor ferramentas de gestão poderosas, como o monitoramento individual de acesso a todo conteúdo disponibilizado, estatísticas de notas, gerenciamento de grupos de alunos e demais ferramentas.

É desejável promover uma formação profissional ampla e diferenciada, em consonância com as necessidades sociais e com a realidade do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, se faz necessária, também, a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com uma concepção de excelência acadêmica, que supere a avaliação como fim do processo de ensino-aprendizagem. A ideia é permitir o equilíbrio entre conhecimentos, habilidades, atitudes e, ainda, estimular o aprendizado - considerando a aprendizagem como um processo dialético de construção de conhecimento, evidenciado por conceitos significativos, desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade.

Consolidar avanços e vencer desafios

8.2 Estrutura Curricular

O Curso de Ciências Econômicas é ministrado nos períodos vespertino e noturno em regime semestral, com carga horária máxima de 300h semestrais,

onde cada disciplina abrangerá 60 horas-aulas (ou 4 créditos), com exceção do trabalho de conclusão de curso, de 240 horas, e das Atividades complementares, de 120 horas. O curso tem duração mínima de quatro anos, equivalentes a oito semestres letivos, duração média de 6 anos (doze semestres letivos) e de, no máximo de 7 anos e meio (equivalentes a 15 semestres letivos), totalizando 188 créditos, equivalentes a uma carga horária de 3.120 horas. Ingressam anualmente no curso de Ciências Econômicas 110 alunos, sendo 60 no turno vespertino e 50 no noturno, conforme Portaria de renovação nº 272/2017 – MEC.

8.2.1 Estruturação Geral

As disciplinas do curso de Ciências Econômicas estão distribuídas em quatro áreas de formação, respeitando o percentual mínimo de 50% da carga horária dos cursos, ou 1560 horas, que deverão contemplar os seguintes conteúdos obrigatórios: Conteúdos de Formação Geral (10% da carga horária total), Teórico-quantitativa (20% da carga horária total), Histórica (10% da carga horária total) e Teórico-prática (10% da carga horária total), determinados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, de 13 de Julho de 2007 (Resolução nº 4 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação). No caso do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão esses conteúdos somam 2520 horas o que equivale a 81% da carga horária total, distribuídas da seguinte forma:

As disciplinas da área de **FORMAÇÃO GERAL** têm por objetivo introduzir o aluno no conhecimento das Ciências Econômicas e de outros campos do conhecimento, tais como: introdução à economia, filosofia, sociologia, ciência política e estudos básicos e propedêuticos da administração, direito, contabilidade, matemática e estatística econômica. Ao conjunto destas unidades de estudo ou disciplinas deve-se, segundo as Diretrizes, destinar, pelo menos, 10% da carga horária do curso, o que equivale a um mínimo de 312 horas aula. Este projeto propõe 12% de sua carga horária total, correspondendo a 360 horas aula.

A área de Formação **TEÓRICO-QUANTITATIVA** se direciona a formação profissional propriamente dita, contempla tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico. Esta área tem por objetivo oferecer uma formação teórico-quantitativa que garanta o desenvolvimento do raciocínio lógico, aplicando-a as bases teórico-científicas necessárias à sólida formação do profissional de economia, apresentando ao estudante as diversas teorias econômicas e suas aplicações práticas bem como a relação entre elas. A este conjunto de disciplinas deve-se, conforme propõem as Diretrizes, destinar um mínimo de 20% da carga horária do curso ou o equivalente a 624 horas aula. Este projeto propõe 48% de sua carga horária total, correspondendo a 1.500 horas aula.

Os conteúdos de **FORMAÇÃO HISTÓRICA** possibilitam ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, permitindo ao Economista não apenas entender o passado, mas compreender melhor o próprio presente, evitar erros e enriquecer sua interpretação sobre a realidade, os conteúdos de Formação Histórica englobam disciplinas como: pensamento econômico neoclássico, história econômica geral, formação econômica do Brasil e economia brasileira contemporânea. Ao conjunto destas disciplinas deve-se, como apontado nas Diretrizes, destinar um mínimo de 10% da carga horária do curso ou o equivalente a 312 horas aula. Este projeto propõe 15% de sua carga horária total, correspondendo a 480 horas aula.

Os Conteúdos **TEÓRICO-PRÁTICOS** abordam questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, metodologia de pesquisa, técnicas de pesquisa em economia e trabalho de conclusão de curso. Ao conjunto destas disciplinas deve-se, como apontado nas Diretrizes, destinar um mínimo de 10% da carga horária do curso ou o equivalente a 312 horas aula. Este projeto propõe 19% de sua carga horária total, correspondendo a 600 horas aula.

MATRIZ CURRICULAR

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
Introdução a Economia	Pensamento Econômico Neoclássico	Economia Marxista I	Economia Marxista II	Desenvolvimento Socioeconômico I	Economia Brasileira Contemporânea I	Economia Internacional I	Economia Internacional II	Projeto de Pesquisa	Trabalho de Conclusão de Curso
Economia Clássica	Contabilidade Social	Teoria Macroeconômica I	Teoria Macroeconômica II	Teoria Macroeconômica III	Economia Regional e Urbana	Economia do Nordeste	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	Economia do Trabalho	Optativa
Técnicas de Pesquisa em Economia	Teoria Microeconômica I	Teoria Microeconômica II	Economia Industrial I	Estatística Econômica II	Econometria I	Economia Agrária	Política Econômica	Estratégias de Desenvolvimento Comparadas	Atividades Complementares
Matemática Econômica I	Matemática Econômica II	Álgebra Linear	Análise de Conjuntura Econômica	Economia Monetária	Economia do Setor Público	Desenvolvimento Territorial e a Distribuição Espacial no Maranhão	Formação Econômica do Maranhão	Optativa	
Evolução das Ideias Econômicas e Sociais	Formação e Desenvolvimento do Capitalismo	Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo	Estatística Econômica I	Formação Econômica do Brasil	Estado e Capital	Economia Brasileira Contemporânea II	Economia Agrícola	Optativa	

Total de Componentes Curriculares Obrigatórias: 2940 horas em 45 Componentes.

Total de Disciplinas Optativas: 180 horas em 3 disciplinas.

Formação Geral: total de 12 % com 360 horas.

- ✓ Álgebra Linear
- ✓ Estatística Econômica I
- ✓ Evolução das Ideias Econômicas e Sociais
- ✓ Introdução à Economia
- ✓ Matemática Econômica I e Matemática Econômica II

Formação Teórico-Quantitativa: total de 48 % com 1.500 horas.

- ✓ Contabilidade Social

- ✓ Desenvolvimento Socioeconômico I
- ✓ Desenvolvimento Territorial
- ✓ Econometria I
- ✓ Economia Agrária
- ✓ Economia Agrícola
- ✓ Economia Clássica
- ✓ Economia do Setor Público
- ✓ Economia do Trabalho
- ✓ Economia Internacional I
- ✓ Economia Marxista I e Economia Marxista II
- ✓ Economia Monetária
- ✓ Economia Regional e Urbana
- ✓ Estado e Capital
- ✓ Estatística Econômica II
- ✓ Estratégias de Desenvolvimento comparadas
- ✓ Pensamento Econômico Neoclássico
- ✓ Política Econômica
- ✓ Teoria Macroeconômica I, Teoria Macroeconômica II e Teoria Macroeconômica III
- ✓ Teoria Microeconômica I, Teoria Microeconômica II e Teoria Microeconômica III

Consolidar avanços e vencer desafios

Formação Histórica: total de 15 % com 480 horas.

- ✓ Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo

✓ Economia Brasileira Contemporânea I e Economia Brasileira Contemporânea II

✓ Economia Internacional II

✓ Formação e Desenvolvimento do Capitalismo

✓ Formação Econômica do Brasil

✓ Formação Econômica do Maranhão

✓ Formação Econômica do Nordeste

Formação Teórico-Prática: total de 19 % com 600 horas.

✓ Análise de Conjuntura

✓ Atividades Complementares

✓ Elaboração e Análise de Projetos Econômicos

✓ Projeto de Pesquisa

✓ Técnicas de Pesquisa em Economia

✓ Trabalho de Conclusão de Curso

8.2.2 Componentes Obrigatórios do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

Para os componentes curriculares obrigatórios do curso de Ciências Econômicas como parâmetro geral, os discentes matriculam-se semestralmente em 5 componentes curriculares correspondentes a 300 horas de aula, contabilizando 2940 horas em 45 componentes curriculares, como apresentado no quadro abaixo:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO	DEPARTAMENTO
1º PERÍODO				
Economia Clássica	60	4	-	Economia
Evolução das Ideias Econômicas e Sociais	60	4	-	Economia
Introdução a Economia	60	4	-	Economia
Matemática Econômica I	60	4	-	Economia
Técnicas de Pesquisa em Economia	60	4	-	Economia
2º PERÍODO				
Contabilidade Social	60	4	-	Economia
Formação e Desenvolvimento do Capitalismo	60	4	-	Economia
Matemática Econômica II	60	4	Matemática Econômica I	Economia
Pensamento Econômico Neoclássico	60	4	Economia Clássica	Economia
Teoria Microeconômica I	60	4	Int. a Economia/ Matemática Econômica I	Economia
3º PERÍODO				
Álgebra Linear	60	4	-	Economia
Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo	60	4	Formação e Desenvolvimento do Capitalismo	Economia
Economia Marxista I	60	4	Economia Clássica	Economia
Teoria Macroeconômica I	60	4	Contabilidade Social	Economia
Teoria Microeconômica II	60	4	Teoria Microeconômica I	Economia
4º PERÍODO				
Análise de Conjuntura Econômica	60	4	Contabilidade Social	Economia
Economia Industrial	60	4	Teoria Microeconômica	Economia

Consolidar avanços e vencer desafios

			II	
Economia Marxista II	60	4	Economia Marxista I	Economia
Estatística Econômica I	60	4	-	Economia
Teoria Macroeconômica II	60	4	Teoria Macroeconômica I	Economia
5º PERÍODO				
Desenvolvimento Socioeconômico I	60	4	Teoria Macroeconômica I e Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo	Economia
Economia Monetária	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
Estatística Econômica II	60	4	Estatística Econômica I	Economia
Formação Econômica do Brasil	60	4	Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo	Economia
Teoria Macroeconômica III	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
6º PERÍODO				
Econometria	60	4	Estatística Econômica II	Economia
Economia Brasileira Contemporânea I	60	4	Formação Econômica do Brasil	Economia
Economia do Setor Público	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
Economia Regional e Urbana	60	4	-	Economia
Estado e Capital	60	4	Economia Marxista I	Economia
7º PERÍODO				
Desenvolvimento Territorial e Distribuição Espacial no Maranhão	60	4	Economia Regional e Urbana	Economia
Economia Agrária	60	4	Economia Marxista II	Economia

Economia Brasileira Contemporânea II	60	4	Economia Brasileira Contemporânea I	Economia
Economia do Nordeste	60	4	-	Economia
Economia Internacional I	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
8º PERÍODO				
Economia Agrícola	60	4	Teoria Microeconômica II	Economia
Economia Internacional II	60	4	Economia Internacional I	Economia
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60	4	Teoria Microeconômica II	Economia
Formação Econômica do Maranhão	60	4	Formação Econômica do Brasil	Economia
Política Econômica	60	4	Economia Monetária	Economia
9º PERÍODO				
Economia do Trabalho	60	4	-	Economia
Estratégias de Desenvolvimento Comparadas	60	4	Desenvolvimento Socioeconômico I	Economia
Optativa	60	4	-	-
Optativa	60	4	-	-
Projeto de Pesquisa	60	4	Após integralização de 1.500h	Economia
10º PERÍODO				
Atividades Complementares	120	8	-	Economia
Optativa	60	4	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso	240	16	Projeto de Pesquisa	Economia

8.2.3 Disciplinas Optativas do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

Como parte da integralização do Curso, o aluno deve cursar pelo menos três disciplinas do quadro das optativas, perfazendo um total de 180 horas-aulas. A escolha é feita entre as disciplinas relacionadas no quadro abaixo.

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS	DEPARTAMENTO
Administração Financeira	60	4	-	Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração
Ciência Política	60	4	-	Economia
Contabilidade de Custos	60	4	Contabilidade e Análise de Balanços	Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração.
Contabilidade e Análise de Balanços	60	4	-	Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração.
Desenvolvimento Econômico e Instituições	60	4	Desenvolvimento Socioeconômico I	Economia
Desenvolvimento Regional	60	4	Economia Regional e Urbana	Economia
Desenvolvimento Rural	60	4	Economia Agrária	Economia
Desenvolvimento Socioeconômico II	60	4	Desenvolvimento Socioeconômico I	Economia
Direitos Humanos	60	4	-	Direito
Econometria II	60	4	Econometria	Economia
Economia do Meio Ambiente	60	4	-	Economia
Economia Industrial Brasileira	60	4	Teoria Microeconômica II	Economia
Economia Institucional	60	4	-	Economia
Economia Política Contemporânea	60	4	Economia Marxista II	Economia
Estudo do Processo Inflacionário	60	4	Economia Monetária	Economia
Gênero, Divisão Sexual do Trabalho	60	4	-	Economia
Inovação e	60	4	Desenvolvimento	Economia

Desenvolvimento			Socioeconômico I	
Introdução à Administração	60	4	-	Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração.
Introdução à Economia da Inovação	60	4	-	Economia
Laboratório de Finanças Públicas	60	4	Economia Setor Público	Economia
Laboratório de Macroeconomia I	60	4	Teoria Macroeconômica I	Economia
Laboratório de Macroeconomia II	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
Libras	60	4	-	Letras
Marketing	60	4	-	Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração.
Matemática Econômica III	60	4	Matemática Econômica II	Economia
Matemática Financeira	60	4	-	Economia
Mercado de Capitais	60	4	Economia Monetária	Economia
Orçamento Público	60	4	Economia Setor Público	Economia
Políticas Sociais	60	4	Economia Setor Público	Economia
Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira e Indígena	60	4	-	Sociologia e Antropologia
Tópicos em Teoria Econômica	60	4	-	Economia

8.3 Equivalência Curricular

O plano de equivalência das disciplinas do currículo atual com as do novo currículo, têm o objetivo de possibilitar a oferta de disciplinas em ambos os currículos que estão relacionadas abaixo. A definição de equivalências também possibilitará aos estudantes realizar, se assim o desejarem, a migração para o novo currículo.

COMPONENTES CURRICULARES CURRÍCULO NOVO	COMPONENTES CURRICULARES CURRÍCULO ANTIGO
Álgebra Linear	Matemática I
Análise de Conjuntura	-
Atividades Complementares	-
Contabilidade Social	Contabilidade Social
Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo	Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo
Desenvolvimento Socioeconômico I	Desenvolvimento Socioeconômico I
Desenvolvimento Territorial	-
Econometria	Econometria
Economia Agrária	Economia Agrícola
Economia Agrícola	-
Economia Brasileira Contemporânea I	Economia Brasileira Contemporânea I
Economia Brasileira Contemporânea II	Economia Brasileira Contemporânea II
Economia Clássica	Economia Clássica
Economia do Nordeste	-
Economia do Setor Público	Economia do Setor Público II
Economia do Trabalho	Economia do Trabalho
Economia Internacional I	Economia Internacional I
Economia Internacional II	Economia Internacional II
Economia Marxista I	Economia Marxista I

Economia Marxista II	Economia Marxista II
Economia Monetária	Economia Monetária
Economia Regional e Urbana	Economia Regional e Urbana
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	Elaboração de Projetos
Estado e Capital	Economia do Setor Público I
Estatística Econômica I	Introdução à Estatística Econômica
Estatística Econômica II	Estatística Econômica I e Introdução à Econometria
Estratégias de Desenvolvimento Comparadas	-
Evolução das Ideias Econômicas e Sociais	Evolução das Ideias Sociais
Formação e Desenvolvimento do Capitalismo	Formação e Desenvolvimento do Capitalismo
Formação Econômica do Brasil	Formação Econômica do Brasil
Formação Econômica do Maranhão	Formação Econômica do Maranhão
Introdução a Economia	Introdução à Economia
Matemática Econômica I	Matemática II
Matemática Econômica II	Matemática III
Optativa	-
Optativa	-
Optativa	-
Pensamento Econômico Neoclássico	Economia Neoclássica I

Política Econômica	Política e Programação Econômica
Projeto de Pesquisa	Técnica de Pesquisa em Economia
Técnicas de Pesquisa em Economia	-
Teoria Macroeconômica I	Teoria Macroeconômica I
Teoria Macroeconômica II	Teoria Macroeconômica II
Teoria Macroeconômica III	Teoria Macroeconômica III
Teoria Microeconômica I	Economia Neoclássica II
Teoria Microeconômica II	Teoria Microeconômica I
Teoria Microeconômica III	Teoria Microeconômica II
Trabalho de Conclusão de Curso	Monografia

8.4 Estágio Curricular

Conforme institui a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. E o estágio não obrigatório desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. De acordo com a Resolução Nº. 1191 - CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, estágio é um componente curricular integrante do projeto pedagógico dos cursos da Universidade Federal do Maranhão e constitui um eixo articulador entre teoria e prática que possibilita ao estudante a interação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho. (Art. 2°, Cap. I, da Resolução Nº. 1191 - CONSEPE, de 03 de outubro de 2014).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, atualizadas em 2007, o Estágio

Supervisionado é de **caráter opcional**. Dessa forma, a modalidade de Estágio adotada pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão é o de natureza **NÃO OBRIGATÓRIO**, vejamos:

> O Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da Instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo a instituição que o adotar, submeter o correspondente regulamento com suas diferentes modalidades de operacionalização, à aprovação de seus colegiados superiores acadêmicos. (Art. 7º da Resolução CNE/CES 4/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2007, Seção 1, pp. 22,23)

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas facultam a adoção do estágio obrigatório ao curso de graduação, observa-se que a adoção apenas do estágio não obrigatório é uma tendência entre os Cursos de Ciências Econômicas na conjuntura nacional.

Além disso, o Curso de Ciências Econômicas da UFMA fez opção apenas pelo **estágio não obrigatório** também por considerar a vinculação entre o curso de Ciências Econômicas e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, mantido pelo Departamento de Economia, em que ambos apresentam o desenho curricular focado no Desenvolvimento Econômico e na Análise Regional, o que facilita a integração a partir dos projetos de pesquisa que podem ser executados com discentes de ambos os cursos.

De acordo com a Resolução1191/14 – CONSEPE, por Estágio Curricular Não Obrigatório, entende-se o treinamento de iniciação e capacitação profissional do aluno em situações reais sob supervisão de docentes e profissionais credenciados, durante o qual são aplicados conhecimentos do curso de Ciências Econômicas, sem carga horária pré-fixada, desenvolvido como atividade opcional e complementar à formação profissional do estudante.

O discente de Ciências Econômicas da UFMA que realizar o estágio não obrigatório poderá converter parte de sua carga horária para atividades complementares, devendo para isso observar as normas específicas das atividades complementares que constam nesse PPC no anexo III. O Curso de Ciências Econômicas da UFMA dispõe ainda de Normas Específicas de Estágio Curricular NÃO OBRIGATÓRIO, ANEXADAS a este PPC (anexo IV).

8.5 Atividades Complementares

As atividades complementares são parte integrante e obrigatória do currículo do curso de Ciências Econômicas, constituem um conjunto de estratégias e ações que valorizam a participação do aluno em experiências diversificadas, que contribuem com a sua formação com um aprofundamento temático e interdisciplinar e que permitem a articulação teórico-prática, a complementação dos conhecimentos e habilidades, bem como, o fortalecimento da formação prevista no currículo. Estas atividades garantem a necessária flexibilidade do currículo, conforme preconizado nas diretrizes curriculares nacionais. Estas normas estão detalhadas em texto próprio "Norma Complementar regulamentadora das Atividades Complementares do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão" em anexo ao presente PPC (anexo III).

8.6 Grupos de Pesquisas

Em relação aos grupos de pesquisa se observa avanço no processo de pesquisa no Departamento, de tal modo que os professores do Departamento de Economia encontram-se engajados em grupos de pesquisa, os quais agrupam as linhas de pesquisa que existem em desenvolvimento ou como possibilidade de virem a ser desenvolvida.

Quanto à organização de grupos, em torno de linhas de pesquisa, é um indicador essencial para um avanço na superação de dificuldades ainda existentes e na consolidação de uma política de pesquisa com articulação sistemática ao processo de revisão curricular, destacadamente na implementação do novo currículo.

Existem atualmente em funcionamento no Departamento de Economia, sete grupos de pesquisa:

Desenvolvimento Econômico e Agricultura Brasileira (DEAB)

Agregamos trabalhos e pesquisadores de diferentes vertentes teóricas que se dedicam à problemática do desenvolvimento em suas diferentes escalas, particularmente em aspectos que discutam a questão do desenvolvimento regional, a dinâmica agrária, o papel do estado e do mercado e os conflitos e embates daí decorrentes entre os diferentes segmentos envolvidos desta ação do capital em área subdesenvolvida. Além disso, o grupo também se propõe a interagir na formação de recursos humanos e no intercâmbio institucional via Procad; bolsa de desenvolvimento regional além de interagir com instituições e ONGs interessadas nesta problemática (MIQCB, MST, ASPA, Cetrum; sindicatos e associações).
Líderes do grupo: *Benjamin Alvino de Mesquita, José de Ribamar Sá Silva*

Economia Regional Aplicada (ERA)

O Grupo de Pesquisa Economia Regional Aplicada tem por objetivo a pesquisa no campo do desenvolvimento regional em suas múltiplas escalas: local, urbana, rural, microrregional, macrorregional e mesorregional. Dá ênfase aos estudos comparativos das economias regionais brasileiras, com especial atenção ao Maranhão, Norte e Nordeste.

Líderes do grupo: *Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, João Gonsalo de Moura*

Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)

Formado originalmente em 2010, o Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica - GEEPHE - visa realizar atividades de pesquisa e extensão nas referidas áreas. Atualmente, o grupo é responsável pela edição e editoração da Revista de Economia Política e História Econômica - REPHE. Linhas de Pesquisa: Desenvolvimento Social e Econômico; Economia Política Internacional, Estado e Mundialização; Economia, Sociedade e Território; Teoria e Metodologia da História Econômica.

Líderes do grupo: *Luiz Eduardo Simões de Souza, Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli*

Grupo de Estudos sobre a Reestruturação Produtiva, a Mundialização do Capital, os Movimentos Sociais e o Estado Contemporâneos (GERME)

Consolidar avanços e vencer desafios

O grupo de estudos sobre a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, os movimentos sociais e o Estado contemporâneos (GERME) surgiu no Departamento de Economia e vincula-se aos programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas (mestrado e doutorado), em Educação (mestrado) e em Desenvolvimento Socioeconômico (mestrado) da UFMA. As principais atividades do GERME foram as seguintes: 1) Seminários internos para debater em torno da produção científica dos seus membros (artigos, capítulos de teses, de livros, etc.); 2) Seminários externos (em níveis nacional e internacional) para discutir e divulgar tanto a produção científica dos seus membros quanto de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais envolvidos com o mesmo tema, como François Chesnais (Paris-Nord), Bruno Jetin (Paris-Nord), Marcos Costa Lima (UFPE), Francisco Dominguez (Middlesex University), Claude Serfati (Versailles); 3) Pesquisas doutorais e pós-doutorais no exterior.

Líder do grupo: *Flávio Bezerra de Farias*

Grupo de Estudos sobre o Capitalismo Contemporâneo e a Reprodução da Força de Trabalho

O objetivo geral do grupo é assegurar um espaço para a investigação das transformações que vêm sendo observadas nas condições de reprodução da força de trabalho no curso da fase atual do capitalismo, com ênfase nas economias dependentes e, em especial, na economia brasileira. Nesse sentido, o grupo pretende aprofundar o estudo das características distintivas da fase atual do capitalismo assinalada pela crise estrutural iniciada em meados dos anos 1970, assim como das tendências do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes e, sobre esse pano de fundo, investigar os fenômenos atinentes à reprodução da força de trabalho. Adicionalmente, o grupo tem como objetivo contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa com uma perspectiva crítica da realidade econômica e social contemporânea.

Líder do grupo: *Elizeu Serra de Araujo*

Núcleo de Estudos do Setor Público

Este núcleo pretende desenvolver estudos sobre o setor público

brasileiro. Assim, espera contribuir para a discussão da importância do setor público para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Líder do grupo: *Jose Lucio Alves Silveira*

Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia – GRAMMA.

O principal objetivo do Grupo é preencher a lacuna existente no curso de Ciências Econômicas da UFMA, no que se refere a uma abordagem heterodoxa da Macroeconomia como também estimular o debate em torno dos diversos temas da área, de modo que possa aglutinar docentes e discentes interessados na busca do conhecimento e na produção acadêmica, a partir de uma perspectiva crítica referenciada nas vertentes heterodoxas. Atualmente, o grupo apresenta cinco linhas de pesquisa: a) Flutuações Cíclicas; b) Regime Contemporâneo de Política Macroeconômica; c) Inovação e Desenvolvimento; d) Macroeconomia, História e Poder; e e) Mercado de Trabalho, Emprego e Renda.

Líderes do Grupo: *Alexsandro Sousa Brito e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula*.

8.7 Instâncias Docentes e Discentes

8.7.1 Colegiado de Curso

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão, aprovado pela Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999, em seus Artigos 73, 74 e 76 o Colegiado de Curso é o órgão consultivo e deliberativo que planeja, acompanha e avalia as atividades do respectivo Curso, composto pelo Coordenador do Curso, como seu Presidente; professores representantes de cada Departamento Acadêmico que contribua com pelo menos vinte créditos para o Curso, indicados pela Assembleia Departamental, de preferência entre docentes que lecionam no Curso, à razão de um representante para cada vinte créditos; um representante dos Departamentos Acadêmicos vinculados à Unidade Acadêmica, indicado pelo Conselho da respectiva Unidade, levando-se em conta a afinidade com a área de estudo do Curso; um representante,

por Unidade Acadêmica, dos demais Departamentos que ofereçam disciplinas para o Curso, indicado pelo respectivo Conselho de Unidade Acadêmica, de preferência entre docentes que lecionam no Curso; além de representação discente, na proporção de dois décimos dos docentes membros do Colegiado, indicada pelo Diretório ou Centro Acadêmico do respectivo Curso; representação do corpo técnico-administrativo, na proporção de um décimo dos docentes membros do Colegiado, indicada por seus pares, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Os representantes referidos acima têm mandato de dois anos, com direito a uma única recondução, e deverão ser eleitos em Assembleia Departamental, vedada a representação em mais de um Colegiado de Curso.

Compete ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas definir as diretrizes e os objetivos gerais e específicos do Curso sob sua responsabilidade; coordenar e definir, de acordo com as diretrizes e objetivos gerais e específicos, ouvidos os grupos temáticos respectivos, o processo de elaboração do Currículo Pleno do Curso; propor aos Departamentos Acadêmicos a realização de programas integrados de ensino, pesquisa e extensão, ouvidos os grupos temáticos respectivos, segundo o interesse do Curso; propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino ministrado no Curso; elaborar e aprovar as ementas dos programas das disciplinas constantes dos currículos dos Cursos; opinar sobre transferência facultativa e aprovar programas de adaptação e processos de aproveitamento de estudos de alunos; opinar sobre o desligamento e cancelamento de matrícula de alunos do Curso; opinar sobre processos de revalidação de diplomas e validação de estudos; prestar assessoria didático-pedagógica, quando solicitado pelos órgãos competentes; apreciar e aprovar planos de estudo de alunos, quando necessário; aprovar normas complementares relativas à organização e funcionamento do Curso; apreciar os conteúdos programáticos das disciplinas constantes do Currículo Pleno do Curso, bem como sugerir aos Departamentos Acadêmicos as modificações que se façam necessárias; promover a integração dos conteúdos programáticos das disciplinas ministradas para o Curso; elaborar as normas complementares do estágio

supervisionado, em face das peculiaridades do Curso; compatibilizar as atividades do estágio supervisionado à natureza do Curso; propor reformulação no sistema de avaliação da aprendizagem e no sistema de estágio supervisionado; estabelecer as normas específicas para elaboração, defesa e julgamento das monografias de conclusão de Curso; constituir Comissões que lhe orientem decisões; propor aos Departamentos Acadêmicos a substituição de docentes, em decorrência de deficiências nas suas funções didático-científicas relacionadas ao Curso, após deliberação por escrutínio secreto; opinar sobre a suspensão ou extinção do curso; deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência

8.7.2 Assembleia Departamental

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão, aprovado pela Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999, em seus Artigos 71 e 72 a Assembleia Departamental, é um órgão consultivo e deliberativo, composto pelo Chefe do Departamento Acadêmico, como seu Presidente; todos os docentes lotados no Departamento, em efetivo exercício na Universidade; representação discente, na proporção de dois décimos dos docentes membros deste Colegiado, indicada pelo Centro Acadêmico; representação do corpo técnico-administrativo, na proporção de um décimo dos docentes membros deste Colegiado, indicada por seus pares, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Compete à Assembleia Departamental eleger os representantes do Departamento Acadêmico nos Colegiados de Curso, em conformidade com o disposto no Regimento Geral da UFMA; aprovar os planos e programas de ensino das disciplinas sob a responsabilidade do Departamento Acadêmico; aprovar os planos, projetos e programas de pesquisa e extensão, na forma deste Regimento; aprovar os planos de trabalho do pessoal docente; estabelecer critérios e áreas prioritárias para a qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo, bem

como aprovar, de acordo com esses critérios, os afastamentos para capacitação; estabelecer, observada a legislação pertinente, planos e critérios quanto ao período de concessão de licenças ao pessoal docente e técnico-administrativo, de forma a preservar o interesse da instituição e o seu adequado funcionamento; aprovar a designação de professores orientadores, por solicitação dos Coordenadores de Curso; opinar sobre pedido de cessão de docente para outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, analisando os motivos, conveniência e oportunidade, exceto nas concessões compulsórias; emitir parecer sobre redistribuição e remoção de pessoal docente e técnico-administrativo; indicar os membros das comissões examinadoras de concurso para o magistério superior; apreciar e aprovar proposta sobre criação, fusão ou supressão de Departamentos Acadêmicos; propor ao Conselho da Unidade Acadêmica, por meio de parecer fundamentado e com aprovação de um mínimo de dois terços seus membros, o afastamento ou destituição do Chefe do respectivo Departamento Acadêmico; julgar atos e procedimentos de membros do magistério superior lotados no Departamento Acadêmico, propondo ao Conselho da Unidade Acadêmica, quando for o caso, a adoção de medidas punitivas cabíveis; aprovar cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação *stricto sensu*, observadas as normas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir e emitir parecer sobre questões de ordem administrativa e disciplinar, na esfera de sua competência; apreciar e aprovar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Chefe do Departamento Acadêmico; elaborar e aprovar proposta orçamentária para atividades de sua competência; apreciar e aprovar o plano de trabalho anual ou plurianual do Departamento; propor ao Conselho da Unidade Acadêmica a criação, suspensão ou supressão de cursos de graduação e pós-graduação; promover e estimular a prestação de serviços à comunidade; promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão; deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria de sua competência.

8.7.3 NDE – Núcleo Docente Estruturante

Criado em 2016, o NDE aglutina sete docentes com dedicação exclusiva, responsáveis, conforme Resolução 01/2010 do CONAES/MEC e Resolução 856/2011 do CONSEPE/UFMA[9], pelo acompanhamento regular e constante do projeto pedagógico do curso, que inclui a concepção, consolidação e contínua atualização do projeto.

Entre as atribuições do NDE, constam o dever de zelar pela estrita observância das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Econômicas, propor melhorias e aperfeiçoamentos ao projeto pedagógico, elabora análises, estudos e pesquisas de modo a identificar e qualificar as necessidades de mudanças do projeto pedagógico, indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, dadas as necessidade da graduação, do mercado de trabalho e do alinhamento com as políticas públicas relativas a área de Economia.

No Curso de Ciência Econômicas da UFMA cada membro do NDE é um líder de um Grupo de Trabalho (GT) dos seis principais eixos temáticos do Curso (Economia Política, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Aplicada, Métodos Quantitativos e História Econômica). Nesses GTs acontecem as discussões primárias sobre o desenvolvimento do Curso que são, posteriormente, levadas ao NDE. Dessa forma, o NDE reflete o consenso estabelecido a partir de cada GT da área de Economia.

8.7.4 O Centro Acadêmico, o CORECON Acadêmico a e Empresa Júnior de Economia – EJECON

A iniciativa da participação ao discente nas organizações do Centro Acadêmico (CAECO), da Empresa Júnior de Economia (EJECON) e também do

[9] CONAES-Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e CONSEPE-Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Conselho Regional Acadêmico de Economia, vinculadas ao curso de Ciências Econômicas buscam promover a maior integralização dos discentes nas modalidades que contemplam as atividades complementares de graduação (ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais). A participação dos discentes está na procura de buscar incentivos que promovam ativamente na universidade e na comunidade, maneiras de enriquecer sua formação com a diversificação de tipos e origens de conhecimentos, além de facilitar a associação entre teoria e prática e dar experiência de vivência profissional ao graduando.

O Centro Acadêmico é uma organização estudantil que tem como prioridade a luta pela garantia dos direitos e deveres dos discentes do curso de graduação em Ciências Econômicas, buscando melhorias na qualidade de ensino, solução para problemas acadêmicos, divulgação e o envolvimento de discentes nas atividades de eventos que contribuem para a formação pessoal e profissional dos estudantes possibilitando espaços de integração e trocas de experiências entre acadêmicos e docentes, construindo a oportunidade desses estudantes um espaço de reflexão e de construção da identidade profissional.

A participação do discente com a universidade também pode ser promovida pela **Empresa Júnior**, cujos principais objetivos no Curso de Ciências Econômicas são: fomentar o aprendizado prático do universitário em sua área de atuação; aproximar o mercado de trabalho das academias e os próprios, além de uma gestão autônoma em relação à direção da faculdade ou centro acadêmico. Com a elaboração de projetos de consultoria na área de formação dos alunos, contribuindo para a sua inclusão no mercado de trabalho e autonomia discente.

Outra organização que têm maior envolvimento em especial ao de Ciências Econômicas na UFMA é o **Conselho Regional Acadêmico de Economia** (CORECON ACADÊMICO), fundado em 02 de Junho de 2014, cuja finalidade é defender a pluralidade no ensino de economia, fomentar o desenvolvimento cultural, científico e acadêmico, incentivar a participação dos acadêmicos na vida universitária e a exercerem deveres com responsabilidade e ética, promover a integração com a comunidade e sociedade, o acompanhamento crítico-construtivo das atividades acadêmicas do curso de Ciências Econômicas, criar e manter

atualizado o cadastro das entidades estudantis representativas e de seus filiados.

Assim, no curso de Ciências Econômicas na busca de contemplar os eixos referentes ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, e se incorpore com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, têm a participação de atividades complementares a graduação, com o auxílio do Centro Acadêmico (CAECO), da Empresa Júnior de Economia (EJECON) e também com a participação do Conselho Regional Acadêmico de Economia.

9. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação do curso de Ciência Econômicas, compreende cinco dimensões principais: a avaliação do processo de aprendizagem, a avaliação do projeto pedagógico do curso, a avaliação didático-pedagógica, a avaliação institucional e o sistema de monitoramento e indicadores do curso, os quais passamos abaixo a discriminá-los

9.1 Avaliação do Processo de Aprendizagem.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é algo bastante delicado. Nosso sistema, requer resultados imediatos, é passível de falhas e, portanto, de incorrer em injustiças com o educando, pois muitas vezes, os resultados de uma discussão só aparecem quando as pessoas são testadas nas ações concretas da vida, quando esta demanda respostas concretas diante de fatos concretos.

A avaliação deverá levar em conta as competências e habilidades que serão desenvolvidas pelo aluno do curso de Ciências Econômicas, utilizando-se, para tanto, dos métodos, das técnicas e dos processos mais adequados a cada momento de sua formação. Nesse sentido, os professores serão estimulados a

utilizar diferentes formas de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação continuada permitirá ao professor detectar e corrigir falhas no processo.

A avaliação do desempenho discente está para além das formalidades exigidas, os docentes deverão ser incentivados a estimular a participação de todos os discentes nas formas dinâmicas da prática do ensino-aprendizagem e a realizar atividades diversificadas para um melhor conhecimento de suas potencialidades e para estimular o interesse dos discentes pelos conteúdos das disciplinas e do curso como um todo.

Em conformidade com a Resolução 1.175-CONSEPE, de 21 de julho de 2014, a aprovação no componente curricular ministrado é condicionada ao rendimento acadêmico do estudante, mensurado por intermédio de avaliações e da assiduidade. O rendimento acadêmico é o resultado numérico da avaliação, expresso em valores de zero a dez, permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento.

A aprovação ocorrerá quando o estudante obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), após as três avaliações regulares e a reposição (quando houver) ou obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) após a avaliação final (caso houver).

A reprovação por conteúdo ocorrerá quando o estudante obtiver média parcial inferior a 4,0 (quatro) ou for responsabilizado pela prática de plágio acadêmico, conforme artigos 115 a 117 da Resolução 1.175-CONSEPE. A reprovação por frequência ocorrerá quando o estudante deixar de comparecer a mais de 25% do total de aulas e atividades previstas no componente curricular.

O docente aplicará três avaliações regulares por componente curricular ministrado, sendo obrigatório que uma dessas avaliações seja escrita, a critério do docente.

O estudante terá direito à reposição da avaliação em que obteve o menor rendimento, desde que sua média aritmética nas avaliações mencionadas anteriormente seja igual ou superior a 4,0. O conteúdo da reposição, quando for o caso, abrangerá o terço do programa do componente curricular correspondente à

avaliação na qual o estudante apresentou o menor rendimento.

Ao estudante que alcançar média aritmética inferior a 7,0 (sete) e superior ou igual a 4,0(quatro), após a avaliação de reposição, é garantido realizar uma avaliação final. A avaliação final terá um prazo de, no mínimo, três dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do estudante. A média final do estudante que se submeter à avaliação final será obtida pela média aritmética simples entre a nova média após a realização da avaliação de reposição e a nota obtida na avaliação final. Os estudantes que não obtiverem média igual ou superior a 6,0 (seis) serão considerados reprovados.

Os critérios utilizados na avaliação deverão ser divulgados pelo docente de forma clara para os estudantes e constarão do plano de curso. O conteúdo objeto de cada uma das três avaliações regulares corresponderá a cada terço do programa do componente curricular.

O docente deverá apresentar os resultados das avaliações aos estudantes, sanando as eventuais dúvidas. A discussão será realizada por ocasião da publicação dos resultados, com a entrega dos instrumentos de avaliação e corrigidos pelos docentes responsáveis pelo componente curricular, sejam eles, provas ou trabalhos.

9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

O processo de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso - PPC é feito trienalmente, a partir dos critérios elencados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Esse processo é coordenado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso a partir de metodologia e cronograma específicos propostos pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, conforme exarado no art. 7º da Resolução 1.175-CONSEPE, de 2014.

Contudo há um processo de acompanhamento contínuo, por meio de pesquisas, estudos e de monitoramento de indicadores, da implantação do PPC, feito em conjunto pelo Núcleo Docente Estruturante, Coordenação e Colegiado de Curso. Esse processo feito, ao longo dos três anos, também aglutina as proposições do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, e dos relatórios de

Consolidar avanços e vencer desafios

avaliação da CPA – Comissão Própria de Avaliação, fundamentais na consolidação de insumos importantes para revisão e atualização do PPC.

É importante ressaltar, ainda, que o Curso de Ciências Econômicas mantém para efeito de avaliação contínua do Curso e do Projeto Pedagógico um fórum público que agrega toda a comunidade acadêmica do Curso, intitulado "Projeto Pedagógico do Curso", hospedado no SIGAA. Lá os representantes do NDE, enquanto moderadores, promovem discussões, enquetes, postam notícias e informações pertinentes ao Curso e sobre os processos de atualização do projeto pedagógico, como as diretrizes curriculares nacionais que regem o Curso, as minutas das normas específicas do TCC, etc. Nesse espaço virtual, também é possível consultar a opinião dos discentes e docentes, via *chats*, e inserir uma diversidade de conteúdo.

Essa poderosa ferramenta de gestão, é também um instrumento de transparência e de avaliação do curso e do projeto pedagógico, à medida em que todos, de forma transparente, podem opinar sobre a implementação do projeto pedagógico, sobre os resultados efetivos e sobre as dificuldades de execução e de atendimentos aos princípios e diretrizes estabelecidos como eixos norteadores do Curso.

9.3 Avaliação Didático-Pedagógica

A avaliação didático-pedagógica é feita semestralmente, ao término de cada componente curricular, de forma anônima pelos discentes, a partir de atribuição de uma nota entre 1 e 5, sendo a primeira nota o menor indicador e a segunda o maior indicador do grau de satisfação didático-pedagógica do docente, atribuído pelo aluno. O processo de avaliação é feito através do Sistema Integrada de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGGA, e considera 12 parâmetros de percepção docente, quais sejam:

a) Domínio do Conteúdo pelo docente;
b) Estímulo à interação dos alunos, facilitando a troca de experiências;
c) Estratégias alternativas para apoiar discentes com dificuldades de aprendizagem;

Consolidar avanços e vencer desafios

d) Assiduidade e cumprimento da carga horária do componente curricular;
e) Organização e distribuição do conteúdo;
f) Estímulo ao raciocínio e senso crítico e tolerância com opiniões divergentes;
g) Coerência nas avaliações e respeito ao prazo de entrega;
h) Planejamento e apresentação do Plano de Curso;
i) Metodologias diversificadas e enriquecedoras;
j) Interesse pelo aprendizado discente;
k) Critérios de avaliação previamente informados e esclarecidos;
l) Planejamento e incorporação de NTCIs como suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse processo de avaliação é possível observar a média geral atribuída a cada docente em cada componente curricular e o desvio padrão da avaliação, bem como é possível, também, observar as referidas métricas, desagregadas, para cada parâmetro constituinte da média geral e do desvio padrão.

É importante ressaltar que o processo de avaliação didático-pedagógica está institucionalizado como insumo importante no processo de promoção e progressão funcionais, que deve ser observado para aprovação do desempenho funcional docente, conforme consignado nos arts. 9º, 11 e 12 da resolução 204-CONSAD de 3 de outubro de 2017.

Além desse instrumento de avaliação de maior envergadura, é facultado ainda, a cada docente, a inclusão no Plano de Curso do componente curricular, de processo de avaliação didático-pedagógica, de forma anônima, que pode ser feito ao final de cada terço da disciplina, ou quando conveniente, a fim de ajustar a condução do componente curricular. Essa proposta parte do entendimento que a reflexão sobre o processo de aprendizagem deve ser constante. Esse processo, objetiva, portanto, a partir da avaliação continuada, a identificação de falhas e a sua retificação ao longo da disciplina. Deverá, quando for o caso, contemplar três dimensões:

a) Dificuldades de aprendizagem;
b) Estratégias de ensino-aprendizagem propostas;
c) Autoavaliação discente;

9.4 Avaliação Institucional

A autoavaliação, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos.

A CPA da Universidade Federal do Maranhão, foi instituída pela Resolução Nº 122-CONSUN, de 18 de janeiro de 2010, atendendo ao disposto na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é formada por professores, alunos, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil organizada, com atribuições de coordenação dos processos de avaliação internos da instituição e sistematização dos dados solicitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação.

A CPA realiza anualmente o levantamento de informações através da aplicação do instrumento (questionário) de Avaliação Institucional através dos sistemas on-line SIG (SIGRH, SIPAC e SIGAA) com toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos-administrativos) no intuito de conhecer suas opiniões e demandas, tendo como objetivo melhorar o mérito e o valor da Universidade, os cursos e seus programas, as dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação, além de promover a melhoria da qualidade da educação superior e responsabilidade social da Instituição.

Destaca-se que a Avaliação Institucional realizada pela CPA serve de subsídios para o reconhecimento, credenciamento e recredenciamento de cursos e Instituições de Ensino Superior (IES), ou seja, serve para a Avaliação de Cursos

de Graduação (Externa - feita pelos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP), e que juntamente com o Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes (ENADE) formam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo dentre outros o Índice de Curso de Graduação (IGC), conhecido como nota ou conceito do curso.

A autoavaliação, além de uma obrigação institucional junto ao SINAES, é uma demanda interna da Universidade Federal do Maranhão, que pode, através dela, obter maior índice de eficiência, utilizando melhor seus recursos humanos, materiais e financeiros, bem como em sua eficácia no alcance de seus objetivos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento social.

9.5 Monitoramento de Indicadores do Curso

O curso de Ciências Econômicas também mantém acompanhamento sistemático do perfil do egresso a partir de relatórios bianuais, elaborado pela comissão de Cogestão. Esse acompanhamento é produto da política de egresso, que vem sendo elaborada pelo Colegiado de Curso e NDE, no intuito de obter uma avaliação continuada da condição de oferta do curso, constituindo-se, portanto em ferramenta e fonte de dados importante para a autoavaliação do Curso. Nesses relatórios são monitorados os seguintes indicadores:

a) a taxa de desocupação/ocupação;
b) trabalho atual com área de formação;
c) salário médio mensal;
d) continuidade dos estudos;
e) dificuldades inserção mercado de trabalho;
f) capacitação/qualificação em realização.

O programa de acompanhamento de egressos colhe dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, acompanhando também as mudanças e necessidades do mercado, visando subsidiar os proponentes de cursos para a revisão e organização das propostas de formação, no intuito de formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas

atribuições.

Além do sistema de acompanhamento de egresso, o NDE e o Colegiado em conjunto com a Coordenação elaboram e implementam um plano de ação anual e um planejamento semestral de acompanhamento sistemático do Curso. Além das dimensões convencionais que são contempladas no planejamento, incorporou-se ainda, o monitoramento semestral de sete indicadores básicos de avaliação:

a) matrículas por semestre letivo;
b) saída de graduados;
c) a saída por abandono de curso;
d) o cancelamento espontâneo;
e) quantidade de reprovações;
f) o quantitativo de alunos que se inserem em programa de pós-graduação;
g) a taxa de aluno-equivalência.

Essa proposta é pioneira no Centro de Ciências Sociais e está em contínuo ajuste, aglutinando novos indicadores e novas dimensões de análise. Essa proposta decorreu também de uma iniciativa inovadora, que foi a criação de uma comissão de cogestão, responsável em coordenar atividades delegadas pela Coordenação de Curso. Entre as diversas atribuições dessa comissão, destacam-se:

a) Fazer o acompanhamento dos egressos, a partir de relatórios anuais, cujos dados são utilizados, entre outras coisas, para informar aos calouros do desempenho dos egressos e para servir como insumo importante para repensar o conteúdo dos componentes curriculares;
b) Organizar o acolhimento aos calouros, cuidando de sua recepção e promovendo debates sobre o curso, discussão sobre o mercado de trabalho, apresentação do corpo docente, apresentação dos grupos de pesquisa, apresentação da Empresa Júnior de Economia-EJECON, do Centro Acadêmico-CA e do CORECON Acadêmico, além da distribuição do GUIA DO ESTUDANTE;

c) Confeccionar e manter atualizado o GUIA DO ESTUDANTE, manual que contém todas as informações necessárias à informação do calouro sobre o Curso;
d) Identificar os alunos que se submeterão ao ENADE, promovendo cursos e simulados preparatórios, além de oferecer suporte no dia da prova;
e) Supervisionar as atividades dos ciclos de debates acadêmicos promovidos pelos alunos;
f) Acompanhar a produção científica dos alunos oferecendo suporte e informações sobre participação em eventos e possibilidades de publicações;
g) Pensar e preparar eventos como a Semana Acadêmica (com ciclos de palestras e debates), a Semana do Economista, a Feira das Profissões, etc.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente efetivo envolvido no curso de Graduação em Ciências Econômica, e lotado no Departamento de Economia (DECON) e no Centro de Ciências Sociais (CCSO), tem formação multidisciplinar e possui qualificação acadêmica. A relação de docentes com sua qualificação pode ser verificada no quadro abaixo:

	DOCENTE	INFORMAÇÕES		
		TITULAÇÃO	CLASSE	REGIME
1	ALAN VASCONCELOS SANTOS	Doutor	Adjunto	20H
2	ALESSANDRA JULIANA CAUMO	Mestre	Assistente	DE
3	ALEXSANDRO SOUSA BRITO	Doutor	Adjunto	DE
4	ANA CECÍLIA VASCONCELOS LOAYZA	Mestre	Assistente	DE
5	ANDRÉ LUIZ LUSTOSA DE OLIVEIRA	Mestre	Substituto	40H
6	BENJAMIN ALVINO DE MESQUITA	Doutor	Titular	DE
7	CESAR AUGUSTUS LABRE LEMOS DE FREITAS	Doutor	Associado	DE
8	DANIELLE DE QUEIROZ SOARES	Doutor	Adjunto	DE
9	ELIZEU SERRA DE ARAÚJO	Doutor	Associado	DE

10	FELIPE MACEDO DE HOLANDA	Doutor	Adjunto	DE
11	GEYLSON SERRA PEREIRA	Mestre	Substituto	40H
12	HERIC SANTOS HOSSOE	Doutor	Adjunto	DE
13	JADSON PESSOA DA SILVA	Mestre	Assistente	DE
14	JOÃO GONSALO DE MOURA	Doutor	Associado	DE
15	JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA	Doutor	Associado	DE
16	JOSÉ LUCIO ALVES SILVEIRA	Doutor	Associado	DE
17	LINDALVA SILVA CORREA MAIA	Doutor	Adjunto	DE
18	LUCY ROSANA SILVA	Doutor	Adjunto	DE
19	LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA	Doutor	Associado	DE
20	MARIA DE FÁTIMA S. DO C. PREVIDELLI	Doutor	Adjunto	DE
21	MYRIAN MARTINS MARQUES	GRA	Assistente	DE
22	ORLANDO OSCAR ROSAR	Mestre	Adjunto	DE
23	PETRA FERNANDA CRUZ E SILVA	Mestre	Substituto	40H
24	RAIMUNDO BORGES DE SOUZA JUNIOR	Especialista	Substituto	40H
25	RAIMUNDO MOACIR FEITOSA	Mestre	Assistente	DE
26	RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA	Doutor	Associado	DE
27	ROMILDO DOS SANTOS SILVA	Doutor	Associado	DE
28	RODRIGO GUSTAVO SOUZA	Doutor	Adjunto	DE
29	SAULO PINTO SILVA	Mestre	Assistente	DE
30	SELMA SOUSA PIRES	Mestre	Assistente	DE
31	VALÉRIA ALMADA LIMA	Doutor	Associado	DE
32	WELBSON DO VALE MADEIRA	Doutor	Adjunto	DE

11. ESTRUTURAS FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

11.1 Estrutura física

O Curso de Ciências Econômicas localizado no Centro de Ciências Sociais - CCSo, dispõe de espaços privativos e compartilhados.

No espaço privativo, temos:

- Coordenadoria do Curso e a estrutura do Departamento de Economia (DECON).
- 3 salas de pesquisas
- 1 sala onde se localiza o CAECO

No espaço compartilhado, temos:

Consolidar avanços e vencer desafios

- 5 salas de aulas,
- 2 auditórios,
- 2 salas de vídeos,
- 1 laboratório de informática

11.2 Recursos materiais disponíveis

Atualmente é imprescindível a utilização dos novos meios técnicos para melhorar a dinâmica didático-pedagógica, em especial, quando se trata da educação/formação em nível superior.

Sem deixar de lado o material teórico, sua leitura a partir dos originais, os quais, em grande medida também estão disponíveis nas grandes redes virtuais, hoje contamos com uma diversidade significativa de recursos para implementação de um processo de ensino-aprendizagem bastante dinâmico.

O DECON conta com 2 aparelhos Datashow e a coordenação conta com um notebook e um datashow.

Para o funcionamento das atividades do DECON, temos:

Departamento: Sala com 3 mesas de computadores, 4 cadeiras, 1 armário de madeira de 2 portas, 1 armário arquivo de 4 gavetões; 2 computadores, 1 ar condicionado, 2 estabilizadores, 1 telefone e 1 armário de apoio com 3 gavetas.

- Sala de recepção: 1 mesa de suporte da impressora, 1 mesa de computador, 28 escaninhos de aço, 6 armários arquivos de aço com 4 gavetões, 1 armário de madeira de 2 portas, 1 impressora, 1 frigobar, 1 ar condicionado, 1 computador, 2 estabilizadores, 1 quadro de mural, 2 cadeiras e 3 retroprojetores disponíveis aos docentes.

- Sala de Reunião – 1 mesa grande, 2 mesas pequenas para computadores, 16 cadeiras, 2 computadores, 2 estabilizadores, 1 bebedouro, 1 televisão, um sofá, 1 armário arquivo de aço com 4 gavetões e 1 ar condicionado.

- Sala do professor: 1 armário de aço 2 portas, 1 frigobar, 2 mesas de apoio, 1 mesa de escritório e 3 cadeiras e 1 ar condicionado.

Coordenação do Curso de Ciências Econômicas dispomos:

- Secretaria: 3 mesas, 2 computadores, 2 estabilizadores, um armário de aço de duas portas, 4 cadeiras, um sofá, 1 ar condicionado, 1 bebedouro e 1 telefone.
- Coordenação do curso: 2 mesas, 1 computador, 1 estabilizador, 2 armários de madeira e 1 ar condicionado.

Salas de pesquisas, possuem:

- Sala 1: 3 mesas, 3 computadores, 1 estabilizador e 1 ar condicionado.
- Sala 2: 3 mesas, 3 computadores, 3 estabilizadores e 1 ar condicionado.
- Sala 3: 1 mesa de reunião, 4 mesas para computadores, 1 telefone, 1 ar condicionado, 1 armário, 2 bancadas, 1 quadro branco e 5 computadores e 5 estabilizadores.

Todos estes computadores estão conectados à internet, pelo provedor da UFMA.

11.3 Acervo bibliográfico disponível para o Curso de Ciências Econômicas na Biblioteca Central da UFMA

A opção da UFMA foi pela organização do acervo em sistema de Biblioteca Central. Assim, a maioria do material bibliográfico que serve ao Curso de Ciências Econômicas, encontra-se na Biblioteca Central da UFMA. Os interessados podem fazer consultas às informações através de terminais de computadores instalados no interior da Biblioteca. As buscas podem ser feitas a partir de referências ao autor, ao título, ao assunto ou números de catalogação. Os livros disponíveis para empréstimos podem ser retirados pelos alunos por um período de catorze dias com direito de até três renovação por igual período. A biblioteca funciona de segunda-feira à sexta-feira das 8:00h às 21:000h.

a) Laboratório de Informática

Consolidar avanços e vencer desafios

Laboratórios disponíveis para os Cursos de Graduação do CCSo dispõe de 1 laboratório de informática, nos quais estão disponíveis 15 computadores com multimídia. Esse laboratório pode ser utilizado tanto no apoio às disciplinas que necessitam de seus recursos, como também no apoio aos alunos em suas atividades de pesquisa e consultas via Internet.

b) Auditório

Auditório com capacidade para 100 pessoas.

12. REFERÊNCIAS

ANDES, Cadernos. Proposta da ANDES/SN para a Universidade Brasileira, (Edição especial atualizada e revisada). Brasília: ANDES/SN, jul./1996.

ANGE, Cadernos. Novas diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006 (Inclui anexo: Parecer CNE 380/2005 aprovado em 06/11/2005; Resolução ME 07/2006 de 29/03/2006; Parecer CNE 184/2006 aprovado em 07/07/2006). snt. (Cadernos ANGE: Orientação Acadêmica, 2006).

ANGE, Cadernos. Currículo mínimo de Economia (Armando Dias Mendes: Parecer no 375/84 e CFE: Resolução 11/84). Vitória (ES): UFES, 1993 (Cadernos ANGE: Orientação Acadêmica n. 1).

ANGE, Cadernos. (MANSUR, P. J. A formação do economista no Brasil; BUFFON, J. A e CARCANHOLO, R. A. Sobre o ensino de economia no Brasil; ANAIS do IX Congresso Nacional da ANGE; Programas sugeridos em 1987 e Nova Proposta de Programa). Vitória (ES): UFES, 1995. (Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica n. 2).

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução n° 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885 &Itemid. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n° 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em:

Consolidar avanços e vencer desafios

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n° 003, de 10 março .2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf. Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro

de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-__2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 25 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017

CYTRYNOWICZ, Roney; SAES, Flávio A. M. História da Ordem dos Economistas de São Paulo 1935-2001: ensino, pesquisa e profissão do economista em São Paulo. São Paulo: Narrativa Um, 2001.

CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÃO – CBO 2002. Disponível em https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes.html. Capturado em abril de 2016.

COFECON - CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Exposição de motivos (diretrizes curriculares). E-mail: cofecon@cofecon.org.br.

COSTA, Fernando Nogueira da Costa. Ensino e Pesquisa em Economia. 2015. 246 f. (Professor Titular) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015, pg. 108.

DARDO-MTE. Disponível em: estatisticaparageografia.wordpress.com/banco-de-dados-rais/. Capturado em maio de 2016.

FERREIRA, Manoel Orlando. A formação do economista no Brasil. 1966. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1721/6010. Acesso 18 de maio de 2017.

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GUDIN, Eugênio. Revista Brasileira de Economia. Vol.10, nº 1 (1956).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama. Capturado em abril de 2016.

LANGE, Oscar. Moderna economia política. São Paulo: Vértice, 1986.

LEI FEDERAL nº 1.411 de 13/08/1951, regulamentada pelo DECRETO nº. 31.794, de 17/11/1952 e Consolidação da Legislação Profissional de Economista. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1411-13-agosto-1951-361899-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. – São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LOUREIRO, MR. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. 1977. Disponível em https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/loureiro_-_economistas_e_elites_dirigentes_no_brasil.pdf. Capturado em abril de 2016.

LOUREIRO, MR. A Participação dos Economistas no Governo. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/314/251. Capturado em junho de 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

Memória dos Professores da UFMA: histórias da UFMA e outras histórias (2005). Entrevista de Waldemar da Silva Carvalho a Benedito Buzzar.

MENDES, Dias, Armando. In: ANGE, Cadernos. Currículo mínimo de Economia (Armando Dias Mendes: Parecer no 375/84 e CFE: Resolução 11/84). Vitória (ES): UFES, 1993, p.6. (Cadernos ANGE: Orientação Acadêmica n. 1).

Resolução Nº 11/84. Conselho Federal de Educação. In: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia. 1993, p. 30.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000, p. 17-21.

SERRES, Michel. Prefácio. In: SERRES, Michel (org.) Elementos para uma história das ciências I: da Babilônia à Idade Média. Lisboa: Terramar, 1995. p. 7-22.

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Manual de Orientação do Coordenador de Curso e do Chefe de Departamento (Resolução 90/99 – CONSEPE, de 09/02/1999). São Luís (MA): EDUFMA, 1999a (Série Ensino de Graduação, nº 04).

UFPB – Universidade Federal da Paraíba/Campus II. Informações Gerais sobre o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Capina Grande (PB): mimeo, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Guia do Estudante. São Luís, 2017. Disponível em: http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/YK7FHh9KHYDtf0E.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. NORMA COMPLEMENTAR À RESOLUÇÃO N.º 1.175/2014 - CONSEPE Regulamenta a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Econômicas nos termos da Resolução 1.175/2014, CONSEPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. NORMA COMPLEMENTAR À RESOLUÇÃO N.º 1.175/2014 - CONSEPE Regulamenta as Normas internas de Estágio do Curso de Ciências Econômicas nos termos da RESOLUÇÃO Nº. 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Plano de desenvolvimento Institucional. São Luís, 2012-2016. Disponível em: http://www.ufma.br/arquivos/pdi_ufma_18_10_2012.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Projeto Pedagógico Institucional. São Luís, 2011-2016. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=ppi+ufma&oq=ppi+ufma&aqs=chrome.0.69i59.2984j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 25 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. RESOLUÇÃO Nº 1.175-CONSEPE, de 21 de julho de 2014. Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Disponível em: http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/UHWlx9Vki3Mo6Tl.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2017.

ANEXO I: EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

Ementas das Disciplinas Obrigatórias

ÁLGEBRA LINEAR

Matrizes. Determinantes. Sistemas de Equações Lineares. Vetores. Espaço Vetorial. Espaços com produto Interno. Transformações Lineares. Autovalores e Autovetores.

Bibliografia Básica

LARSON, Ron. Elementos da Álgebra Linear. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

MORETTIN, P. A., HAZZAN, S., BUSSAB, W. O. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra Linear. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 2014.

Bibliografia Complementar

CHIANG, A. C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JACQUES, I. Matemática para economia e administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

STEWART, J. Cálculo, volume 2. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Nível de Atividade. Emprego e Desemprego. Inflação e Preços. Moeda e Sistema Financeiro. Setor Externo. Estatísticas. Indicadores. Repositório de Dados.

Bibliografia básica

FEIJÓ, C. A. et all. Para entender a conjuntura econômica. São Paulo, Manole, 2011.

SOUZA, Herbert J. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis: Vozes, 1998. 18ed.

FIPE. Informações FIPE. São Paulos. Vários números

Bibliografia Complementar

SILVA, José C. F. Relações macroeconômicas básicas. Cardernos ANGE, Textos Didáticos 7. Rio de Janeiro: 1994.

BACEN. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Brasília: BACEN. (Números diversos).

FGV. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV. (Números diversos)

Consolidar avanços e vencer desafios

Jornais e Revistas.

Metodologias de pesquisa dos principais indicadores

CONTABILIDADE SOCIAL

Conceituação e análise dos agregados macroeconômicos: óticas de mensuração dos principais agregados macroeconômicos. Produto, Renda, Despesas Agregada, Consumo Intermediário, Valor Bruto da Produção e Valor Agregado. Sistemas de contas nacionais da ONU. Contas Nacionais segundo metodologia do IBGE. Identidades Básicas: produto, dispêndio, renda e uso da renda. Noções de matrizes insumo-produto. Contabilidade a preços constantes: índices de preços e quantidades. Balanço de pagamentos. Moeda e Sistema monetário. Histórico da Contabilidade Social.

Bibliografia Básica

PAULANI, L M e BRAGA, M B. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. Editora Saraiva – 4ª Edição, São Paulo, 2013.

FEIJÓ, C.A. e RAMOS, R.L.O. Contabilidade Social: a nova referência das contas nacional do Brasil. Editora Campus/Elsevier. 4ª. Edição, Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Conceito e Métodos. Brasil, 2015.

Bibliografia Complementar

LEONTIEF, W. A Economia do Insumo-Produto. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DESENVOLVIMENTO DO CAPTALISMO CONTEMPORÂNEO (DCC)

Revolução Industrial inglesa. Difusão da industrialização e equiparação tecnológica e industrial do continente europeu em relação à Inglaterra. A Era do Capital (1848/1875). A Grande Depressão do Século XIX (1875/1895). As Estratégias de desenvolvimento econômico das nações de industrialização atrasadas e o processo de constituição do capitalismo monopolista. Estudos de caso (EUA, Alemanha, Japão e Rússia). O capitalismo no século XX. O capitalismo no Século XXI.

Bibliografia Básica

BEAUD, M. História do Capitalismo. De 1500 aos nossos dias. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOBSBAWM, E. J. A Era do Capital – 1848/1875. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

LANDES, D. Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje. 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Bibliografia Complementar

BUKHARIN, N. A Economia Mundial e o Imperialismo. SP: Abril Cultural, 1984.

FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

FULCHER, J. Capitalism. A very short introduction. Oxford, 2004.

GALBRAITH, J. K. O Novo Estado Industrial. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções – 1789/1848. R J: Paz & Terra, 1994.

HOBSBAWM, E. A Era dos Impérios – 1875/1914. 5 ed., RJ: Paz & Terra, 1998.

HOBSBAWM, E. A Era dos Extremos. 2 ed., SP: Companhia das Letras, 2000.

HOBSON, J. A Evolução do Capitalismo Moderno. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

INGHAM, G. Capitalism. Cambridge-MA, USA: Polity, 2006.

KOCKA, J. Capitalism. A short history. Princeton: Princeton University Press, 2016.

LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. SP: Abril Cultural, 1983.

LENIN, V. I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Global, 1983.

LUXEMBURGO. R. Acumulação de Capital. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MANDEL, E. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, C. A. B. O processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 2003.

PIKETTY, T. O Capital no Século XXI. São Paulo: Intrínseca, 2014.

STEINDL, J. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. S P: Nova Cultural, 1986.

SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento capitalista. 5 ed., RJ: Zahar, 1976.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO I (DSE I)

A herança teórica. A economia do desenvolvimento: emergência; principais contribuições; o paradigma estruturalista – o desenvolvimento econômico na perspectiva da CEPAL. A teoria da dependência: origens e principais correntes. A crise do desenvolvimentismo. Perspectivas do desenvolvimento capitalista nacional no contexto da nova fase do capitalismo. Alternativas ao desenvolvimentismo.

Bibliografia Básica

BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000 (2 vols.).

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, s/d. [ed. original, 1969].

HIRSCHMAN, A. O. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: _____. A economia como ciência moral e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Complementar

BARAN, P.A. A economia política do desenvolvimento. 4. ed., RJ: Zahar, 1977.

BLOMSTRÖM, M; HETTNE, B. La teoría del desarrollo en transición. México: FCE, 1990.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org.). Urbanização e subdesenvolvimento. 4. ed., RJ: Zahar, 1979.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 6. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. 2. ed., RJ: Paz e Terra, 1992.

HUNT, D. Economic theories of development: an analysis of competing paradigms. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1989.

LEWIS, W.A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MARINI, R.M. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, R.M. Dialética da dependência; Sobre a *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RODRÍGUEZ, O. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SAMPAIO JR., P.A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SUNKEL, O.; PAZ, P. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. México: Siglo XXI, 1991.

Consolidar avanços e vencer desafios

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NO MARANHÃO

Questões teóricas do desenvolvimento territorial e as diferentes dinâmicas da organização de arranjos locais, como os que induzidos a partir das políticas públicas. Temáticas sobre o desenvolvimento territorial da reinterpretação da

dicotomia rural-urbana; pelo planejamento centralizado e descentralizado e participativo. Experiências nacionais de desenvolvimento territorial, realizaremos ainda análises de experiências europeias em da questão da territorialidade. Estudos voltados ao planejamento do desenvolvimento territorial maranhense.

Bibliografia Básica

GRAZIANO DA SILVA, J. E TAKAGI, M. Desenvolvimento territorial e controle social. Seminário sobre Desarrollo Regional, Santiago, Chile, 2004.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias. O Brasil é mais rural do que se calcula. Campinas-SP, Editora Autores Associados, 2002.

SCHEJTMAN, Alexander, BERDERGUÉ. Júlio Desarrollo territorial rural. Santiago do Chile: RIMISP, 2004.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C.A. A dimensão espacial do desenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. Campinas, IE/Unicamp, 2003. (Tese de Livre Docência)

SEN, Amartya. O desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

ECONOMETRIA I

Correlação e Regressão: Modelo de regressão e equação de regressão. Métodos dos Mínimos Quadrados. Coeficiente de determinação. Coeficiente de correlação. Testando a significância. estimação e previsão. Análise de resíduos. Regressão múltipla: Modelo de regressão múltipla: Modelo de regressão e equação de regressão. Método dos Mínimos Quadrados. Coeficiente de Determinação múltiplo. Testando a significância: Teste F, Teste t, multicolinearidade. estimação e previsão. Variáveis independentes categorizados. Heteroscedasticidade. Autocorrelação.

Bibliografia Básica

HOFFMAN, R. Estatística para Economistas. 4ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006.

LARSON, R., FARBER, B. Estatística aplicada. 4ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

OLIVEIRA, M. M.; SANTOS, L. D.; FORTUNA, N. Econometria Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

Bibliografia Complementar

AFONSO, A.; NUNES, C. Estatística e probabilidades Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

KAZMIER, L. J. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração. Ed. Harbra Ltda. São Paulo, 2001.

SWEENEY, D.J., WILLIAMS, T.A., ANDERSON, D. R. Estatística Aplicada à administração e economia. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ECONOMIA AGRÁRIA

A questão agrária: formas capitalistas e não capitalistas de produção agrícola; a renda da terra. A questão agrária no Brasil. A intervenção do Estado na Agricultura.

Bibliografia Básica

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

GRAZIANO, José. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Antônio Barros de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. 3.ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977

KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro. Campinas, UNICAMP, 1987 (mimeo).

SZMRECSANYI, Tamás. Análise da economia agrícola e da estrutura fundiária. Dissertação (mimeo).

VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. 13.ed., São Paulo, Brasiliense, 1990 (Coleção Primeiros Passos, n° 33).

RESENDE, Gervásio C. de. Crise externa e agricultura. Rio de Janeiro, FASE, 1988.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ECONOMIA AGRÍCOLA

Ementa: Desenvolvimento agrícola e desenvolvimento econômico. Desenvolvimento recente da agricultura e agroindústria no Brasil: situação e perspectivas. Cadeias produtivas. Agricultura familiar e reforma agrária. Financiamento e comercialização. O setor agropecuário dentro do sistema econômico. Tipos de organização da produção na agricultura. Custos, preços e mercados de produtos agropecuários. Fatores endógenos e exógenos as unidades de produção agrícola. Evolução e perspectivas da agropecuária no Brasil.

Bibliografia Básica

BACHA, Carlos José C. Economia e Política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.

GASQUES, José Garcia & CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. (orgs) Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: UNICAMP-Instituto de Economia, 1996.

Bibliografia Complementar

ZYLBERSZTAJN, Décio & NEVES, Marcos Fava. (orgs) Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.

Referencias Complementares:

BATALHA, M. O. (org) Gestão agroindustrial. vol. 1. São Paulo: Atlas/GEPAI, 1997.

BAUMANN, Renato (org) Brasil: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus/CEPAL, 1999.

FARINA, E. (coord.) Estudos de caso em Agribusiness. São Paulo: Pioneira, 1997.

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I (EBC I)

A dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil no período 1955-1980. A crise dos anos 1980. A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990 e a transição para o modelo liberal-periférico.

Bibliografia Básica

ABREU, M. P. (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Edit. Unesp/IE-Unicamp, 2002.

GIAMBIAGI, F. et al. (orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945-2004. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar

BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. R J: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CRUZ, P. D. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FILGUEIRAS, L. A. M. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia brasileira contemporânea. 3.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso. 2.ed., Campinas: Unicamp/IE, 1998.

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MODENESI, A. M. Regimes monetários: teoria e a experiência do Real. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, F. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SINGER, P. A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira. 5.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TAVARES, M. C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: Unicamp, 1986.

_____. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA II (EBC II)

Reformas estruturais nos anos 1990. Estabilidade monetária e semi-estagnação. Inserção externa. Reestruturação produtiva. Pobreza e distribuição de renda. Movimento recente da economia brasileira.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, R. (org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GIAMBIAGI, F. et al. (orgs.). Economia brasileira contemporânea: 1945-2004. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R. Desenvolvimento às avessas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Bibliografia Complementar

BATISTA JR., P. N. A economia como ela é... 3.ed., São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Consolidar avanços e vencer desafios

CARCANHOLO, M. D. A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 1990. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2005.

CARNEIRO, R. A política macroeconômica da era FHC ao governo Lula: da trindade impossível à autonomia necessária. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). Governo Lula: novas prioridades e desenvolvimento sustentado. RJ: José Olympio, 2003.

FRANCO, G. A inserção externa e o desenvolvimento. In: _____. O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GIAMBIAGI, F. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. (Textos para discussão, n. 93.)

MODENESI, A. M. Regimes monetários: teoria e a experiência do Real. Barueri: Manole, 2005.

PAULA, J. A. (org.). A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULA, J. A. (org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (orgs.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SICSÚ, J.; OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. (orgs.). Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. Barueri: Manole, Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (orgs.). Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

ECONOMIA CLÁSSICA

O mercantilismo, sua noção de riqueza e o papel da política econômica. A economia política dos fisiocratas: premissas metodológicas e o *Tableau économique* de Quesnay. Adam Smith: valor e distribuição; acumulação de capital. David Ricardo: valor e distribuição; comércio exterior. A "lei dos mercados" de Say. A teoria do subconsumo de Malthus.

Bibliografia Básica

QUESNAY, F. Análise do Quadro econômico. In: PETTY, W. Obras econômicas; HUME, D. Escritos sobre economia; QUESNAY, F. Quadro econômico dos fisiocratas. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1986.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (vol. I). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia Complementar

BENETTI, C. Valor e repartição. Coimbra: Centelha, 1978.

BLAUG, M. Teoría económica en retrospección. México: FCE, 1985.

CARCANHOLO, R. A. Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho. Vitória: EDUFES, 2012.

CARTELIER, J. Excedente y reproducción: la formación de la economía política clásica. México: FCE, 1981.

DENIS, H. História do pensamento económico. 4. ed., Lisboa: Horizonte, 1982.

DOBB, M. Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Presença, 1980.

KUNTZ, R. Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALTHUS, T. R. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de *O capital*). Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. O valor na ciência económica. Lisboa: Presença, 1980.

QUESNAY, F. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

RICARDO, D. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SAY, J. B. Tratado de economia política. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SRAFFA, P. Introdução: In: RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ECONOMIA DO NORDESTE

Particularidades do processo de ocupação do Nordeste. Periferização e natureza socioeconômica do subdesenvolvimento nordestino. Estrutura Econômica: indústria, comércio, serviços e agricultura. Integração produtiva e Articulação Comercial. As estratégias de desenvolvimento regional: debate e alternativas. Sudene. Dinâmica econômica recente.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, J. & ARAUJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. IN Teoria e evidência econômica, v. 12, n. 23, novembro de 2004.

FURTADO, Celso. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, vol. L – dez. 1981.

BERNAL, Cleide (org). A Economia do Nordeste na Fase Contemporânea. UDC/BNB, Fortaleza, 2006.

Bibliografia Complementar

GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. SUDENE. Recife, 1967.

GTDN. Da Proposta à realidade (ensaios sobre a questão regional) Org: Tânia Bacelar e outros. INESPe. Editora Universitária, UFPE. 1994

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional de Desenvolvimento Nacional Regional. Brasília, dezembro de 2003.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro–Uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

SUDENE. Pacto Nordeste: ações estratégicas para um salto do desenvolvimento Regional. Segunda Versão. Recife. 1995

SUDENE. Nordeste - Ciência e Desenvolvimento: esboço de uma política regional Recife, 1994

OLIVEIRA, Francisco. Elegia Para uma Re (li) gião. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008

PRADO JR. Caio. Apresentação. In Andrade, M.C. A Terra e o Homem no Nordeste 7.ed. Ed. São Paulo:Cortez, 2008.

ANDRADE, M.C. A Terra e o Homem no Nordeste 7.ed. Ed. São Paulo: Cortez, 2008

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

A evolução do Estado nas economias capitalistas. Bens Públicos e intervenção alocativa, distributiva e estabilizadora do governo. Orçamento Público. Dispêndio Público. Financiamento das funções públicas: tributação e dívida pública. Tributação: aspectos teóricos e institucionais. Dívida Pública, déficit e crise fiscal. Federalismo Fiscal. Reforma Fiscal e mudanças nas funções do governo.

Bibliografia Básica

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças públicas: teorias e práticas no Brasil. 5ª. ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier Campus, 2016

REZENDE, F. Finanças Públicas. São Paulo: Editora Atlas. 2010.

STIGLITZ, J. Economics of the public sector. W.W. Norton & Company, 3rd edition. Capítulos 1 e 4, 1999.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Complementar

MUSGRAVE, R & MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: Teoria e Política. São Paulo: EDUSP, 1980.

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro- RJ: Elsevier/Campus, 2004.

MYLES, G. Public Economics. 1st edition, Cambridge Universityy Press, Cambridge, UK, 1995.

HINDRIKs, J. e GARETH Myles. Intermediate Public Economics. 2nd edition, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2013

SALANIÉ, B. Economics of Taxation, 2nd edition.The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2011

MULLER, D.C. Public Choice III, Cambridge University Press, 2009

ECONOMIA DO TRABALHO

Análise teórica e empírica do mercado de trabalho. As diferentes abordagens teóricas. Emprego e renda nas economias capitalistas atrasadas no pós-guerra. Evolução dos processos de trabalho. Intervenção governamental e sindicatos. Políticas de emprego e salários.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

CAMPOS, Silvia Horst. A questão dos determinantes dos salários nas teorias clássica, marxista e neoclássica. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.12, n.1, 1991.

RAMALHO, José Ricardo (Orgs). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AMORIM, Henrique. Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

BEHRING, Elaine R.; e ALMEIDA, Maria Helena T. Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Ruy. A Nostalgia do Fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Consolidar avanços e vencer desafios

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo Avesso: O modelo Japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan-UFRJ, 1994.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O capital humano na filosofia social de Marshall. Revista de Economia Política, v.12, n.2, abr. a jun. de 1992.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado – Para além do socialismo, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

LIMA, Valéria Almada. Qualificação e emprego no Brasil: uma avaliação dos resultados do PLANFOR. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

_____. Reestruturação Produtiva e Relação Salarial: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

MATTOSO, Jorge Eduardo. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ECONOMIA INDUSTRIAL

Crítica à abordagem neoclássica da concorrência perfeita: a firma oligopolista, grau de monopólio e modelo Mark-up, preços e margens de lucro em oligopólio; A abordagem estrutura-conduta-desempenho e a contribuição de Steindl. Inovação e concorrência na abordagem neo-schumpeteriana; Estratégias de crescimento das empresas.

Bibliografia Básica

POSSAS, M.L. (1985). Estruturas de mercado em oligopólio, São Paulo, Hucitec, 1985.

SYLOS LABINI, P. (1956). Oligopólio e progresso técnico, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

SRAFFA, P. (1926). "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência", in: Literatura econômica, vol. 4, n.1, jan/fev., 1982.

Bibliografia Complementar

Bain, J. (1956). A Importância da Condição de Entrada (tradução do cap. 1 de Barriersto New Competition. Cambridge, MA: Harvard University Press).

GUIMARÃES, E.A.A. (1982). Acumulação e crescimento da firma. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

KALECKI, M. (1954). Teoria da dinâmica econômica, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARSHALL, A. (1920). Princípios de economia - tratado introdutório, vol. I, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

PENROSE, E. (1959). A teoria do crescimento da firma, São Paulo, Unicamp, 2008.

ROBINSON, J. (1953). "Concorrência imperfeita reexaminada ", in: Contribuições à economia moderna, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Freeman, C. (1982). Inovação e a Estratégia da Firma (tradução do cap. 8 de The Economicsof Industrial Innovation, Londres: Frances Pinter).

Rosenberg, N. (1982). Sobre Expectativas Tecnológicas. (tradução do cap. 5 de Insidethe Black Box: Technology andEconomics. Cambridge: Cambridge University Press).

GUIMARÃES, E.A.A. (1982b). Acumulação e crescimento da firma, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

STEINDL, J. (1952). Maturidade e estagnação no capitalismo americano, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Schumpeter, J. (1942). Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1983;

Kupfer, D e Hasenclever. L. (2012). Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica. Campinas: Editora da Unicamp, 2005

ECONOMIA INTERNACIONAL I

Teorias do comércio internacional: clássica, neoclássica, dotação de fatores, economias de escala, concorrência imperfeita e fluxos de comércio; e abordagens recentes. Políticas de comércio. Modelo exportador e de substituição de importação; Integração Econômica. Balanço de Pagamentos. Desequilíbrio e Ajuste do Balanço de Pagamento: diferentes vertentes. Câmbio: regimes cambiais, paridade do poder de compra, câmbio e inflação.

Bibliografia Básica

CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey A. e JONES, Ronald W. Economia Internacional: Comércio e Transações Globais, Ed. Saraiva, 2001.

KRUGMAN, P., OBSTFELD, M. Economia Internacional. Pearson Education BR, 8ª ed., 2010.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Elsevier, 2004.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Complementar

FIELD, A. J.; APPLEYARD, D. E. Economia Internacional. Bookman. 6ª ed., 2010.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; Prado, Luiz Carlos; e Canuto, Otaviano. A Nova Economia Internacional, Ed. Campus, 2012

WILLIAMSON, John. A Economia Aberta e a Economia Mundial. Ed. Campus, 2010

BERNHOFEN, D. M. Empirical International Trade. Edward Elgar Publishing, 2010

HUFBAUER, G.; SUOMINEN, K. The Economics of Free Trade. Vol I and II. Edward Elgar Publishing, 2012.

ECONOMIA INTERNACIONAL II

Os movimentos internacionais de mercadorias, de capitais e de força de trabalho antes da 2ª Guerra Mundial (1873/1945). A internacionalização do capital e as transformações das relações econômicas internacionais no pós-guerra (1945/1970): as instituições criadas em Bretton Woods; o desequilíbrio benéfico (1947/1958); as tensões crescentes no Sistema Monetário Internacional, a formação do euromercado e a economia supranacional (1958/1968); o colapso da ordem internacional (1968/1971). A reestruturação produtiva e seus desdobramentos contemporâneos (1970/hoje): os blocos econômicos; a ordem neoliberal; e as crises contemporâneas.

Bibliografia Básica

LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Mônica. FMI e BIRD: Estratégias do poder financeiro. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOFFITT, Michael. O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

WACHTEL, Howard. Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Bibliografia Complementar

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano & GONÇALVES Reinaldo. Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BEAUD, Michel. História do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRUM, Argemiro Luís. A Economia Internacional na entrada do século XXI: Transformações Irreversíveis. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Globalização e neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade. IN: MALAGUTI et. al.(Org.). A quem pertence o amanhã?. São Paulo: Loyola, 1997.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

DARÉ, Milton José. Organismos Internacionais e blocos econômicos. IN:

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. IN: CHESNAIS, François. A Finança Mundializada. SP: Boitempo, 2005.

FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 1975.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOWAN, Peter. A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, D. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. SP: Boitempo, 2011.

KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MICHALET, Charles-Albert. O capitalismo mundial. RJ: Paz e Terra, 1983. contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

ECONOMIA MARXISTA I

A crítica da economia política e o método em Marx. O processo de produção do capital: mercadoria e dinheiro; transformação do dinheiro em capital; a produção da mais-valia absoluta e relativa; salário; acumulação do capital. O processo de circulação do capital: metamorfoses e ciclos do capital; rotação do capital; reprodução e circulação do capital social total.

Bibliografia Básica

MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

Bibliografia Complementar

BELLUZZO, L. G. M. Valor e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARCANHOLO, R. A. Mercadoria, valor e fetichismo. In: _____. (org.). Capital: essência e aparência, vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____; SABADINI, M. S. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, R. A. (org.). Capital: essência e aparência, vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DOBB, M. Economia política e capitalismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Consolidar avanços e vencer desafios

GILL, L. Fundamentos y límites del capitalismo. Madrid: Trotta, 2002.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANDEL, E. El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México: Siglo XXI, 1985.

MARX, K. O capital: livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

NAPOLEONI, C. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

RIBEIRO, N. R. O capital em movimento: ciclos, rotação, reprodução. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SWEEZY, P. M. Teoria do desenvolvimento capitalista. 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ECONOMIA MARXISTA II

Transformação da mais-valia em lucro. Transformação do lucro em lucro médio. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. Crises capitalistas. Capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro. Capital portador de juros.

Bibliografia Básica

CARCANHOLO, R. A. Capital: essência e aparência, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GILL, L. Fundamentos y límites del capitalismo. Madrid: Trotta, 2002.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

Bibliografia Complementar

ARCANGELI, A. Capitalismo e crise. São Luís: IPES, 1982.

COLLETTI, L. El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo. 3. ed., México: Siglo XXI, 1985.

GERMER, C. M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. Ensaios FEE, Porto Alegre, 15(1), p. 179-201, 1994.

_____. O capital bancário e a relação indústria-bancos na teoria de Marx. Análise econômica, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 129-158, mar. 2010.

Consolidar avanços e vencer desafios

_____; BELOTO, D. L. Marx e o problema dos custos de circulação como dedução da mais-valia. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 18, p. 62-85, jun. 2006.

GRESPAN, J. O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, E. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de *O capital*). Volume II. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de *O capital*). Volume III. São Paulo: DIFEL, 1985.

MATEO, J. P. La tasa de ganancia en México, 1970-2003: análisis de la crisis de rentabilidad a partir de la composición del capital y la distribución del ingreso. Tese (doutorado em Economia). Universidad Complutense de Madrid, 2007.

MEEK, R. L. Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

NAPOLEONI, C. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias de crise. Ensaios FEE, Porto Alegre, 4(1), p. 5-45, 1983.

SWEEZY, P. M. Teoria do desenvolvimento capitalista. 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ECONOMIA MONETÁRIA

Noções básicas de moeda e crédito. As matrizes da teoria monetária (Marx, Keynes e monetaristas). Banco Central: origem e funções; base monetária. Sistema Bancário: tipos de bancos, criação de crédito e multiplicador de pagamentos. Política Monetária (Keynes, Keynesianismo, Monetarismo, Novos-Clássicos e Novos-Keynesianos); Instrumentos e Metas de Política Monetária: controles, redesconto, open Market; Mecanismos de transmissão da política monetária. O sistema financeiro – aspectos institucionais, fluxos financeiros, empresas financeiras e não financeiras. A dinâmica financeira. Câmbio, Regimes Monetários.

Bibliografia Básica

MISHKIN, F. Moeda, Bancos e Mercados Financeiros. 5ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000

CARVALHO, F.J.C., SOUZA, F.E.P., SICSU, J., PAULA, L.F., e STUDART, R. Economia monetária e financeira. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

da COSTA, Fernando N. Economia Monetaria e Financeira: uma abordagem pluralista. São Paulo, Makron Books, 2000.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DE PAULA, L.F.R. Comportamento dos bancos, posturas financeiras e oferta de crédito: de Keynes a Minsky. Análise Econômica, v.16, n.29, 1998.

FRIEDMAN, B.M., WOODFORD, M. (Orgs). Handbook of monetary economics: vols 3A+3B Set. North-Holland: Elsevier, 2011.

FROYEN, R.T. Macroeconomia: Teorias e Aplicações. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANKIW, N.G. Macroeconomia. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

ECONOMIA REGIONAL E URBANA

A Ciência Regional. A configuração do espaço e conceituação de região. Os desequilíbrios regionais e concentração das atividades. Desenvolvimento regional e urbano. Decisões de localização da atividade, polos, clusters, desigualdades regionais, urbanização, centralidades, hierarquias de lugares e vulnerabilidades. A questão regional e urbana no Brasil. Fundamentos históricos dos desequilíbrios regionais no Brasil. Processo de urbanização.

Bibliografia Básica

CLEMENTE, A. E HIGASHI, Y.; Economia Regional e Desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2000.

HADDAD, P. R. (org.) (1989). Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. Banco do Nordeste, Fortaleza.

BENKO, G. A Ciência Regional. Oeiras (PO), 1999.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

DINIZ, C. C., CROCCO, M. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 302 p. ISBN 9788570415172.
SOUZA, NALI DE JESUS. Desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2009.

Consolidar avanços e vencer desafios

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS ECONÔMICOS

Crescimento, planejamento econômico e projetos; Estudos do mercado e dos aspectos técnicos do projeto. Estrutura organizacional; Aspectos legais e

ambientais; Dimensionamento das grandezas econômicas e financeiras para o período de vigência do projeto; Projeção de receitas e custos. Estimativas de resultados e do investimento; Estudo das fontes de financiamento; Projeção do fluxo de caixa; Métodos de avaliação de projetos: taxa de retorno, análise do fluxo de caixa capitalizado, valor presente líquido, taxa interna de retorno; Avaliação sob a ótica do investidor privado e sob a ótica social.

Bibliografia Básica

BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 6ª edição,1991.

WOILER, Samsão. Projetos: planejamento, elaboração, análise / SamsãoWoiler, Washington Franco Mathias. – São Paulo: Atlas, 1996.

HOLANDA, Nilson. Planejamento e Projetos. Rio de Janeiro, APEC, 1975.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. Manual de planejamento estratégico. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A.; LIMA, Fabiano G.; Curso de Administração Financeira. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

CONTADOR, Cláudio. Avaliação Social de Projetos. São Paulo: Atlas, 1981.

LEMES JÚNIOR, Antônio B.; RIGO, Cláudio M.; CHEROBIM, Ana Paula, M. S.; Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ESTADO E CAPITAL

Natureza e papel do Estado capitalista. As transformações do Estado capitalista: Estado liberal, Estado social, Estado neoliberal. Teorias sobre o Estado nos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos. Crise do Estado e políticas sociais no século XXI.

Bibliografia Básica

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

MATTICK, Paul. Marx e Keynes: os limites da economia mista. Lisboa: Antígona, 2010.

PRZEWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Bibliografia Complementar

BRUNHOFF, Suzanne de. Estado e capital. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine ; THERNBORN, Goran. Le défi social-démocrate. Paris: Maspero, 1981.

FARIAS, Flávio Bezerra de. L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil. tese de « Doctorat d'Etat », Universidade Paris-Nord, 1988.

FARIAS, Flávio Bezerra de. O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIEDMANN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. The inclusion of the other: studies in political theory. Cambridge: Polity Press, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Il Lavoro di Dioniso, per la critica dello Stato postmoderno. Roma: Manifesto Libri, 1995.

HIRSCH, Joachim *et alii.* Los estudios sobre el Estado y la reestructuración capitalista. Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1992.

LÉNINE, Vladimir. Oeuvres choisies, 3 vol., Moscou: Progrès, 1975.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARRAMAO, Giacomo. O político e as transformações. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. L'État surdéveloppé. Paris: La Découverte / Maspero, 1983.

NEGRI, Antonio. La forma stato. Milan: Feltrinelli, 1977.

O'CONNOR, James *et alii*. Capitalismo y Estado. Madrid: Editorial Revolución, 1985.

OFFE, Claus. Modernity and the State: East, West. Cambridge: Polity Press, 1996.

POULANTZAS, Nicos. L'État, le pouvoir, le socialisme. Paris: PUF, 1978.

PRZEWORSKY, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVELLI, Marco; TRIPODI, Pino. Lo Stato della globalizzazionne. Milão: Leoncavallo, 1998.

VINCENT, Jean-Marie *et alii.* L'État contemporain et le marxisme. Paris: Maspero, 1975

Consolidar avanços e vencer desafios

ESTATÍSTICA ECONÔMICA I

Dados e a estatística. Organização de dados: Distribuição de Frequências, Medidas de Posição e Variação: Medidas da Forma de Distribuição, da Posição Relativa e Detecção de Valores Atípicos; Distribuição de Frequência; Medidas para Dados

Agrupados. Distribuições discretas de probabilidade: Variáveis aleatórias: discretas e contínuas. Valor Esperado e Variância. Distribuição de Probabilidade Binomial. Distribuição de Poisson. Distribuição de Probabilidade Hipergeométrica. Distribuições contínuas de probabilidade: Distribuição Uniforme, Distribuição Normal e Distribuição Exponencial

Bibliografia Básica

HOFFMAN, R. Estatística para Economistas. 4ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006.

LARSON, R., FARBER, B. Estatística aplicada. 4ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KAZMIER, L. J. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 4ª Ed. Porto Alegre:Bookman, 2007.

Bibliografia Complementar

AFONSO, A.; NUNES, C. Estatística e Probabilidades Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração. Ed. Harbra Ltda. São Paulo, 2001.

SWEENEY, D.J., WILLIAMS, T.A., ANDERSON, D. R. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ESTATÍSTICA ECONÔMICA II

Amostragem e distribuições amostrais: População e amostras; Amostras aleatórias e estatísticas; Distribuição amostral da média, frequência relativa, variância e da soma ou diferença de duas médias e de duas frequências relativas. Estimação intervalar: Média populacional: σ conhecido e desconhecido: margem de erro e a estimativa intervalar. Determinação do tamanho amostral. Proporção populacional. Testes de hipóteses. Comparações envolvendo médias, planejamento experimental e análise de variância. Comparações envolvendo proporções e teste de independência

Bibliografia Básica

HOFFMAN, R. Estatística para Economistas. 4ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006.

LARSON, R., FARBER, B. Estatística aplicada. 4ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração. Ed. Harbra Ltda. São Paulo, 2001.

Bibliografia Complementar

AFONSO, A.; NUNES, C. Estatística e probabilidades Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

KAZMIER, L. J. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 4ª Ed. Porto Alegre:Bookman, 2007.

SWEENEY, D.J., WILLIAMS, T.A., ANDERSON, D. R. Estatística Aplicada à administração e economia. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO COMPARADAS

Padrões e estilos de desenvolvimento. Convergência e divergência na economia mundial. Aspectos macroeconômicos e Institucionais do Desenvolvimento. Projetos nacionais de desenvolvimento. O papel do Estado, das grandes empresas e do mercado financeiro. Experiências e Políticas de Desenvolvimento Econômico no século XX: Ásia, América Latina, África e Europa. Tendências Recentes.

Bibliografia Básica

DORE, C. Global Interdependence and National Development Strategies in *Beyond Conventional Policy*, United Nations. 2004

FIORI, J. L. Estados, moedas e Desenvolvimento in.: José Luís Fiori, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Petrópolis: Vozes, 1999.

PALMA, G. Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina in.: José Luis fiori. (Org.). *O Poder Americano*, Vozes, 2004

Bibliografia Complementar

BRESSER-PEREIRA, L.C. Estratégia Nacional de Desenvolvimento, *Revista de Economia Política*, Vol 26, n 2. 2006

CHANG, H-J Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, Sucessos e Desastres in.: José Luís Fiori, Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Petrópolis: Vozes, 1999

EVANS, P. Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

FURTADO, C. Formação Econômica da América Latina, Lia Editora, 1970

MEDEIROS, C. China: Entre os Séculos XX e XXI. In: José Luís Fiori. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999

SINGH, A. Acertando o Passo com o Ocidente: uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico asiático. *Economia e Sociedade,* nº 8, 1997

EVOLUÇÃO DAS IDEIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Ontologia política do liberalismo e do estado moderno: Maquiavel, Hobbes, Locke

e Rousseau. Afetos, paixões e interesses: moral, política e economia do liberalismo. Visões de Paralaxe: política de excesso e os impasses do liberalismo. Mercado, individualismo possessivo e amor-próprio: a pré-história da economia.

Bibliografia Básica

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**: ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Edipro, 2015.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Bibliografia Complementar

BADIOU, Alain. **A República de Platão recontada por Alain Badiou**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única** (Obras escolhidas, v.2). São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIANCHI, Ana Maria. **A pré-história da economia**: De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOÉTIE, Étienne de La. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

HEGEL, G.W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do "homem burguês"**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010d.

PLATÃO. **A república** (ou Da Justiça). São Paulo: EDIPRO, 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico**: história da ideia de mercado. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Consolidar avanços e vencer desafios

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO (FDC)

Introdução ao conceito de capitalismo (Sistema Econômico – olhar dos economistas; Sistema Histórico – olhar dos historiadores e sociólogos contemporâneos). Declínio do feudalismo. As Instituições básicas do capitalismo: dinheiro, mercado de trocas, propriedade privada e empresa, mercado de capitais e financeiro. A formação dos Estados nacionais. O desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XVI e XVIII.

Bibliografia Básica

ARRIGHI, G. O longo século XX. São Paulo: Contraponto, 1996.

POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Capítulos: 3, 4, 5, 6 e 7.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico & civilização capitalista. São Paulo: Contraponto, 2002.

Bibliografia Complementar

BRAUDEL, F. A Dinâmica do Capitalismo. São Paulo: Rocco, 1987.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (3 volumes).

FULCHER, J. Capitalism. A very short introduction. Oxford, 2004.

INGHAM, G. Capitalism. Cambridge-MA, USA: Polity, 2006.

KOCKA, J. Capitalism. A short history. Princeton: Princeton University Press, 2016.

KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol., 2; capítulos XXIII e XXIV.

MARX, K. Ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Martins Fontes, 2003, LIVRO 1.

SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of world capitalist system: concepts for comparative analysis. In: Comparative Studies in Society and History, vol. 16, Issue 4, (Sep, 1974), PP., 387-415.

WEBER, M. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2000, capítulo 2.

WOOD, E. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL (FEB)

Consolidar avanços e vencer desafios

A importância da análise histórico-econômica. Fundamentos da colonização: formação e expansão econômica no período colonial (1530/1808). Os complexos regionais. Transição para a economia assalariada (1808/1889). A economia nordestina e amazônica. Expansão capitalista e origens da formação industrial (1889/1929). A crise do café e a grande depressão. A industrialização brasileira anterior à segunda guerra. A industrialização brasileira até 1955.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2006.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850/1888. Estudos Econômicos – Instituto de Pesquisas Econômicas IPG, vol. 13, no.1. São Paulo, 1983.

CANABRAVA, Alice P. História econômica: estudos e pesquisas. SP: UNESP, 2005.

CANO, Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). IN: Cadernos IFCH/UNICAMP, No. 10, 1983.

_____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas SP: UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; e BRIGNOLI, Héctor Pérez. História Econômica da América Latina: Sistemas agrários e história colonial Economias de exportação e desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, DE MELLO, João Manuel. Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1998.

FAZOLI, Filho Arnaldo. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2001.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a Produção do Brasil. São Paulo: EDUC; Campinas SP: Editora Autores Associados, 2004.

FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 1975.

Consolidar avanços e vencer desafios

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO

Formação socioeconômica do maranhão; O processo de integração da economia local e sua inserção internacional; Integração e desarticulação econômica da província no século XIX; Desarticulação da grande lavoura e a inserção do maranhão na produção de alimentos e matéria-prima no século XX (até 1980); Políticas de desenvolvimento regionais, modernização da agricultura e o projeto grande Carajás (1970/1990); A expansão capitalista recente e as transformações na estrutura, dinâmica e perfil contemporâneas na sociedade maranhense (1990 a 2015).

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Alfredo e MOURÃO, Laís. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. Pesquisa antropológica, n.9-10, Brasília, mai.- jun.2017

MEIRELES, Mário M. História do Maranhão. Rio de Janeiro, DASP, 1960.

TRIBUZI, Bandeira. Formação econômica do Maranhão. São Luís, FIPES, 1981.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A ideologia da decadência: uma leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: IPES, 1983.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política de Desenvolvimento e Desigualdade Regionais: o caráter seletivo e residual da Intervenção governamental no Maranhão. Revista de Política Pública. V.11, n.2. Jul.-Dez.2007.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A transformação da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. 2006. 459f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão – Université Paris III-Sorbonne Nouvelle. São Luís.

HALL ,Antony - Programa Grande Carajás – questão agrária na Amazônia, 1998 ,Petropoles.Rio

MARIN ,R; e NOVAES, J (orgs) –Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Mranhao e Pará ´ EAE edições , Manaus 2015

Consolidar avanços e vencer desafios

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

O surgimento da economia política e a consolidação do capitalismo, Método e objeto da economia nos paradigmas clássico, marxista, neoclássico e keynesiano. Tratamento de questões atuais segundo os diferentes paradigmas. Campo de atuação do economista.

Bibliografia Básica

BASTOS, V. L. *Para entender a economia capitalista:* noções introdutórias. 3.ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996.

CANO, W. *Introdução à economia:* uma abordagem crítica. São Paulo, Edit. Unesp, 1998.

CARDOSO, E. *Economia brasileira ao alcance de todos*. 4.ed., São Paulo, Brasiliense, 1993.

Bibliografia Complementar

HILLBRECHT, R. *Economia monetária*. São Paulo, Atlas, 1999.

MANDEL, E. *Introdução ao marxismo*. 4.ed., Porto Alegre, Movimento, 1982.

NAPOLEONI, C. *Curso de economia política*. 2.ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981.

SINGER, P. *Aprender economia*. 4.ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

SINGER, P. *O capitalismo:* sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 14.ed., São Paulo, Moderna, 1987.

SINGER, P. *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo, Contexto, 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S. de et alii (1999). *Economia brasileira contemporânea*. 3.ed., São Paulo, Atlas.

MATEMÁTICA ECONÔMICA I

Ementa: Funções. Representação gráfica de uma função. Limite de uma função real de variável real. Noção intuitiva de limite e definição: Propriedades. Diferenciação. Técnicas de diferenciação. Taxa de variação e análise marginal. Máximos e mínimos. Derivada de ordem superior e traçados de curvas. Diferenciação implícita e taxas relacionadas. Integração: Antiderivadas. Conceito de integral definida e indefinida. Teorema fundamental do cálculo.

Bibliografia Básica

GOLDSTEIN, Larry J. Economia, Administração e Contabilidade - 12ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HOFFMANN, Laurence. D. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 2014.

MORETTIN, P. A., HAZZAN, S., BUSSAB, W. O. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

JACQUES, I. Matemática para economia e administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CHIANG, A. C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman,2004.

STEWART, J. Cálculo, volume 1. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MATEMÁTICA ECONÔMICA II

Sistemas de coordenadas cartesianas. Domínio e Imagem. Representação gráfica para funções de duas variáveis. Curvas de Nível. Funções homogêneas. Noção Intuitiva e definição de limite. Continuidade. Derivadas parciais. Diferencial de uma função. Derivadas parciais de função composta. Derivadas de função implícita. Funções Homogêneas. Derivadas parciais sucessivas. Máximo e mínimos de várias variáveis. Máximo e mínimos condicionados – Método da substituição, Método dos multiplicadores de Lagrange. Outros tópicos de integração.

Bibliografia Básica.

GOLDSTEIN, Larry J. Economia, Administração e Contabilidade - 12ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HOFFMANN, Laurence. D. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 2014.

MORETTIN, P. A., HAZZAN, S., BUSSAB, W. O. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

JACQUES, I. Matemática para economia e administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CHIANG, A. C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

STEWART, J. Cálculo, volume 2. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PENSAMENTO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO

Fundamentos filosóficos da Teoria Neoclássica: Utilitarismo inglês, positivismo lógico e pragmatismo. Método da Economia Política Neoclássica: reducionismo como filosofia e método. Fundamentos da estática e da moderna axiomática. A questão do Valor na Teoria Neoclássica: utilidade como fundamento do valor. Valor de uso e valor de troca e a questão da indeterminação do valor. A teoria da Utilidade Cardinal. Teoria do Equilíbrio Geral. Teoria do Bem-estar: a utilidade como práxis para decisões políticas. O homem econômico racional neoclássico e o capitalismo moderno. O método neoclássico na análise econômica.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Básica

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Tratado introdutório. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 2ed. Col. Os Economistas. Vol, 1, pag. 65 a 71.

WALRAS, Léon. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 2ed. Col. Os Economistas. Lição III, pág. 19 a 24.

JEVONS, W.S. (1871). A teoria da economia política, São Paulo, Abril Cultural, col. "Os economistas", 1983.

Bibliografia Complementar

DOBB, Maurice (1973). Teorias do Valor e da Distribuição.Lisboa, Presença, 1976.

MEEK, Ronald L. (1967). Economia e Ideologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

NAPOLEONI, Cláudio (1977). O Valor na Ciência Econômica. Lisboa, Presença, 1980.

HUNT. E. K. (1978). História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro. Editora Campus,1987.

POLÍTICA ECONÔMICA

Fundamentos e objetivos da política econômica: equilíbrio econômico, ajustes espontâneos e política econômica, liberalismo e intervencionismo. Objetivos políticos e objetivos econômicos. Dilemas de Política Econômica. Análise da Política Monetária, Cambial e da Política Fiscal no período recente.

Bibliografia Básica

GENEREUX, Jacques. Introdução à Política Econômica, ed. Francesa de 1995, Lisboa, Estampa. 1995

FUINHAS. Jose Alberto. Os canais de transmissão da política monetária. Texto para Discussão DGE- 2/2002. Departamento de Gestão e Economia (DGE), Universidade da Beira Interior, Covilhã, PORTUGAL, 2002.

LOPREATO, Francisco Luiz C. O papel da política fiscal. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 119, fev. 2006.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Eliane Cristina. Política Cambial e Crescimento Econômico: teoria e evidência para os países em desenvolvimento, 2008. (Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira).

SILVA, Rubens Teixeira. Regime de metas de inflação: seus efeitos sobre a inflação, o produto e o emprego no Brasil. (monografia premiada pelo Banco Central), 2008.

RODRIGUES, Roberto de Souza; Bastos, Carlos Pinkusfeld . Dezoito Anos de Política Fiscal no Brasil (1991 a 2008): um interpretação alternativa. In: XV

Consolidar avanços e vencer desafios

Encontro Nacional de Economia Política, 2010, São Luis. XV Encontro Nacional de Economia Política, 2010.

NEVES, André Lúcio; OREIRO, José Luis. O Regime de Metas de Inflação: uma abordagem teórica. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 101-132, jun. 2008.

GIAMBIAGI, Fábio. 18 anos de Política Fiscal no Brasil: 1991 a 2008. Econ. aplic., São Paulo, v. 12, n. 4, p. 535-580, OU TUBRO-DEZEMBRO 2008.

PROJETO DE PESQUISA

Ciência e conhecimento. A pesquisa econômica. Métodos de investigação: pesquisa histórica, qualitativa e quantitativa. Elaboração do projeto de pesquisa: formulação de problemas, construção de hipóteses, base teórica (revisão de literatura) e planejamento dos capítulos.

Bibliografia Básica

BEAUD, MICHEL. Arte da Tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

LOWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 12ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação/Noções práticas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIANCHI, A.M. (org.). Ensaios de Metodologia em Economia. USP/IPE, 1986.

BLAUG, M. Metodologia da Economia. Edusp, 1993.

DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. Atlas, 1983.

ECO, U. Como se faz uma Tese. Perspectiva, 1988.

FILHO, Inácio. A monografia para os cursos de graduação. Uberlândia: UFU, 1995.

GILL, A.C. Técnicas de Pesquisa em Economia. Atlas, 1988.

GOODE & HATT. Métodos em Pesquisa Social. Ed. Nacional, 1979.

GURGEL, Ayala. Metodologia nas Ciências Humanas. http://geocities.yahoo.com.br/ ayalagurgel/metodologia.htm. Acesso em: 03 mar 2006.

HEGENBERG, L. Significado e Conhecimento. EPU/EDUSP, 1975.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Consolidar avanços e vencer desafios

LAKATOS & MARCONI. Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas, 1990.

LANGE, O. Moderna Economia Política. Vértice, 1986.

LOWY, Michael & NAIR, Sami. Lucien Goldman: Ou a dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. 2ed. São Paulo: Martins Fonte, 1983.

MARX & ENGELS. "A Ideologia em Geral"; in CARDOSO e IANNI. (orgs.). Homem e Sociedade. 1973.

MARX & ENGELS. A Ideologia Alemã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOURA CASTRO, C. A Prática da Pesquisa. McGraw Hill, 1978.

TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA

Fundamentos da Investigação Econômica. Pesquisa bibliográfica. Resenhas. Levantamento de Dados. Planejamento do Cálculo da Amostra. Análise Quantitativa e Qualitativa dos Dados. Projetos e Relatórios. Plano de Estudos. Repositório de Dados.

Bibliografia Básica

BERNI, Duilio de A. Técnicas de Pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo, Saraiva, 2002.

GILL, A.C. Técnicas de Pesquisa em Economia. Atlas, 1988.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação/Noções práticas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIANCHI, A.M. (org.). Ensaios de Metodologia em Economia. USP/IPE, 1986.

BLAUG, M. Metodologia da Economia. Edusp, 1993.

CALVETE, Cássio. Investigação econômica e ciência econômica. In: BERNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em Economia. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTRO C. M. Estrutura e Apresentação de Publicações Científicas, São Paulo: Mc. Graw-Hill do Brasil, 1976.

CORTES, Soraya M. Vargas. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BERNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em Economia. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. Atlas, 1983.

FOCHEZATTO, Adelar; CARVALHO, Vera Regina. Como fazer descrição e

análise quantitativa de dados. . In: BERNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em Economia. São Paulo: Saraiva, 2002.

HEGENBERG, L. Significado e Conhecimento. EPU/EDUSP, 1975.

KERLINGER, F. N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais – um tratamento conceitual, São Paulo: EDUSP, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. (1986), Técnicas de Pesquisa, São Paulo: Atlas

MAIA NETO, Adalberto Alves. Ciência Econômica e modelos matemáticos. In: BERNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em Economia. São Paulo: Saraiva, 2002.

TEORIA MACROECÔMICA I

Introdução a análise agregada. Noções básicas sobre os agregados macroeconômicos. A Teoria Clássica e a crítica keynesiana. O princípio da demanda efetiva em Keynes e Kalecki. Determinantes do emprego e da renda. Mercado de bens e o modelo keynesiano simples. Propensão a Consumir e Multiplicador. Decisões de Investimento: Mercado de Ativos, Expectativas, Eficiência Marginal do Capital, Juro e Moeda. A interpretação de Hicks sobre a Teoria Geral; Fundamentos da análise IS-LM.

Bibliografia Básica

FROYEN, R. Macroeconomia: Teoria e aplicações. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

KEYNES, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money, London: Macmillan (reprinted 2007).

MANKIW, N. Gregory. Macroeeconomia. LTC, 8ª. Ed. 2018.

Bibliografia Complementar

Blanchard, Olivier. Macroeconomia, Editora Pearson Brasil, 5ª edição, 2011

SCHRODER, B. H. V. Macroeconomia: Questões Comentadas da Provas de 2004 a 2013. 3ª edição. São Paulo: Campus, 2013.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEORIA MACROECONÔMICA II

Mercado de Bens e Mercado Financeiro. O modelo IS/LM: taxas de juros reais e nominais. Decisões de Investimento e Consumo com Expectativas. Política Fiscal e Monetária e Expectativas. Modelo de Oferta e Demanda Agregadas. Mercado de Trabalho. Taxa Natural de Desemprego. Produto, Inflação e Desemprego. A Curva de Philips (várias versões). Macroeconomia Aberta: taxa de câmbio e regimes

cambiais. O modelo Mundell-Fleming (IS/LM/BP). Novos Clássicos e Novos Keynesianos.

Bibliografia Básica

FROYEN, R. Macroeconomia: Teoria e aplicações. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

KEYNES, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money, London: Macmillan (reprinted 2007),

MANKIW, N. Gregory. Macroeeconomia. LTC, 8ª. Ed. 2018.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia, Editora Pearson Brasil, 5ª edição, 2011

SCHRODER, B. H. V. Macroeconomia: Questões Comentadas da Provas de 2004 a 2013. 3ª edição. São Paulo: Campus, 2013.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEORIA MACROECONÔMICA III

Estudo e análise das teorias do crescimento econômico e das flutuações: principais conceitos e aplicações empíricas. Modelos de inspiração keynesiana: os modelos de Harrod-Domar. Modelos Neoclássicos de Crescimento: modelo Solow-Swan. A teoria do crescimento endógeno. Teoria dos Ciclos Econômicos. Ciclo Puro em Kalecki. Inovação e Desenvolvimento em Schumpeter. Financiamento do Investimento*: finance/funding*.

Bibliografia Básica

JONES, C.I. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BLANCHARD, O. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro, Campus, 2007.

FROYEN, R. Macroeconomia: Teoria e aplicações. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

STARTZ, R., FISCHER, S., e DORNBUSH, R. Macroeconomia. 10ª ed. São Paulo: MacGrawHill, 2009.

TAYLOR, J.B., e WOODFORD, M. (Orgs). Handbook of macroeconomics: Volume 1C. North-Holland: Elsevier, 1999.

THIRLWALL, A.P. A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.

TEORIA MICROECONÔMICA I

Oferta e demanda: elasticidades; Teoria do consumidor: preferências, restrição orçamentária e o processo escolha, Escolha sob incerteza; Teoria da Produção: função de produção, produto médio, produto marginal, taxa marginal de substituição técnica e economias de escala; Custos: custo de oportunidades, custo médio, custo variável médio, custo fixo, custo fixo médio, custo marginal; Custos no curto e no longo prazos. Minimização de custos.

Bibliografia Básica

VARIAN, Hal. MICROECONOMIA: PRINCÍPIOS BÁSICOS. Editora Campus, Sétima Edição, ISBN 978-85-352-1670-7, 2007.

PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. MICROECONOMIA,Ed. Prentice Hall Brasil, ISBN 979-85-760-5018-5, 2005.

VASCONCELOS, Marco A. S. & OLIVEIRA, Roberto G. MANUAL DE MICROECONOMIA, Ed. Atlas, ISBN 85-224-228-18, 2000.

Bibliografia Complementar

KREPS, D., Microeconomics for Managers. Stanford University, 2003

MANKIW, Gregory. N. Princípios de microeconomia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VARIAN, Hal R. (2015) Microeconomia: uma abordagem moderna. Tradução da 9ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

TEORIA MICROECONÔMICA II

Estruturas de mercado: Concorrência Perfeita, Monopólio; Concorrência Monopolística; Oligopólio: Cournot, Cartel, Dilema dos prisioneiros, modelo da demanda quebrada (Sweezy); Mercado de Fatores; Noções de Teoria dos Jogos.

Bibliografia Básica

PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. MICROECONOMIA,Ed. Prentice Hall Brasil, ISBN 979-85-760-5018-5, 2005.

VASCONCELOS, Marco A. S. & OLIVEIRA, Roberto G. MANUAL DE MICROECONOMIA, Ed. Atlas, ISBN 85-224-228-18, 2000.

VARIAN, Hal R. (2015) Microeconomia: uma abordagem moderna. Tradução da 9ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus

Bibliografia Complementar

FERGUSON, C E. Microeconomia. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

VARIAN, Hal. MICROECONOMIA: PRINCÍPIOS BÁSICOS. Editora Campus, Sétima Edição, ISBN 978-85-352-1670-7, 2007.

KREPS, D., Microeconomics for Managers. Stanford University, 2003

MANKIW, Gregory. N. Princípios de microeconomia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Ementas das disciplinas Optativas

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Avaliação da empresa: financeira e econômica. Custo de capital. Política de dividendos. Administração de caixa e títulos negociáveis. Fontes de financiamento: ações ordinárias e preferenciais. Alavancagem financeira. Ponto de equilíbrio das operações. Orçamento.

Bibliografia Básica

FORTUNA, E. – Mercado Financeiro, Rio de Janeiro, Qualitymark Ed., 16ª edição, 2005

GITMAN, Laurence J. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harbra.

JOHMSON, Robert W. Administração financeira. São Paulo: Pioneira - USP

Bibliografia Complementar

SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRAGA, R. – Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira, São Paulo, Ed. Atlas, 1ª edição, 1998;

BODIE, Z.; MERTON, R.C. – Finanças. Porto Alegre, Bookman Companhia Editora, 2ª edição, 2002;

BREALEY, R.A.; MYERS, S.C. – Princípios de Finanças Empresariais, Lisboa, Ed. McGraw-Hill, 3ª edição, 1992;

BRIGHAM, E., GAPENSKI, L. e EHRHARDT, M. – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: Teoria e Prática, São Paulo, Ed. Atlas, 1ª edição, 2001;

Consolidar avanços e vencer desafios

CIÊNCIA POLÍTICA

Delimitação e objeto da Ciência Política. Processos Políticos e sociedade. Organização e grupos políticos. Poder e classes sociais. Legitimidade e conflitos.

Estado. Sociedade civil. Instituições políticas, partidos políticos, processos de decisão. Política. Estado, sociedade e economia: suas relações.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. UnB, Brasília, 1995.

LOCKE, John. Segundo tratado de direito civil. Clube do livro Liberal.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato Social. Martin Claret. São Paulo. 2001

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2003.STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de.

Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ALTHUSSER, Louis.Aparelhos ideológicos de Estado.11 ed. Graal Editora, 2011.

ARENDT, Hannah. Da revolução. Editora Ática, 1995.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 11 ed. Forense Universitária, 2010.

AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia. Editora Perspectiva. São Paulo. 1996.

BODIN, Jean. Os seis livros da república. Livro primeiro. Ícone Editora, 2011.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Noções básicas sobre custos. Custo de Administração. Relação custo/volume lucro. Avaliação de desempenho e preços de transferências internas. Custo e decisões de produção.

Bibliografia Básica

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ANÁLISE DE BALANÇO. São Paulo, editora Atlas, 1989.

MARTINS, Eliseu. Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicação no lucro e na alavancagem financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

WALTER, Milton Augusto. Introdução à análise de balanços. São Paulo: Saraiva, 1982.

Bibliografia Complementar

IUDÍCIBUS, Sérgio de. CONTABILIDADE GERENCIAL. São Paulo, Editora Atlas, 1989.

SILVA, José Pereira de. Análise financeira das empresas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001

CONTABILIDADE E ANÁLISE DE BALANÇOS

Noções preliminares e estática patrimonial. Procedimentos contábeis, variações do patrimônio líquido, operações com mercadorias, ativo imobilizado e problemas contábeis. O balanço. Introdução à análise das demonstrações contábeis.

Bibliografia Básica

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ANÁLISE DE BALANÇO. São Paulo, editora Atlas, 1989.

MATARAZZO, Dante. Administração Financeira. São Paulo, Editora Atlas, 1989.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

IUDÍCIBUS, Sérgio de. CONTABILIDADE GERENCIAL. São Paulo, Editora Atlas, 1989.

MARTINS, Eliseu. Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicação no lucro e na alavancagem financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

WALTER, Milton Augusto. Introdução à análise de balanços. São Paulo: Saraiva, 1982.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES

Desenvolvimento Econômico: uma visão geral. Desenvolvimento Econômico nos clássicos. Desenvolvimento Econômico e Instituições.

Bibliografia Básica

SOUZA, Nali de Jesus. “Desenvolvimento Econômico”. Editora Atlas, 1993, Cap 3, 4 e 5, Pag 51 a 100.

ADELMAN, Irma; Teorias do Desenvolvimento Econômico” Forense Rio 1972.

TODARO, Michael:” Economia do Subdesenvolvimento”. Cap 5 e 6.

Bibliografia Complementar

CONCEIÇÃO, O. A.: “Instituições, crescimento, e mudança na ótica institucionalista”. Tese de Doutorado. Fundação de Economia e Estatística Rio Grande do Sul. 2002. Cap. 2.5 pág 110 a 124.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James, Institutions as the Fundamental Cause of Longo run Growth, mimeo, 2004, 111 páginas, Handbook of Economic Growth editado por Aghion, Philippe e Durlauf, Steve.

Acemoglou, Daron, Robinson “Why the Nations Fail”. Crown Business, 2012

Olson, Mancur: Distinguished Lecture on Economics in Government: Big Bills Left on the Sidewalk: Why some nations are Rich and Others Poor. The Journal of Economics Perspectives. Vol 10, Number 2, Spring 1996.pag 3 a 34

Consolidar avanços e vencer desafios

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Teorias sobre o desenvolvimento regional e urbano e subdesenvolvimento, do ponto de vista econômico, social, cultural, histórico e político. Discussão sobre os limites de crescimento e o desenvolvimento. As questões do desenvolvimento local: análises de experiências amazônicas e de outras regiões latino-americanas. Revisão dos indicadores do desenvolvimento. Métodos de análise regional.

Bibliografia Básica

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PERROUX, François. Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Tradução: L. M.Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

Bibliografia Complementar

RICHARDSON, Harry W. Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WILLIAMSON, John. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Círculo do Livro S/A, 1. 1974.

_____. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Teorias, conceitos e evolução do pensamento sobre o desenvolvimento rural. Compreensão do desenvolvimento a partir do enfoque territorial e das dinâmicas do meio ambiente. Uso de indicadores de sustentabilidade para o planejamento do desenvolvimento rural sustentável. Estudar experiências de planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Básica

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Org.). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais– Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos, sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001.

Bibliografia Complementar

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

KAGEYAMA, Angela Antonia. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Série Estudos rurais. Editora: UFRGS, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o rural como espaço singular e ator coletivo. IN : Estudos Sociedade e Agricultura. Rio, UFRRJ, CPDA : número 15, outubro de 2000, pp 87-146.

DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO II

Debates e problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico em âmbito mundial a partir da década de 1990. Mundialização do capital e geopolítica das nações a partir da década de 1990. Desenvolvimento econômico nos BRICS. “Novo desenvolvimentismo”: argumentos e pretensas expressões. Desenvolvimento econômico e território.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. Novo Desenvolvimentismo e Apontamentos para uma Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. Revista da Cepal, N. 102. Santiago, 2010. Disponível em: << http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/432-Novo-Desenvolvimentos-e-Apontamentos.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia e África do Sul. Revista OIKOS. Rio de Janeiro, n. 8, 2007. Disponível em: << http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

Bibliografia Complementar

CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In. BIELSCHOWSK, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de

Janeiro; São Paulo, Record, 2000.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

GALA, P. Desenvolvimento econômico: divisão do trabalho, retornos crescentes e complexidade. In. GALA, P. Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2017.

KATZ, Jorge. Reformas estruturais, ciclos de criação e destruição da capacidade produtiva e o pensamento de Celso Furtado. IN: SABOIA&CARVALHO (Org.). Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Marcos Costa (org.) O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In. BAUMAN, R. (org.). O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília/DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1396/S3821B823D2010_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição;e FIORI, Jose Luis. Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1993.

DIREITOS HUMANOS

Direitos Fundamentais e Direitos Humanos: Evolução histórica. O Estado e a proteção dos direitos humanos. A internacionalização da proteção dos direitos humanos. Previsão normativa interna e internacional. Documentos internacionais Mecanismos institucionais de proteção dos direitos humanos. Estrutura, normas e jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Bibliografia Básica

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. Max Limonad, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. Saraiva, 1999.

GÓIS, Ewerton Marcus de Oliveira. Responsabilidade internacional do estado por violação de direitos humanos. Servanda, 2011.

Bibliografia Complementar

CANÇADO TRINDADE, Jose Augusto. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Sergio Antonio Fabris, 1997.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos. Fórum, 2012.

GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Comentários à convenção americana sobre direitos humanos. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

QUERALT JIMÉNEZ, Argelia. El tribunal de Estrasburgo: una jurisdicción internacional para la protección de los derechos fundamentales. Tirant lo Blanch, 2003.

GOMES, Luiz Flavio; PIOVESAN, Flávia. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. Revista dos Tribunais, 2000.

ECONOMETRIA II

Análise de Séries Temporais e Projeção de Resultados: Modelo Clássico de Análise de Séries Temporais. Análise de Tendência, Análise de Variações cíclicas, Medição de Variações Sazonais. Aplicando ajustes sazonais. Projeções baseadas em fatores de tendência e sazonais. Projeção baseada em médias móveis. Suavização exponencial como método de projeção. Outros métodos de projeção que incorporam suavização.

Bibliografia Básica:

KAZMIER, L. J. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

HOFFMAN, R. Estatística para Economistas. 4ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006.

LARSON, R., FARBER, B. Estatística aplicada. 4ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, M. M.; SANTOS, L. D.; FORTUNA, N. Econometria Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

AFONSO, A.; NUNES, C. Estatística e probabilidades Ed. Escolar: Lisboa, 2011.

STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à Administração. Ed. Harbra Ltda. São Paulo, 2001.

SWEENEY, D.J., WILLIAMS, T.A., ANDERSON, D. R. Estatística Aplicada à administração e economia. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE

Economia dos recursos naturais. Relação entre economia e ecologia. Desenvolvimento sustentável. Análise de empreendimentos e do meio ambiente. Valor econômico do meio ambiente. Custo da proteção ambiental. Economia dos recursos naturais. Valoração econômica dos recursos ambientais. Economia da Poluição: Externalidades. Teorema de Coase. Princípio do poluidor-pagador. Instrumentos econômicos.

Bibliografia Básica

MAY, PETER H.; LUSTOSA, MARIA C; VINHA, VALERIA. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Editora Campus, 2003.

MOURA, LUIS ANTÔNIO ABDALLA. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

THOMAS, JANET M.; CALLAN, SCOTT J. Economia ambiental: aplicações, políticas e teoria. Editora: CENGAGE, 2009.

Bibliografia Complementar

ROMEIRO, A.R. & REYDON, B. P & LEORNARDI, M.L.A. Economia do Meio Ambiente. Campinas: Unicamp, 1997.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306 p.

ECONOMIA INDUSTRIAL BRASILEIRA

A indústria de transformação na economia mundial contemporânea; Diagnóstico da atual indústria brasileira; Evolução e transformação da indústria brasileira; Panorama recente de setores, empresas e grupos industriais; Política industrial, tecnológica e de comércio exterior no Brasil.

Bibliografia Básica

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Política Industrial – vol. 01. São Paulo: Publifolha, 2004

KON, Anita. Economia Industrial. São Paulo: Nobel, 1999.

KUPFER, D. HASENCLEVER, L. (org.) Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 640p.

Bibliografia Complementar

FARINA, E. M. M. Q. A teoria dos mercados contestáveis e a teoria da organização industrial: um artigo-resenha. São Paulo: Estudos Econômicos, v. 20, n. 1, p. 5-28, jan./abr. 1990.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. Competitividade: mercado, Estado e organização. São Paulo: Singular, 2007.

AZEVEDO, P. F. Organização Industrial in PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (org.) Manual de Economia – Equipe de professores da USP, 5ed, São Paulo, Saraiva, 1998. p.203-226

CAVES, R. Estrutura Industrial Americana. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 180p

Consolidar avanços e vencer desafios

KOCH, J. V. Industrial organizationandprices. 2 ed., New Jersey: EnglewoodCliffs, 1980. 504p.

MCGUIGAN, J. R.; MOYER, R. C.; HARRIS, F. H. de B. Economia de Empresas: Aplicações, Estratégias e Táticas. 11ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ECONOMIA INSTITUCIONAL

Instituições: conceitos básicos. Nova Economia Institucional. A Teoria dos Custos de Transação e efeitos sobre a Produção. Características das Transações. Direitos de Propriedade e Eficiência. A Natureza da Firma. A Economia dos Contratos. Direito de Propriedade e o Comportamento dos agentes. Instituições e Desenvolvimento Econômico.

Bibliografia Básica

COASE, R. H. The natureofthefirm. Econômica.New Séries, vol. 4, n. 16 (nov./ 1937) pp. 386-405.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

WILLIAMSON, Oliver E. Hierarchies, marketsandpower in theeconomy: aneconomic perspective. Industrial and Corporate Change, v. 4, n. 1, 1995.

Bibliografia Complementar

ACEMOGLU, Daron. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza/DaronAcemoglu e James A. Robinson; tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AZEVEDO, Paulo F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. Agric. São Paulo, SP, 47(1): 33-52, 2000.

FARINA, Elizabeth M. M. Q.; AZEVEDO, Paulo F.; SAES, Maria S. Competitividade: mercado, estado e organizações. São Paulo: Ed. Singular, 199.

FIANI, Ronaldo, 1961. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico / Ronaldo Fiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRANOVETTER, Mark. Economicinstitutions as social constructions:aframework for analisys. ActaSociologica. n. 35, 1992.

HODGSON, Geofrey M. Institutionaleconomicsintothetwenty-first

century. Studi e Note di Economia. Ano XIV, n. 1, 2009.

NORTH, Douglass Cecil. Understandingtheprocessofeconomicchange.Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. Whe are institutions. JournalofEconomicsIssues. v. XL, n. 1,mar., 2006.

_____. The approach ofinstitutionaleconomics. JournalofEconomicLiterature. v. 36, mar., 1998.

ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

O significado do neoliberalismo. O debate sobre o papel das finanças no capitalismo contemporâneo. Tendências recentes da distribuição da renda e da riqueza. Interpretações da crise de 2007-2008. Perspectivas teóricas acerca da crise estrutural do capitalismo.

Bibliografia básica

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, S. et al. A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

SHAIKH, A. Capitalism: competition, conflict, crises. Oxford; New York: Oxford University Press, 2016.

Bibliografia complementar

CIPOLLA, F. P.; PINTO, G. C. R. Crítica das teorias da financeirização. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 27, p. 6-28, out. 2010.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KLIMAN, A. The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession. Londres: Pluto Press, 2012.

LAPAVITSAS, C. El capitalismo financiarizado: expansión y crisis. Madrid: Maia, 2009.

MATEO, J. P. La crisis económica mundial y la acumulación de capital, las finanzas y la distribución del ingreso. Debates en la economía marxista. Revista de economía crítica, n. 15, p. 31-60, 1º semestre 2013. Disponível em: <http://www.revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/revistas/n15/Art2_JuanPabloMateo.pdf> Acesso em: 01/04/2016.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO, E. F. S. Crise estrutural do capitalismo: uma reconstrução conceitual e empírica. Blog do autor. 2016. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2016/12/crise-estrutural-do-capitalismo.pdf> Acesso em: 18/12/2016.

ROBERTS, M. The Great Recession: profit cycles, economic crisis. A Marxist view. 2009. Disponível em:

<https://libcom.org/files/The%20Great%20Recession%20-%20Profit%20cycles,%20economic%20crisis.pdf> Acesso em: 02/05/2018.

TAPIA, J. A.; ASTARITA, R. La Gran Recesión y el capitalismo del siglo XXI: teorías económicas, explicaciones de la crisis y perspectivas de la economía mundial. Madrid: Catarata, 2011.

WALLERSTEIN, I. Structural crisis, or why capitalists may no longer find capitalism rewarding. In: WALLERSTEIN, I. et al. Does capitalism have a future? New York: Oxford University Press, 2013.

ESTUDO DO PROCESSO INFLACIONÁRIO

SNIP – Sistema Nacional de Índice de Preços. Cestas de Consumo. Índices de Preços e Custo de Vida. IPCA. Principais abordagens teórcias sobrea inflação: keynesiana, monetarista e estruturalista. Dinâmica e natureza do processo inflacionário recente. Análise de conjuntura: inflação.

Bibliografia Básica

IBGE. Para compreender o INPC (um texto simplificado). 7ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 2016.

Friedman, M. Episódios da História Monetária. Rio de Janeiro, Record, 1994.

Keynes, J.M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e Deflação. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Os economistas).

Bibliografia Complementar

Vasquez, Juan F. N. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. In: Bielschowsky, Ricardo. Cinquenta ano de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Sunkel, O. A inflação chilena: um enfoque heterodoxo. In: Bielschowsky, Ricardo. Cinquenta ano de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, Record, 2000.

BACEN. Relatório de Inflação. Vários anos.

GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo; A participação das mulheres na atividade econômica; Ocupação e desemprego; Segregação e Discriminação; Diferenças de rendimento do trabalho por sexo. Políticas sobre família, trabalho e igualdade de gênero. Indicadores de desigualdade de gênero.

Bibliografia Básica

SAFFIOTI. H. A mulher na Sociedade de classes. Mito e Realidade. Editora Expressão Popular. São Paul, 2013.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: Leone, E; Krein, J.D. e Teixeira, M. (Orgs.) Mundo do Trabalho das Mulheres. Ampliar Direitos e promover a igualdade. São Paulo. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP. Unicamp. IE. Cesit, jun 2017.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H., LABORIE, F. LE DOARÉ, H (Orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Bibliografia Complementar

LEONE, E. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: Leone, E; Krein, J.D. e Teixeira, M. (Orgs.) Mundo do Trabalho das Mulheres. Ampliar Direitos e promover a igualdade. São Paulo. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP. Unicamp. IE. Cesit, jun 2017.

BALTAR, P; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. Estudos Avançados 29 (85), 2015

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Retrospectiva histórica dos autores que, em alguma medida, trataram a tecnologia como elemento fundamental do desenvolvimento econômico e social. A economia da informação e do conhecimento. Propriedade Intelectual, seus paradoxos e a Inovação Tecnológica. As inovações e o desenvolvimento capitalista na atualidade. Os países em desenvolvimento e seus desafios e perspectivas para promover a inovação.

Bibliografia Básica

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; e ARROIO, A. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. IN: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; e ARROIO, A. (Orgs) Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

SHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VILLARES, F. (Org) Propriedade Intelectual: tensões entre o capital e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Complementar

AGLIETTA, Michel. Macroeconomia financeira - mercado financeiro, crescimento e ciclos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CASTILLO, Juan J. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. IN: ANTUNES, R.; e BRAGA, R. (Orgs) Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. Informática, automação, capitalismo e socialismo. IN:

FURTADO, C. Criatividade e dependência: na civilização industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GINDRE, Gustavo. Agenda de regulação: Uma proposta para o debate. IN: GORZ,

LOJKINE, Jean. A Revolução Informacional. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARINS, Luciana M. Economia, Tecnologia e Inovação: da Teoria da Firma à Gestão da Inovação Tecnológica. 300. Encontro da ANPAD. Salvador: 23 a 27 de setembro de 2006.

SAUVIAT, C.; e CHESNAIS, F. O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro. IN: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; e ARROIO, A. (Orgs.) Conhecimento Sistemas de Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Contraponto, 2005.

SHERWOOD, Robert. Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, Danielle Q. Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual no capitalismo contemporâneo: o contraditório caso do software livre. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA. São Luís, 2015.

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO

A organização como sistema. Objetivos e produtos da organização. O indivíduo na organização. Estilos de liderança. Comunicação e percepção. Estrutura. Atividades: fluxos, movimentos e lay-out. Indicadores de desempenho. Técnica de Programação e de mudança organizacional.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Atlas, 2014.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru.Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2011.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Complementar

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo : Atlas, 2015

MORAES, Anna Maria Pereira de. Introdução à Administração. 3. ed. São Paulo : Prentice Hall, 2004.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA DA INOVAÇÃO

Conceitos básicos: invenção, inovação, difusão; Ciência, tecnologia; Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Teorias e modelos de inovação; A difusão tecnológica e seus principais determinantes; Inovação, aprendizado tecnológico e estratégias empresariais; Políticas de inovação.

Bibliografia Básica

HASENCLEVER, L.; TIGRE, P. (2002). Estratégias de inovação. In Kupfer, D. e Hasenclever, L. Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Editora Campus.

NELSON, R. R. (2006) As fontes do crescimento econômico. Campinas: Editora UNICAMP, 501 p. Coleção Clássicos da Inovação.

NELSON, R. R.; KIM, L. (2005) Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 503p.

Bibliografia Complementar

FREEMAN, C. e SOETE, L. (2008) A Economia da Inovação Industrial. Campinas, São Paulo. Editora Unicamp. Coleção Clássicos da Inovação.

Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3ª edição. http://www.finep.gov.br/dcom/brasil_inovador/arquivos/manual_de_oslo/sumario.html

ROSENBERG, N. (2006) Por dentro da Caixa Preta. Cap. “Quão exógena é a ciência”. Campinas, São Paulo. Editora UNICAMP. Coleção Clássicos da Inovação.

TIGRE, P. B. (2006) Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Elsevier.

DOSI, G. (2006) Mudança Técnica e Transformação Industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas: Editora UNICAMP, p. 460. Coleção

KIM, L. (2005) Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Campinas: Editora UNICAMP, p. 388

LABORATÓRIO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Simulações e projeções de determinação de receita, despesa, resultados fiscais em geral, dívida pública, carga tributária, previdência, a partir das aplicações da abordagem das finanças públicas. Política Fiscal. Finanças Subnacionais. Resolução de exercícios. Estudos de casos.

Bibliografia Básica

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças públicas: teorias e práticas no Brasil. 5ª. ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier Campus, 2016

REZENDE, F. Finanças Públicas. São Paulo: Editora Atlas. 2010.

STIGLITZ, J. Economics of the public sector. W.W. Norton & Company, 3rd edition. Capítulos 1 e 4, 1999.

Bibliografia Complementar

MUSGRAVE, R & MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: Teoria e Política. São Paulo: EDUSP, 1980.

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro- RJ: Elsevier/Campus, 2004.

MYLES, G. Public Economics. 1st edition, Cambridge Universityy Press, Cambridge, UK, 1995.

LABORATÓRIO DE MACROECONOMIA I

Simulações e projeções de determinação do produto e do emprego, a partir de aplicações da teoria clássica e da keynesiana. Entendimento do princípio da demanda efetiva de Keynes de acordo com as experiências do mundo real. Resolução de exercícios sobre as curvas de demanda por mão-de-obra e de oferta do produto. Estudos de casos.

Bibliografia Básica

FROYEN, R. Macroeconomia: Teoria e aplicações. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

MANKIW, N. Gregory. Macroeeconomia. LTC, 8ª. Ed. 2018.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

Blanchard, Olivier. Macroeconomia, Editora Pearson Brasil, 5ª edição, 2011

SCHRODER, B. H. V. Macroeconomia: Questões Comentadas da Provas de 2004 a 2013. 3ª edição. São Paulo: Campus, 2013.

KEYNES, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money, London: Macmillan (reprinted 2007).

Consolidar avanços e vencer desafios

LABORATÓRIO DE MACROECONOMIA II

Simulações e projeções de determinação do produto, do emprego, juros, cambio e inflação a partir de aplicações da teoria keynesiana e das novas abordagens macroeconômicas. Resolução de exercícios. Estudos de casos.

Bibliografia Básica

FROYEN, R. Macroeconomia: Teoria e aplicações. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

MANKIW, N. Gregory. Macroeeconomia. LTC, 8ª. Ed. 2018.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

Blanchard, Olivier. Macroeconomia, Editora Pearson Brasil, 5ª edição, 2011

SCHRODER, B. H. V. Macroeconomia: Questões Comentadas da Provas de 2004 a 2013. 3ª edição. São Paulo: Campus, 2013.

KEYNES, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money, London: Macmillan (reprinted 2007).

LIBRAS

Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001.

MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

Bibliografia Complementar

FENEIS. Revista da FENEIS Nº 06 e 07 (2000) e N.º 10 (2001), Rio de Janeiro/RJ.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais

Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MARKETING

Definições e conceitos de marketing. Análise e pesquisa de marketing. Administração do produto e da promoção. A concorrência e o preço sob enfoque de marketing. Canais de distribuição. Administração de vendas, controle de informações no marketing. Aspectos legais. O marketing em empresas sem fins lucrativos.

Bibliografia Básica

CHURCHILL, G.; PETER, J.P. **Marketing - Criando Valor para os Clientes.** 3.ed; São Paulo: Saraiva, 2013.

ROCHA, A.; FERREIRA, J; SILVA, J. **Administração de Marketing.**; São Paulo: Atlas, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de Marketing.**; São Paulo: Pearson, 2012.

Bibliografia Complementar

BOONE, L; KURTZ, D. **Contemporary Marketing.** 16.ed. Independence:; São Paulo: Cengage, 2015.

GRONROOS, C. **Marketing Gerenciamento e Serviços.** 3.ed.; Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** 12.ed.; São Paulo: Pearson, 2008.

MATEMÁTICA ECONÔMICA III

Técnicas de Integração, Equações Diferenciais. Tópicos adicionais de Otimização.

Bibliografia Básica

JACQUES, I. Matemática para economia e administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CHIANG, A. C. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar

BOYCE, William E. ; DIPRIMA, Richard C. Equações Diferencias Elementares e Problemas de Valores de Contorno. 10 Ed.- Rio de Janeiro: LTC,2015.

GOLDSTEIN, Larry J. Economia, Administração e Contabilidade – 12ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HOFFMANN, Laurence. D. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 2014.

MORETTIN, P. A., HAZZAN, S., BUSSAB, W. O. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

STEWART, J. Cálculo, volume 2. 3ª Ed.São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos.

Bibliografia Básica

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HAZZAN, Samuel. PONPEU, José Nicolau. Matemática Financeira. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar

KUHNEN, Osmar Leonardo. Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos. São Paulo: Atlas, 1994.

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira: Usando Excel 5 e 7. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora Ltda, 1996.

SILVA. André Luis Carvalhal da. Matemática financeira aplicada. São Paulo: Atlas: 2005.

MERCADO DE CAPITAIS

O mercado de capitais como segmento do mercado financeiro. Intermediação financeira e desenvolvimento. Títulos e valores mobiliários privados e públicos. Fundos de investimentos e bolsas de valores.

Bibliografia Básica

CASTRO, Hélio O. Portocarrero de. Introdução ao mercado de capitais, Rio, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC.

CHIESA, Dirceu A. Open-market – o grande mercado. Porto Alegre, Sulina.

COMISSÀO NACIONAL DE BOLSAS DE VALORES (a). Legislação do mercado de capitais, Rio.

Bibliografia Complementar

SANVICENTE, Antônio Zorato e MLLAGI FILHO , Armando. Mercado de capitais e estratégias de investimento, Rio, Atlas.

TOSTA DE SÁ , Geraldo. Investimentos no mercado de capitais. Rio, AO Livro Técnico.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. Rio, Atlas.

Jornal Gazeta mercantil, caderno semanal “Mercado”.

Revista Exame, Editora Abril, São Paulo.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Planejamento e orçamento público. Classificações orçamentárias das receitas e despesas e sistemas de informações orçamentárias. Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias. Elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual. Planejamento, orçamento e execução de contratos. Elaboração, execução e acompanhamento de convênios e termos de parceria. Contratualização. Consórcios públicos.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. Brasília, 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, José Matias. Finanças públicas. A política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003

Bibliografia Complementar

FIRMO FILHO, Alípio R. Questões de orçamento público. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Ferreira, 2007.

REZENDE, Fernando. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental - Um enfoque administrativo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

POLÍTICAS SOCIAIS

O Estado moderno e suas expressões políticas (O Estado liberal, socialista e social-democrata). A estrutura econômica, as formas de governo e as especificidades das políticas de ação no âmbito social. A política social brasileira. Análise das principais políticas sociais brasileiras – habitação, saúde, saneamento básico e outras.

Bibliografia Básica

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista. 8. ed., rev. São Paulo : Cortez, 2000. 216 p.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.*). Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. Coleção Biblioteca básica de Serviço Social, volume 2. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI; BEHRING; SANTOS; MIOTO (orgs). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie*. In. COSTA, G.M.; SOUZA, R. (Orgs.). O social em perspectiva políticas, trabalho, serviço social. Maceió: EDUFAL, 2013.

PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". In Revista Serviço Social & Sociedade nº 53. São Paulo: Cortez, março de 1997, pp. 80-101.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR; BEHRING; BOSCHETTI; GRANEMANN (orgs). *Financeirização, Fundo Público e Política Soci*al. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Giselle Souza da. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. . In: SALVADOR; BEHRING; BOSCHETTI; GRANEMANN (orgs). *Financeirização, Fundo Público e Política Social. São Paulo*: Cortez, 2012.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.

Consolidar avanços e vencer desafios

Bibliografia Básica

SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. ISBN 8532614973.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo:

Companhia das Letras, 2008. 435 p. ISBN 9788535907810.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Antropologia. Diversidade e Educação. Fascículos 3º e 4º, 2º ed. rev. Cuiabá, EDUFMT, 2000.

Bibliografia Complementar

CANCLINI, Néstor Garcia.Culturas Híbridas.Edusp: São Paulo, 2003.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 8524906448.

AZEVEDO, Thales de. Democracia Racial: Ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

Boletim DIEESE, Ed. Especial – A desigualdade racial no mercado de trabalho, Novembro, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil; 1999. 11. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez., 1996.

BRASIL. Resolução No. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana”.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005).

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos).

TÓPICOS EM TEORIA ECONÔMICA

Estudos que dialoguem com as principais correntes da Teoria Econômica. Aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso, ampliando o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos.

Bibliografia Básica

Considerando-se a natureza da disciplina, a bibliografia específica é apresentada pelo docente responsável em cada semestre letivo.

ANEXO II: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.

Dispõe sobre a natureza e validação das atividades complementares no âmbito do Curso de Ciências Econômicas, no Campus do Bacanga.

O Colegiado de Curso do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Resolução – CONSEPE, de 21 de julho de 2014 e considerando as diretrizes do Projeto Político Pedagógico do Curso, ESTABELECE QUE:

Da natureza das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem um conjunto de estratégias e ações que valorizam a participação do aluno em experiências diversificadas, que contribuem à sua formação com um aprofundamento temático e interdisciplinar e que permitem a articulação teórico-prática, a complementação dos conhecimentos e habilidades, bem como, o fortalecimento da formação prevista no currículo. Estas atividades garantem a necessária flexibilidade do currículo, conforme preconizado nas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 2º. As atividades complementares são parte integrante e obrigatória do currículo do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 3º. As atividades complementares terão carga horária total de 120 horas necessárias à integração curricular do Curso.

Parágrafo único: é vedada a utilização de atividades desenvolvidas em período anterior ao ingresso no Curso.

Art. 4º. Compreendem atividades complementares aquelas desenvolvidas no âmbito das ações de ensino, pesquisa, extensão.

Parágrafo único: o discente deverá desenvolver atividades, obrigatoriamente, nas três modalidades de atividades complementares das referidas no art. 4º,

obedecendo ao limite máximo estabelecido para cada uma delas (quadro 1). É indiferente, para cômputo e validação dessas atividades, se o desenvolvimento das atividades é realizado de forma voluntária ou como bolsa estudantil.

Art. 5º. Poderão ser consideradas atividades complementares do Curso de Ciências Econômicas, as atividades descritas a seguir:

I. **Atividades de Ensino:** participação em monitoria de disciplinas de curso de graduação; disciplinas optativas, cadeiras isoladas, curso técnico ou tecnológico nas áreas que versem sobre matéria de interesse na formação do graduando, curso na área de informática ou idiomas;

II. **Atividades de Pesquisa:** Participação em núcleos, grupos, laboratórios de pesquisa ou projetos científicos; Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos e em periódicos; Participação em eventos de Iniciação Científica relacionados a área temática do Curso, desenvolvidos em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, sendo voluntário ou bolsista da UFMA, FAPEMA ou CNPq; Comissão de organização de eventos técnico-científicos; Publicação de trabalhos em eventos técnico-científicos e em periódicos; publicação em revistas indexadas, anais em congressos e seminários, comunicações orais e similares;

III. **Atividades de Extensão:** Participação em projetos de extensão com a comunidade; Apresentação ou publicação de trabalhos em eventos de extensão; Participação em eventos de extensão; Comissão de organização de evento extensão; Participação na diretoria de Empresa Júnior; Participação em projetos efetuados por empresas juniores; Participação em projetos de desenvolvimento de viabilidade econômica; Participação em ações de ONG´s ou programas relacionados com ação social ou defesa do meio ambiente; Participação efetiva em Diretório Acadêmico, representação estudantil nos órgãos colegiados da UFMA, etc.; Concluir cursos na área técnica, correlata à formação do Curso. Participar de seminários relacionados com os temas da área de formação e áreas afins oferecidos pelo curso ou por outros cursos de nível superior; Participação no Programa Institucional Especial de Bolsas de Monitoria (PIM/UFMA); Participação em Programas de Mobilidade Estudantil; Participação no Programa de Mobilidade

Estudantil Internacional (PMEI); Participação em atividades extracurriculares, financiadas, que propiciem sua integração com o mercado de trabalho e a pós-graduação.

ATIVIDADES		Método de cômputo das horas	Máximo admitido	Comprovação
Ensino	Monitoria, PIM[1]/UFMA.	30 p/sem.	40 h	Certificado de conclusão
	Disciplinas Optativas e Isoladas.	20 p/und.		Certificado de conclusão do curso, ementa e/ou histórico
	Curso Técnico.	10 p/und.		Certificado de conclusão do curso
	Curso de Idiomas.	10 p/und.		Certificado de conclusão do curso

Pesquisa	Grupos, núcleos, laboratórios ou projetos de pesquisa.	15 p/sem.	40 h	Declaração do Coordenador.
	Iniciação Científica /PPPGI/FAPEMA/CNPq.	25 p/sem.		Declaração do Coordenador.
	Participação em eventos técnicos-científicos.	5 p/evento		Certificado de Participação.
	Publicação em anais de congressos e eventos técnicos científicos.	20 p/ public.		Certificado de Participação.
	Publicação em periódicos indexados.	40 p/ public.		Cópia do Periódico
	Apresentação em eventos técnicos-científicos e similares.	20 p/ trab.		Certificado

Extensão	Projetos de Extensão em geral.	15 p/sem.	40 h	Declaração do Coordenador do projeto.
	Apresentação ou publicação de trabalhos em eventos de extensão.	20 p/ trab.		Certificado de Participação.
	Participação em eventos de extensão.	5 p/evento		Declaração do Coordenador do projeto.
	Participação em projeto de desenvolvimento ou de viabilidade econômica.	10 p/ trab.		Declaração do Coordenador do projeto.
	Participação em ações de ONGs ou programas relacionados com ação social ou defesa do meio ambiente.	10 p/ trab.		Declaração

	Participação efetiva em Centro Acadêmico, Empresa Junior, Liga Acadêmica e demais entidades estudantis.	15 p/sem.		Declaração do Presidente.
	Monitoria em eventos.	5 p/evento		Declaração ou Certificado de participação
	Organização de eventos.	10 p/evento		Declaração do Coordenador do projeto.
	Representação estudantil em órgãos colegiados.	10 p/sem.		Declaração
	Estágio não-obrigatório.	15 p/sem.		Declaração do Supervisor ou Coordenador de Estágio e relatório do aluno.

[1] PIM - Programa Institucional Especial de Bolsas de Monitoria.

Da validação das atividades complementares.

Art. 6º. O processo de validação das atividades complementares será iniciado com o requerimento formulado pelo interessado ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, devidamente comprovado com declarações e/ou certificações, que atestem o período, a carga horária, aproveitamento e frequência (caso houver) de realização das atividades feitas pelo aluno.

Art. 7º. O Colegiado de Curso designará um docente, para, em 10 dias corridos, deliberar sobre a validação das atividades complementares submetidas e conferir a pontuação obtida, para posterior inclusão no histórico escolar do discente.

Art. 8º. O aluno que discordar da atribuição de horas feitas pelo docente, poderá, dentro do prazo de 5 dias corridos, apresentar recurso junto ao Colegiado para revisão do parecer apresentado.

Art. 9º. Havendo o recurso ao Colegiado, este comporá uma comissão, formada por três docentes, para reavaliar o requerimento de validação das atividades complementares, devendo emitir parecer em até 5 dias corridos.

Art. 10º. As atividades complementares podem ser desenvolvidas a partir do primeiro semestre letivo, devendo o aluno integralizá-las até o sétimo semestre letivo.

Consolidar avanços e vencer desafios

Parágrafo único: a qualquer momento, durante o período letivo, o aluno poderá requerer a validação das suas atividades complementares para inclusão no histórico escolar, devendo, no entanto, sua primeira solicitação ser feita até o quinto semestre letivo.

Art. 11. Os alunos que ingressarem no Curso de Ciências Econômicas, através de transferência, poderão solicitar validação das atividades complementares ou similares, realizadas pela IES ou Curso de origem, desde que observadas às seguintes condições:

a) Compatibilidade das Atividades Complementares realizadas no curso de origem com as diretrizes estabelecidas nesta norma;

b) A carga horária atribuída pela instituição ou Curso de origem não poderá ser superior à carga horária máxima conferida por esta norma à atividade idêntica ou congênere;

c) O limite máximo de aproveitamento em atividades acadêmicas realizadas na instituição ou Curso de origem será de 50% da carga horária das Atividades Complementares do curso de Ciências Econômicas desta IES;

Art.12. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado de Curso.

Art. 13. A presente Norma Complementar entra em vigor a partir da aprovação do colegiado de curso.

São Luís, 11 de janeiro de 2019

Lindalva Silva Correia Maia
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Consolidar avanços e vencer desafios

ANEXO III: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA À RESOLUÇÃO 1191/2014-CONSEPE DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.

Regulamenta o Estágio Não Obrigatório do Curso de Ciências Econômicas, nos termos da Resolução 1191/2014-CONSEPE.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Geral e, considerando o que determina a Resolução nº 1191/2014-CONSEPE e o que decidiu o referido Colegiado, em Reunião Ordinária, do dia 11/01/2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir como normas para o Estágio Curricular Não Obrigatório do Curso de Ciências Econômicas o que se segue:

CAPITULO I

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 2º De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Econômicas o Estágio Curricular não é obrigatório, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, atualizadas em 2007, que determina que o Estágio Supervisionado é de caráter opcional. Como descrito abaixo:

> O Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da Instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo a instituição que o adotar, submeter o correspondente regulamento com suas diferentes modalidades de operacionalização, à aprovação de seus colegiados superiores acadêmicos. (Art. 7º da Resolução CNE/CES 4/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2007, Seção 1, pp. 22,23)

Art. 3º Por Estágio Curricular Não Obrigatório, de acordo com a Resolução 1191/14 CONSEPE, - entende-se o treinamento de iniciação e capacitação profissional do

Consolidar avanços e vencer desafios

aluno em situações reais sob supervisão de docentes e profissionais credenciados, durante o qual são aplicados conhecimentos do curso de Ciências Econômicas, sem carga horária pré-fixada, desenvolvido como atividade opcional e complementar à formação profissional do estudante.

Art. 4º O estágio deverá possibilitar ao estagiário:

a. Acompanhamento, orientação e controle de plano e programa econômico, no setor público e no setor privado;

b. Coleta, tabulação e análise de informações necessárias à montagem de programas e/ou planos macroeconômicos e microeconômicos;

c. Análise dos resultados gerais de planos e programas econômicos, a partir de projetos governamentais e empresariais;

d. Análise dos resultados gerais de planos e programas macroeconômicos e microeconômicos;

e. Avaliação dos resultados obtidos pelos administradores de projetos públicos e/ou privados, enfatizando aspectos tais como emprego e desemprego, aumento de receita pública, melhoria do bem estar familiar, distribuição de renda, crescimento nacional e regional e outros aspectos decorrentes da própria natureza do empreendimento.

CAPITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 5º O Estágio Não Obrigatório será desenvolvido pelo aluno mediante os seguintes critérios:

a. Deve estar dentro do prazo de integralização curricular;

b. Não estar no primeiro período do curso;

c. Não deve estar matriculado em monografia;

d. Participar de seleção realizada pela Coordenação de Estágio do Curso de Ciências Econômicas, conforme demandado pela Divisão Geral de Estágio da UFMA – DIGEST.

e. Para ser encaminhado ao estágio, o estudante, deverá estar matriculado, e sua participação no estágio dependerá da frequência regular no curso.

Parágrafo Único: O Estágio Não Obrigatório não deve interferir, em nenhuma hipótese, no período estabelecido para a conclusão do curso.

Art. 6º Para a acreditação no histórico escolar das atividades desenvolvidas em estágio não obrigatório, o estagiário deverá ser acompanhado sistematicamente pelo Supervisor Técnico e avaliado pelo coordenador de Estágio a cada seis meses, por meio de relatório parcial e, na ocasião da conclusão do estágio, por meio de relatório final de estágio.

Parágrafo Único: Aprovado o relatório final de estágio não obrigatório pelo Coordenador de Estágio, a carga horária e as atividades nele constantes serão, integralmente, acreditadas para o histórico escolar do estudante, em seção destinada a essa finalidade.

Art. 7º O estágio não obrigatório poderá ser convertido em atividades complementares, de acordo com os critérios estabelecidos nas normas específicas de atividades complementares do curso de Ciências Econômicas.

CAPITULO III

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

SEÇÃO I

DA FUNÇÃO DE COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 8º A Coordenação de Estágio vinculada à Coordenadoria do Curso de Ciências Econômicas deverá ser exercida por docente do Departamento de Economia, com carga horária em conformidade com a resolução de planejamento individual docente vigente.

Consolidar avanços e vencer desafios

Parágrafo Único: O Coordenador do Curso de Ciências Econômicas solicitará ao Departamento de Economia a liberação do docente escolhido para Coordenador de Estágio, no que diz respeito à carga horária prevista no parágrafo anterior.

Art. 9º O Coordenador de Estágio, na forma do Art. 20 da Resolução nº 1191/2014 - CONSEPE, terá as seguintes atribuições:

I – Propor ao Colegiado de Curso alterações das Normas Específicas de estágio, com base na legislação pertinente;

II – Orientar, selecionar, distribuir e encaminhar os estagiários aos campos de Estágio;

III – Coordenar as atividades de Estágio Não Obrigatório desenvolvidas pelo supervisor docente, mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e aprovação do Plano de Atividade de Estágio.

IV – Manter contato com instituições públicas e privadas e profissionais liberais, em parceria com a Divisão Geral de Estágio – DIGEST – tendo em vista a celebração de convênios;

V – Promover reuniões periódicas:

a. Com os supervisores docentes;

b. Com os estagiários, para análise e avaliação das atividades de supervisão;

VI – Promover Cursos, ciclos de estudos e eventos, necessários à atualização de supervisores docentes;

VII - Realizar e divulgar, junto com os supervisores docentes, seminários no início do semestre;

VIII – Participar de reuniões, encontros, seminários e cursos promovidos pela DIGEST;

IX – Dar parecer nas questões de Estágio referentes ao Curso e exercer outras atribuições diretamente relacionadas ao seu âmbito de atuação.

Parágrafo Único – Para o desenvolvimento das atribuições inscritas no caput deste artigo, o Coordenador de Estágio do Curso terá uma carga horária de no mínimo

08 (oito) e no máximo 20 (vinte) horas semanais de trabalho, conforme disciplina a Resolução 837/2011 – CONSEPE.

Art. 10º O Coordenador de Estágio, será indicado por seus pares para o mandato de 02 (dois) anos, submetendo-se o resultado à homologação do Colegiado de Curso, assegurado o direito de recondução por mais um mandato.

Art. 11º O coordenador de estágio acumulará também a função de Supervisor de Estágio.

SEÇÃO II

DA FUNÇÃO DE SUPERVISOR DOCENTE

Art. 14º A Supervisão docente de Estágio Não Obrigatório consiste na orientação, acompanhamento e avaliação efetiva das atividades de Estágio Curricular, visando a consecução dos objetivos especificados nos programas.

§ 1º - A Supervisão docente de Estágio Não Obrigatório será exercida por docente(s) do Departamento de Economia, por meio de acompanhamento sistemático aos estagiários nos campos de estágio, por supervisor técnico credenciado pelas Instituições Conveniadas, podendo realizar-se de maneira individual ou grupal na forma definida na programação específica.

§ 2º O número de supervisores deverá ser dimensionado pelo Colegiado de Curso, considerando o número de estagiários, campo de estágio e diversidade de turnos no momento da elaboração da programação de estágio para o semestre letivo subsequente.

§ 3º - O disposto no *caput* deste artigo atende aos dispositivos legais que impõem a obrigatoriedade do acompanhamento constante e continuado do supervisor de estágio, conforme a Lei 11.788/2008.

SEÇÃO III

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 15º São obrigações do estagiário:

I - Cumprir com empenho e interesse toda a programação estabelecida no Plano de Atividades, incluindo a duração total, o horário e o local determinados para as atividades de estágio;

II - Atender às orientações dos profissionais designados pela UFMA e pela instituição Concedente;

III - Submeter-se às avaliações que lhe forem propostas, de acordo com o Plano de Atividades, participando de sua formulação;

IV - Apresentar as informações e os relatórios que lhes forem solicitados pela UFMA e pela instituição Concedente;

V - Portar-se de modo adequado e profissional no desempenho de suas atividades de estágio, especialmente no âmbito da Instituição Concedente.

VI - Permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;

Art. 16º É vedado aos Estagiários:

I – Retirar, a qualquer título, equipamentos, materiais ou documentos das instituições em que esteja sendo realizado o Estágio, salvo com comprovado consentimento;

II – Introduzir no local do Estágio, pessoas estranhas à instituição e ao Estágio;

III – Comentar no âmbito da instituição ou fora do Campo de Estágio, assuntos que digam respeito privativo da Entidade.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, observando a legislação vigente.

Art. 18º A presente norma entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

Dê-se ciência. Publique-se e Cumpra-se

Consolidar avanços e vencer desafios

São Luís, 11 de janeiro de 2019

Lindalva Silva Correia Maia
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

ANEXO IV: NORMA COMPLEMENTAR REGULAMENTADORA DA RESOLUÇÃO N.º 1.175/2014 – CONSEPE SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.

Regulamenta a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Econômicas nos termos da Resolução 1.175/2014, CONSEPE.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Geral e, considerando o que determina a Resolução 1.175/2014, CONSEPE e o que decidiu o referido Colegiado, em Reunião Ordinária do dia 07 de janeiro de 2019.

R E S O L V E:

TÍTULO I

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Art. 1º. O TCC é atividade curricular obrigatória e deverá ser desenvolvida em duas etapas. A primeira destinada à elaboração do Projeto de Pesquisa a ser desenvolvido na disciplina Projeto de Pesquisa (PP) e a segunda destinada à elaboração do TCC propriamente dito.

Parágrafo Único: o TCC somente deverá ser elaborado e apresentado sob a forma de trabalho individual, ou em conjunto com orientador no caso de artigo.

Art. 2º. Segundo o Art. 99 da Resolução 1.175/2014, CONSEPE, o TCC pode ser realizado na forma de monografia ou artigo científico, aprovado em submissão a periódico indexado.

Parágrafo1º. O TCC poderá constituir-se em apresentação de resultado de pesquisa teórica ou prática, sobre um determinado assunto, devendo tais

Consolidar avanços e vencer desafios

modalidades, decorrentes das atividades de investigação científica, evidenciarem a contribuição do aluno para o desenvolvimento da área.

Parágrafo 2º. O artigo científico deverá obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do periódico para o qual foi encaminhado, atendendo, ainda, às normas específicas do Colegiado do Curso.

Parágrafo 3º. É dispensável a apresentação pública do TCC nos casos de artigo científico aprovado em periódico indexado. Ainda assim, será designada, pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, uma banca composta pelo orientador do aluno e mais dois professores, 01 (um) docente indicado pelo orientador do TCC e o outro indicado pelo Colegiado do Curso, levando em consideração a afinidade entre suas áreas de interesse e o tema do artigo científico, para atribuir nota ao trabalho.

Parágrafo 4º. A nota final mínima para aprovação do TCC, nos casos de artigo científico aprovado em periódico indexado, deverá ser igual a 7,0 (sete), conforme Art. 102 da Resolução 1.175/2014, CONSEPE. O aluno considerado aprovado, terá registrado em seu Histórico Escolar o título do TCC e a sua nota.

Parágrafo 5º. A nota final do TCC, nos casos de artigo científico aprovado em periódico indexado, consistirá da média aritmética simples das 03 (três) notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora. Parágrafo único: em caso de reprovação (nota inferior a 7,0 (sete)), a Banca deverá sugerir os pontos de reformulação ou a mudança do objeto de estudo e, em hipótese alguma, haverá revisão da nota atribuída pela Banca Examinadora.

Parágrafo 6º. A avaliação do artigo científico será feita apenas pela apresentação escrita, observando os seguintes critérios (conforme disposto no Anexo C): Conteúdo – abrangendo fundamentação e profundidade do tema e a capacidade de sistematização do assunto (0 a 5,0 pontos); Normalização – observância às

Normas de Documentação da ABNT e observância às normas da revista que foi submetido o artigo científico (0 a 2,0 pontos); Redação – atentando à utilização correta de grafia e concordância, clareza e objetividade, uso adequado de termos técnicos e sequência coerente do texto (0 a 3,0 pontos).

Parágrafo 7º. A monografia deverá obedecer aos padrões de apresentação estabelecidos pela ABNT, contendo um mínimo de 30 laudas.

Art. 3º. O TCC compreende atividade de fundamental importância para formação sólida e consistente do Economista, seja em função da reflexão que proporciona em torno das teorias, modelos e conceitos aprendidos pelo aluno ao longo do curso sejam pela possibilidade que confere ao aluno de aplicá-los aos problemas da realidade. O TCC, portanto, consolida a atividade de pesquisa construída ao longo do curso e possibilita a interação com outros conhecimentos e experiências obtidos na vida acadêmica, como os estágios, monitorias e a iniciação científica.

Art.4º. Entende-se que o TCC deverá tratar de temas vinculados ao campo de conhecimento que constituem o respectivo Currículo em vigor.

TÍTULO II
DO PLANO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º. O TCC deverá ser antecedido pela elaboração de um Projeto de Pesquisa de Conclusão de Curso, conforme roteiro definido no Anexo A. Tal Projeto de Pesquisa deverá ser feito com o acompanhamento de um docente orientador (a) escolhido pelo discente e homologado pelo Colegiado do Curso. A escolha do orientador pelo discente deverá ser feita no início da disciplina Projeto de Pesquisa e será encaminhada ao Colegiado do Curso, para homologação, pelo professor da disciplina até o final do primeiro mês de aula.

Art. 6º. O Projeto de Pesquisa de Conclusão de Curso deverá contemplar os seguintes itens:

a) a relevância do tema proposto;
b) a possibilidade da execução do TCC no prazo estabelecido;
c) a relação do tema com as áreas do currículo vigente;
d) a compatibilidade da abordagem do tema com a natureza do TCC, se resultado de pesquisa teórica ou aplicada;
e) a relação das referências com o tema proposto.

Art. 7º. O Projeto de Pesquisa de Conclusão de Curso deverá obedecer a estrutura proposta no Anexo A em consonância com as normas vigentes da ABNT.

Art. 8º. O Projeto de Pesquisa de Conclusão de Curso será elaborado, preferencialmente, durante a disciplina Projeto de Pesquisa, constituindo-se sua apresentação em parte dos requisitos para aprovação nesta disciplina.

Parágrafo 1. A não conclusão do projeto ao término da disciplina Projeto de Pesquisa obrigará o aluno a se reinscrever no componente curricular novamente.

Parágrafo 2. Ao final do curso da disciplina de Projeto de Pesquisa haverá uma banca de qualificação dos projetos elaborados. A banca será composta pelo professor da disciplina e por um examinador da área do objeto de pesquisa proposto no projeto.

TÍTULO III - DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 9º. À coordenação de TCC caberá observar, adicionalmente, a execução do Projeto de Pesquisa de Conclusão de Curso, orientando quanto à disponibilidade dos docentes e suas respectivas áreas de interesse e mediando o contato com os possíveis orientadores, quando necessário substituição, visando à efetiva alocação de cada discente na atividade de orientação acadêmica.

Consolidar avanços e vencer desafios

Art. 10º. A atividade de acompanhamento dos TCC será feita a partir de reuniões regulares entre o Coordenador de TCC e os inscritos neste componente curricular, onde serão tratados os assuntos pertinentes ao desenvolvimento do TCC e da relação entre professor e aluno no trâmite do processo de orientação.

Art. 11. Caberá ainda à Coordenação de TCC a responsabilidade de dirimir obstáculos circunscritos à jurisdição do curso, orientar e facilitar o desenvolvimento de um ambiente propício à elaboração do TCC pelo discente.

Art. 12. À coordenação será responsável também pela resolução das questões ligadas à substituição de professor orientador.

Parágrafo único. A requisição de substituição de professor orientador poderá ser feita pelo aluno ou pelo docente, desde que acompanhada de uma exposição de motivos, devidamente comprovada pelo documento nomeado por Fluxo de Materiais e Encontros, conforme disposto no Anexo D. No caso de afastamento do professor orientador por períodos superiores a 30 dias, ou no caso de impedimento por outros motivos, a substituição será efetivada mediante ciência/indicação e homologação pelo Colegiado do Curso.

TÍTULO IV
DOS PRAZOS

Art. 13. A partir de sua inscrição em TCC, o aluno terá direito a orientação por mais 02 (dois) semestres letivos. Caso o trabalho não seja concluído neste prazo, o aluno deverá comunicar ao Coordenador de TCC as razões da demora na conclusão e solicitar a extensão do prazo ou a substituição de orientador, caso seja necessário. A extensão do prazo ou substituição da orientação deverá então ser homologada pelo Colegiado do Curso.

Consolidar avanços e vencer desafios

Art. 14. O TCC deverá ser entregue na Coordenação do Curso, 30 dias antes da data fixada para defesa, em 03 (três) exemplares juntamente com duas cópias digitais (uma com o arquivo do trabalho em formato PDF e outra em formato DOC) em CD. As cópias impressas serão distribuídas aos membros efetivos da respectiva banca examinadora, para uma avaliação prévia com 15 dias de antecedência.

Art. 15. A entrega da versão definitiva do TCC deverá ser feita em 01 via, juntamente com arquivo digital, e em até 10 dias úteis após a defesa do trabalho, observadas as correções sugeridas pela banca, quando for o caso.

TÍTULO V
DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 16. A indicação do professor orientador será definida a partir da sugestão do aluno, em anuência com o professor indicado, e referendada pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo 1. Nos casos em que não há recomendação do aluno, o Colegiado do Curso indicará um professor orientador.

Parágrafo 2. Nos casos de coorientação a formalização deverá ser feita através de oficio do departamento ou instituição onde o coorientador é lotado e deverá ser submetida à aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 17. Cabe ao professor orientador acatar ou não a indicação do seu nome de acordo com sua linha de pesquisa e carga horária disponível para a atividade de orientação.

Art. 18. Ao professor orientador compete acompanhar a produção intelectual do aluno, na construção do respectivo Projeto de Pesquisa e na produção do TCC sob

Consolidar avanços e vencer desafios

sua orientação, conforme estabelecido na Resolução 837/2011 – CONSEPE disponibilizando o mínimo de 02 (duas) horas semanais para atendimento aos alunos sob sua orientação.

Art 19. O professor poderá orientar até 04 (quatro) alunos, incluindo os que estão construindo o Projeto de Pesquisa e aqueles que já estão elaborando o TCC, por semestre letivo, e, excepcionalmente, um número superior, a critério da Subunidade Acadêmica.

Art. 20. A orientação oficial do TCC será prestada por no máximo 03 (três) semestres letivos, sendo 01 (um) referente à disciplina Projeto de Pesquisa e 02 (dois) à produção da monografia ou artigo.

Art. 21. A mudança de orientador, quando ocorrer, deverá ser feita em comum acordo entre o aluno, o orientador e o coordenador do TCC com a devida justificativa e comprovação (formulário do Anexo D) que deverá ser encaminhado ao Colegiado do Curso para a ciência e homologação.

TÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA, DA DEFESA DO TCC E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇAO

Art. 22. A composição da Banca Examinadora deverá atender às exigências do art. 107 da Resolução 1175/2014, CONSEPE e pelo que foi decidido pelo Núcleo docente Estruturante (NDE). Desse modo, a Banca Examinadora será composta pelo professor orientador e por 01 (um) docente indicado pelo orientador do TCC e o outro indicado pelo Colegiado do Curso, levando em consideração a afinidade entre suas áreas de interesse e o tema da monografia.

Consolidar avanços e vencer desafios

Art. 23. O presidente da Banca Examinadora será o professor orientador, que fará proceder à ata dos trabalhos de defesa do TCC e somente dará início aos trabalhos de defesa do TCC com a presença de todos os membros da banca.

Parágrafo único: caso não haja a defesa no dia e hora estabelecidos, nova data e horário serão marcados pela Coordenação do Curso.

Art. 24. A defesa, aberta ao público, consistirá de uma exposição de até 30 (trinta) minutos do conteúdo do TCC, seguida de arguições dos membros da Banca Examinadora. Cada membro terá até 10 (dez) minutos para questionamentos e o discente disporá do dobro do tempo para a defesa de seus argumentos. Ao final deste prazo, a Banca Examinadora se reunirá, secretamente, para o estabelecimento das notas de cada membro, que poderão variar de zero a dez.

Art. 25. O aluno que obtiver o resultado final igual ou superior a 7,0 (sete), conforme Art. 102 da Resolução 1.175/2014, CONSEPE, será considerado aprovado, registrando-se em seu Histórico Escolar o título do TCC e a sua nota, com base na respectiva Ata.

Art. 26. A nota final mínima para aprovação do TCC consistirá da média aritmética simples das 03 (três) notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.
Parágrafo único: em caso de reprovação, a Banca deverá sugerir os pontos de reformulação ou a mudança do objeto de estudo e, em hipótese alguma, haverá revisão da nota atribuída pela Banca Examinadora.

Art. 27. A avaliação da monografia será feita pela apresentação escrita e pela e defesa oral, observando os seguintes critérios, (conforme disposto no Anexo B):

1) Apresentação escrita:

a) Conteúdo (0 a 3,0 pontos)

- fundamentação e profundidade do tema;
- capacidade de sistematização do assunto.

Consolidar avanços e vencer desafios

b) Normalização (0 a 1,0 ponto)

- apresentação gráfica;
- observância às Normas de Documentação da ABNT (especificar normas adotadas pelo Colegiado do Curso)
- observância às normas da revista que foi ou será submetido o Artigo Científico.

c) Redação (0 a 2,0 pontos)

- utilização correta de grafia e concordância;
- clareza e objetividade;
- uso adequado de termos técnicos;
- sequência coerente do texto.

2) Exposição oral:

a) Apresentação (0 a 1,5 pontos)

- justificativa do trabalho e fundamentação;
- domínio do assunto;
- clareza e objetividade.

d) Resposta à arguição (0 a 2,5 pontos)

- domínio do assunto;
- capacidade de reflexão, de análise e de síntese.

Art. 28. Cada membro da Banca Examinadora atribuirá nota à apresentação escrita e à exposição oral da monografia, sendo a nota final obtida por média aritmética (conforme modelo do Anexo B).

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. O aluno deverá comparecer às seções de orientação definidas em comum acordo com o seu orientador e registrá-la de acordo com o Anexo D, referente ao

registro das reuniões e de fluxos de materiais.

Art. 30. A mudança do objeto de estudo poderá ocorrer em qualquer época, desde que seja apresentado novo Projeto de Pesquisa de conclusão de curso, com anuência do orientador e devidamente aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 31. A apresentação do TCC tem caráter público, devendo ser efetuado, preferencialmente, nas dependências dos Campi da UFMA, ficando sua divulgação sob a responsabilidade da coordenação do curso.

Art. 32. As atividades de orientação poderão ser acompanhadas via SIGAA através do Portal docente no subitem “Consulta de Atividades Orientadas”.

Art. 33. Caberá à Coordenação do Curso manter arquivo das atas de defesa de TCC, bem como das versões finais dos trabalhos defendidos.

Art. 34. Todos os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 35. Estas Normas Complementares entrarão em vigor na data de sua aprovação.

São Luís, 11 de janeiro de 2019

Lindalva Silva Correia Maia
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

ANEXO A : ROTEIRO DO PROJETO DE PESQUISA

1. DO CANDIDATO:

1.1 NOME COMPLETO:_____

1.2 NOME DO ORIENTADOR:_____

1.3 NOME DO CO-ORIENTADOR (se existir):_____

1.4 ANO/SEMESTRE:_____

2. DA PESQUISA:

2.1. Justificativa

2.2. Problematização

2.3. Objetivos e Hipótese

- 2.3.1. Objetivo Geral
- 2.3.2. Objetivos Específicos
- 2.3.3. Hipótese

2.4. Proposta metodológica:

- 2.4.1. Referencial Teórico
- 2.4.2. Roteiro de Investigação
- 2.4.3. Técnicas de Pesquisa

2.5. Cronograma

2.6. Referências

ANEXO B: QUADRO DE NOTAS DA MONOGRAFIA

	APRESENTAÇÃO ESCRITA 60%			DEFESA ORAL 40%		
PROFESSOR (A):	Conteúdo 0 a 3,0	Redação 0 a 2,0	Normalização 0 a 1,0	Exposição 0 a 1,5	Respostas a arguição 0 a 2,5	RESULTADO:
Média Final						

São Luís, _____ de _____de _____.

_____
Presidente da Banca Examinadora

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

ANEXO C: QUADRO DE NOTAS DO ARTIGO CIENTÍFICO

	APRESENTAÇÃO ESCRITA 100%			
PROFESSOR (A):	Conteúdo 0 a 5,0	Redação 0 a 3,0	Normalização 0 a 2,0	RESULTADO:
Média Final				

São Luís, _____ de _____de _____.

_____
Presidente da Banca Examinadora

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

ANEXO D: REGISTRO DE FLUXO DE MATERIAIS E DE REUNIÕES ENTRE O ORIENTADOR (A) E O ORIENTANDO (A)

ACOMPANHAMENTO DE REUNIÕES E ENTREGA DE MATERIAIS			
DATA DA REUNIÃO E/OU ENTREGA DE MATERIAL	OBSERVAÇÕES SOBRE A REUNIÃO E/OU MATERIAL ENTREGUE	ASSINATURA	
		DISCENTE	DOCENTE
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____		

	_		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		
____/____/____	_____ _____ _		

ANEXO E: ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata da Banca Examinadora da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) modalidade _____(monografia, artigo científico) do curso de Ciências Econômicas de intitulada_____ _____de autoria do(a) aluno(a) _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____,na sala _____às _____horas reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, composta pelo(a) Professor(a)_____(Orientador(a)/Presidente), do(a) Professor(a)_____ e do(a) Professor(a)_____ com a finalidade de julgar o Trabalho de Conclusão de Curso. O (A) Professor (a) _____ na qualidade de Orientador(a), declarou aberta a sessão, passando a palavra ao(a) candidato(a) para dar início à exposição. Os membros da Banca Examinadora iniciaram a arguição, após a exposição. Terminada a arguição, foi dada a oportunidade para que o (a) discente fizesse as considerações que julgasse necessárias, em seguida foram atribuídas as seguintes notas, por cada membro da Banca: Professor (a)_____ nota:_____(apresentação escrita,_____; exposição oral:_____); Professor(a)_____ nota :_____ (apresentação escrita: _____; exposição oral:_____); e o(a) Professor(a) Orientador(a), nota:_____ (apresentação escrita: _____; exposição oral:_____), sendo a nota final: _____, obtida por, média aritmética, tendo sido o(a) discente considerado(a) _____. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a palavra do(a) professor(a)

Consolidar avanços e vencer desafios

orientador(a), que lavrou a presente ata, a qual foi aprovada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

_____, ____ de _____ de _____ .

Prof.(a)_____

Prof.(a) _____

Prof.(a) _____